

# Diário do Legislativo de 12/07/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - RESOLUÇÃO

2 - ATAS

2.1 - 83ª Reunião Especial - Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos

2.2 - 84ª Reunião Especial - Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos

2.3 - 85ª Reunião Especial - Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos

2.4 - 86ª Reunião Especial - Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5.196, DE 11 DE JULHO DE 2000

Aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terra devoluta que especifica.

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação, em favor de Orlinda Gomes do Nascimento e Vitória Régis Nascimento Lima, de terra devoluta com área de 150,9802ha (cento e cinquenta vírgula nove mil oitocentos e dois hectares), situada no lugar denominado Fazenda Vitoriosa - São Simão, no Município de Almenara.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 11 de julho de 2000.

Deputado Anderson Aauto - Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Gil Pereira - 2º-Secretário

## ATAS

ATA DA 83ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 7/6/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aauto e Sebastião Costa

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Edson Rezende - Palavras da Sra. Maria Auxiliadora Machado - Palavras do Sr. Carlos Roberto Jamil Cury - Palavras do Sr. João Monlevade - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aauto - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Edson Rezende - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivo José - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Luiz Fernando Faria - Maria José Haueisen -

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adatao) - Às 20 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Miguel Martini, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Maria Auxiliadora Machado, membro do Conselho Estadual de Educação, representando o Secretário da Educação, Sr. Murílio Hingel; os Exmos. Srs. Carlos Roberto Jamil Cury, membro do Conselho Nacional de Educação e relator do Parecer da Educação de Jovens e Adultos do CNE; João Monlevade, professor da Universidade Federal do Mato Grosso; e Deputado Edson Rezende, autor do requerimento que deu origem a este evento.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à abertura do Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos, que hoje tratará do tema Políticas de Educação de Jovens e Adultos: Diagnósticos e Perspectivas. A Presidência, desde já, agradece aos ilustres debatedores pelo comparecimento e apresenta a todos, em nome do Legislativo Mineiro, as boas-vindas a esta Casa.

#### Palavras do Sr. Presidente

Senhores membros da Mesa, já nominados; senhoras e senhores presentes, Srs. Deputados, membros da imprensa, o fórum que estamos abrindo é seqüencial ao Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, que esta Casa fez realizar em outubro do ano passado. Desta vez, temos por objetivo discutir a questão da educação de jovens e adultos, considerando o interesse da sociedade e os reflexos sobre a estrutura dos municípios, dos Estados e da União.

Quando da realização do seminário, foi elaborado documento de conclusões, segundo o qual pensar na educação de jovens e adultos é pensar e discutir sobre a formação da cidadania e sobre o resgate da dignidade humana. Vem daí o desafio que se nos antepõe, de obter condições que assegurem aos cidadãos o nível de escolaridade básica, promovendo sua inclusão social e sua inserção no mercado de trabalho. Desnecessário dizer, portanto, que estamos tratando de assunto da mais absoluta oportunidade: é preciso eliminar do cenário brasileiro a legião de excluídos, para os quais, inevitavelmente, o desemprego é uma realidade.

O fórum de hoje apresenta temário que diz dos diagnósticos e perspectivas na política de educação de jovens e adultos; da formação de docentes especializados; dos currículos específicos e da organização do tempo escolar. Parece-nos que nenhum aspecto relevante foi esquecido, sendo que teremos o privilégio de ouvir as mais autorizadas vozes no assunto.

Nunca é demais repetir que o binômio educação/saúde é a chave para o resgate social de nosso país. Proporcionando ao cidadão condições de vida e sobrevivência compatíveis com sua dignidade física e intelectual, estaremos fazendo desta uma Nação realmente civilizada. Se o processo deve começar no nascimento da pessoa, não podemos sacrificar a parcela da juventude e dos adultos que não teve acesso a ele ao nascer. É esta, em síntese, a motivação do programa de educação de jovens e adultos. Apoiando-o, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais vem - sem falsa modéstia - comprovar que não se omite e que continua atenta ao trabalho de construção da cidadania.

Em nome do Legislativo mineiro, agradecemos aos ilustres expositores que nos prestigiam com sua colaboração. Estendemos nosso reconhecimento a todos os participantes, desejando-lhes votos de bom trabalho. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Costa) - Ao assumir a Presidência, trago algumas informações de interesse dos participantes, ao tempo em que agradeço ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Adatao, a deferência da oportunidade que tenho, especialmente como Presidente da Comissão de Educação, de estar aqui para presidir esta primeira reunião dos nossos debates. Trago aqui, como disse, informações. A Presidência lembra aos senhores participantes deste fórum que deverão se dirigir à secretaria no Hall das Bandeiras, para que sua presença possa ser registrada mediante a aposição de carimbo no crachá. Isso seria para os próximos eventos. A coordenação lembra ainda que os crachás deverão ser devolvidos à mesma secretaria, ao final do evento, a fim de que se faça a apuração da frequência, para posterior envio do certificado.

Quanto à publicação e à transmissão pela TV, informamos que as atas contendo a transcrição completa deste fórum serão publicadas no jornal "Minas Gerais", "Diário do Legislativo", no dia 12/7/2000. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do fórum, esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, razão por que haverá reprise do evento pela TV Assembléia. A data prevista para a reprise ainda não foi definida, mas essa informação poderá ser conseguida com a TV Assembléia, no telefone 290-7812. Sobre esta última informação, estou achando-a muito interessante, porque, antes de vir para este encontro, uma educadora da cidade de Minas Novas, uma cidade que não conheço, ligou para o meu gabinete pedindo que, se fosse possível, a Assembléia, com a gravação que fizesse, com a filmagem que tivesse, pudesse fornecer cópia das fitas, porque essa região não teria tantos representantes quanto outras, pois é uma região longínqua, do vale do Jequitinhonha, naturalmente. Ela disse que acha que os temas que aqui serão debatidos são da mais alta relevância e que ela gostaria de obter cópia. Chegando aqui, procurei a assessoria, e ela me disse que isso não seria possível, mas que ela e tantas outras poderão obtê-las através da TV Assembléia.

Informamos aos participantes deste fórum que está sendo realizada, no saguão do Hall das Bandeiras, uma exposição de experiência de educação de jovens e de adultos pelas entidades seguintes, que têm experiência no setor: Instituto Técnico de Educação para a Cultura, Convenção Batista Mineira - Comitê de Ação Social-, Prefeitura Municipal de Betim (Secretaria de Educação de Betim), Sistema FIEMG de Educação-Escola SESI Benjamim Guimarães, Rede de Intercâmbio Por uma Educação Básica do Campo, Universidade Federal de Viçosa - Departamento de Educação -, Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Fundação São João Bosco para a Infância, Associação Maanain Pró-Gente, Fórum Mineiro de Educação para a Cidadania, Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais, Centro Arquidiocesano de Educação Popular, Centro Salesiano do Menor, Movimento dos Sem Terra - Setor de Educação -, Associação Municipal de Pais e Alunos de Contagem, Universidade do Estado de Minas Gerais, União Nacional dos Grêmios Estudantis, Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão das Neves, Associação Betel de Assistência Social, Associação Mineira de Assistência à Criança e ao Adolescente, e Centro Universitário Newton Paiva - Unicentro Newton Paiva.

#### Palavras do Deputado Edson Rezende

Quero cumprimentar o Deputado Sebastião Costa, Presidente da Comissão de Educação, em nome do qual cumprimento todos os componentes da Mesa, os educadores e as educadoras que estão neste Plenário, ocupando as galerias. Isso é motivo de muita alegria para todos nós que, nos últimos três meses, preparamos esse fórum.

Há 15 dias, estávamos reunidos na Escola do Legislativo. Estava temeroso e conversava com o nosso grupo - e vários integrantes estão presentes aqui -, com receio de que houvesse poucos participantes e em dúvida se esse fórum mobilizaria as pessoas. Percebemos, então, que Minas Gerais está muito atenta à questão da educação, e para nós é uma felicidade ver esta Casa cheia.

Incomoda a todos a situação do País com relação à educação. O País deixou de lado milhões de brasileiros, que hoje estão no mercado de trabalho ou desempregados. Mas é uma tristeza para nós, como profissionais de qualquer área, quando pedimos à secretária que nos mande a assinatura da pessoa a quem estamos atendendo, verificar que essa pessoa não

consegue assinar.

É uma indignação para todos, nesse apontar do terceiro milênio, sabermos que tantos trabalhadores não puderam concluir o ensino fundamental ou o ensino médio e não podem sonhar jamais com a universidade e com melhor qualificação, do ponto de vista do conhecimento. Estão alijados, enquanto cidadãos, da possibilidade do conhecimento, e esse conhecimento pode nos trazer idéias novas, propostas alternativas para um mundo melhor.

No ano passado, quando ineditamente realizamos o seminário de educação, a interiorização envolveu em torno de 5 mil pessoas, entre educadores, pais e estudantes. E o concluímos aqui, no final de outubro, com mais de 550 pessoas participando dos debates, que culminaram com a propositura de um texto com 400 propostas para a Secretaria de Estado da Educação.

Este fórum é o desdobramento do seminário de educação realizado no ano passado. E aconteceu porque compreendemos a relevância de um momento específico para discutirmos esse tema tão importante e ainda tão desconsiderado pelas políticas oficiais emanadas do Governo Federal.

Dados divulgados durante o II Congresso Nacional de Educação - CONED -, referentes ao ano de 1996, apontam a existência de 52 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que têm somente até quatro anos de estudo. Desses, 15 milhões não receberam nenhuma instrução ou têm menos de um ano de estudo. Isso é grave!

Há ainda cerca de 30 milhões de analfabetos, muitos dos quais em idade escolar obrigatória. Infelizmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trata a educação de jovens e adultos apenas enquanto modalidade de alternativa educacional.

A Lei nº 9.424, de 1996, que criou o FUNDEF, deixa a grande parcela de brasileiros acima de 15 anos, que não se incluem nos cursos regulares de ensino, excluída também da possibilidade de educação pública e gratuita. Dessa forma, essa modalidade de ensino deixa de ser cada vez mais uma responsabilidade da União, dos Estados e municípios, tornando-se, cada vez mais, absorvida pelo setor privado, em cursos muitas vezes desprovidos, em sua maioria, de qualidade.

Por outro lado, temos que destacar o trabalho admirável realizado por inúmeras ONGs e movimentos com os quais tivemos oportunidade, nesse três meses, de estar e de trabalhar, particularmente com os que atuam na área rural e que realizavam verdadeira luta de resistência para garantir o direito à educação básica para jovens e adultos, como atesta a sua presença maciça neste fórum. Essa iniciativa, senhoras e senhores educadores, além do nosso respeito, merece todo o apoio governamental, que deverá ser traduzido em respeito aos alunos, em valorização e capacitação de trabalhadores em educação, em recursos e condições dignas de trabalho e, principalmente, em políticas inclusivas da educação de jovens e adultos na educação básica, com a devida garantia de financiamento.

Esta é mais uma experiência nossa para construir algo coletivo. Para que este fórum se concretizasse e tivesse o brilho que tem hoje, 42 entidades participaram conosco no trabalho, desde o seu início até o seu ponto final, quando estávamos construindo as teses interinstitucionais para apresentar neste fórum. Então, é graças ao esforço coletivo que nos encontramos aqui. Por isso, agradecemos a presença de todos, principalmente de todo esse grupo que esteve conosco desde o primeiro momento e que acreditou que podíamos fazer um grande debate nesta Casa, para contar para Minas e para o Brasil a necessidade urgente e premente que temos de incluir todos os brasileiros. A exclusão tem que ser combatida com uma educação igualitária, fraterna, para a construção de novas idéias e de um novo mundo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa aos presentes que o Prof. Walter Takemoto, Diretor do Departamento de Políticas de Educação Fundamental do Ministério da Educação, que seria um dos expositores de hoje, não pôde comparecer a esta reunião em virtude de um imprevisto. Entretanto, justificou sua ausência e colocou-se à disposição para outros encontros semelhantes.

Palavras da Sra. Maria Auxiliadora Machado

É difícil representar o Sr. Secretário da Educação, especialmente porque poderíamos contar, nesta noite, com a riqueza de experiências e concepções do Secretário sobre a educação de jovens e adultos. Mas, o Conselho Estadual de Educação vem trabalhando de forma bastante sintonizada com a Secretaria da Educação na normatização da implementação das políticas de educação básica e de educação superior, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O Conselho esteve presente, durante todo o tempo de preparo, nos grupos de trabalho que antecederam este momento, representado pela Prof<sup>a</sup>. Dalva Cifuentes Gonçalves, que participou intensamente, trazendo contribuições do Conselho.

Em primeiro lugar, queremos cumprimentar o grupo de apoio e as entidades que aqui estiveram durante todo o tempo e que são responsáveis por este evento. Trata-se de um evento muito oportuno, sobretudo agora, quando temos as diretrizes curriculares nacionais já aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Nesta noite, contamos com o relator do parecer que traça as diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, que é o Prof. Cury.

Portanto, temos a honra e o prazer de contar com ele nesta noite, bem como com o Prof. João Monlevade, militante na área da educação.

Gostaria, ainda, de cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aducci, os Deputados Sebastião Costa, Coordenador dos Debates, Edson Rezende, autor do requerimento que deu origem a este debate, e os colegas educadores que estão participando deste momento de reflexão.

Gostaríamos, inicialmente, de apresentar a preocupação do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria da Educação com os trabalhos que vêm desenvolvendo, com o objetivo de implementar, reorganizar e incentivar a educação de jovens e adultos no Estado. Queríamos, então, deixar registradas a preocupação do Conselho e a frase que nos foi dita com muita força pelo seu Presidente, Padre Lázaro Pinto de Assis: "Coloque a preocupação do Conselho em resgatar essa dívida da sociedade para com os jovens e adultos".

Durante toda a história da educação, todas as oportunidades que foram retiradas ou que não foram oferecidas para que o direito de educação para todos fosse atingido devem ser resgatadas. O direito embasado no princípio da equidade, o direito à educação para todos e, especialmente, o princípio constitucional traz-nos para reflexão a questão de dar oportunidade àqueles que não a tiveram no momento próprio ou a quem esta foi negada quando procuraram a escola; foram excluídos devido à burocracia, às ações que muitas vezes eliminam e expulsam.

Portanto, gostaria de colocar algumas idéias básicas que fazem parte das tendências evidenciadas, nos estudos que estão sendo feitos no Conselho Estadual de Educação e nos grupos de trabalho que temos participado junto à Secretaria da Educação, com o objetivo de implementar ações inovadoras que possam abrir espaço no sistema estadual de educação e dar cobertura ao jovem e ao adulto. Essas idéias, essas tendências podem ser enumeradas.

Em primeiro lugar, a questão relativa à política, o compromisso do sistema com a educação do jovem e do adulto, a questão de dar a oportunidade de construir espaços, de buscar ações que possam oferecer a oportunidade de educação em todas as formas, a partir de todas as modalidades possíveis. Cursos presenciais, semi presenciais, educação à distância, enfim, que ações sejam desenvolvidas no sentido de dar essa oportunidade. É um compromisso político, um compromisso dos educadores, sobretudo dos órgãos regionais e centrais que têm como competência oferecer oportunidades às instituições escolares, no sentido de resgatar esse compromisso.

Uma segunda idéia que consta nessas tendências em estudo é exatamente o conhecimento do jovem e do adulto. Quem é esse jovem ou esse adulto que está escondido por trás do aluno, por trás do educando? Quais são suas reais necessidades? Quais são seus saberes? Quais são as experiências que trazem para a escola? Quais são as experiências que vivenciam e quais são aquelas que serão construídas dentro da escola? Tais experiências darão fundamentação para a construção de uma proposta pedagógica na escola, a partir dessa interação entre o professor e o educando. A partir desse entendimento, do conhecimento de quem é esse jovem e esse adulto, poderemos abrir espaços para uma proposta pedagógica inovadora, renovada, que irá reorganizar a estrutura e o funcionamento dos cursos, especialmente os de educação de jovens e adultos. A partir do entendimento dessas necessidades do jovem e do adulto, a proposta pedagógica poderá contemplar diferentes metodologias, diferentes procedimentos didáticos, diferente organização curricular, diferente organização de tempos escolares. Só assim teremos, então, uma proposta construída pela escola, fundamentada nos princípios básicos da Lei nº 9.394 e nas diretrizes curriculares nacionais, que embasam uma proposta pedagógica construída a partir da realidade e das necessidades da escola.

A partir do conhecimento desse jovem e desse adulto, partimos para essa terceira idéia, a da reorganização da escola, da estrutura.

Um outro ponto levantado nesses estudos é a questão do perfil do professor para trabalhar com essa proposta inovadora, com essa proposta que vai atender a essa realidade. Esse perfil de professor precisa ser trabalhado, precisa ter condições para que, num trabalho consciente, num trabalho bastante organizado nessa direção, tenha um espaço dentro da escola, um tempo dentro da proposta pedagógica da escola, para que essa reflexão e essa interação possam ocorrer no sentido do conhecimento desse jovem e desse adulto e para uma reorganização dessa proposta pedagógica.

Então, tempo é questão importante no estudo de uma proposta inovadora nessa direção e um registro que as instituições, sobretudo os conhecimentos produzidos pela academia, não têm contemplado nessa área da educação. Os cursos de formação de professor, cursos de graduação, oportunidades de formações continuadas não têm dado espaço para que essas vivências de jovem e adulto sejam conhecidas, para que esses saberes e esses fazeres sejam conhecidos e trabalhados, para que essa proposta pedagógica, com o embasamento necessário, possa dar as respostas esperadas, obedecendo e se fundamentando no princípio da equidade e da qualidade da educação e da oportunidade da educação e, especialmente, centrando as ações na aprendizagem desse jovem e adulto, que precisam da escola para o resgate de vivência nesse contexto, no exercício da cidadania.

Portanto, essa proposta precisa ser trabalhada a partir de reflexões de recursos, de conhecimentos produzidos também na academia, nas pesquisas, também insuficientes ainda para dar cobertura às instituições escolares, na busca da construção dessa proposta. Uma proposta caracterizada como a que vai garantir a qualidade de educação esperada, uma qualidade que tenha como ponto central a aprendizagem, a construção de conhecimentos significativos, o desenvolvimento de competências e de habilidades, que vão reforçar a criatividade, o olhar crítico e a aplicação de conhecimentos necessários para um envolvimento no âmbito da sociedade, resgatando a cidadania.

Gostáramos de concluir essas idéias, que são aquelas postas nos estudos que estão sendo evidenciados, dizendo que o Conselho Estadual de Educação espera receber desse Fórum contribuições para que possamos orientar os sistemas de educação de Minas Gerais, numa direção bastante coerente com esses ideais e com as necessidades e expectativas do jovem e do adulto, que tanto esperam dos educadores. Estamos empenhados nessa conquista, nesse movimento. Portanto, queremos reforçar a importância da contribuição desse evento para que possamos complementar os estudos já iniciados no Conselho. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Carlos Roberto Jamil Cury

Das profundezas das minas aos píncaros das montanhas, ecoou um grito que esta tribuna representa e da qual me sinto um pequeno elo, a cujo grito gostaria que se associasse, como uma voz, pequena que seja, um grito que ainda ressoa deste Estado para todo o País e que vale para a educação de jovens e adultos: "Liberdade, ainda que tardia".

Sr. Deputado Sebastião Costa, Sr. Deputado Edson Rezende, Srs. Deputados, colegas, professores, saúdo especialmente os portadores de necessidades especiais aqui presentes. Gostaria de trazer a todos os senhores um pouco do parecer que norteou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para a normatização dos cursos de educação e exames de jovens e adultos.

Em primeiro lugar, quero dizer que o parecer não se dirige às iniciativas autônomas, livres, próprias da sociedade civil, que têm garantido o seu espaço autônomo de atuação. Se esse parecer tiver sentido para os cursos que se desenvolvem sob a Lei de Diretrizes e Bases, pode também servir como um apelo, um modelo, um incentivo a essas iniciativas próprias e autônomas da sociedade civil. O parecer foi desenvolvido na Câmara, com muitas audiências públicas, nas quais muitos dos senhores e das senhoras aqui presentes também estiveram, fisicamente ou por meio de mensagens de correio eletrônico e correspondências. Procuramos fazer um trabalho coletivo, que, sobretudo, ouvisse os interessados pelo tema, as organizações, os fóruns. Agora, posso fazer uma homologia: igualdade ainda que tardia.

A educação de jovens e adultos é um conceito novo, nascido das lutas daqueles que não se conformavam com uma prática excludente e muito menos com um conceito menosprezado de uma educação que ficava à margem. Já não existe ensino supletivo. Se esse conceito deve desaparecer, porque perverte a figura de jovens e adultos, com muito mais razão deve desaparecer na prática dos Estados e dos municípios e, sobretudo, dos deveres da União para com esse contingente populacional, que não teve possibilidade de acesso para frequentar os bancos escolares.

Portanto, o apelo que está no parecer é que um conceito que nasceu da prática dos educadores se transforme, formalmente, pela resolução do Conselho, em algo que se assemelhe à lei, que estimule, de um lado, e obrigue, do outro, os poderes públicos a assumir suas responsabilidades concernentes a uma herança que vem de longa data: índios que foram reduzidos, negros que foram escravizados, caboclos que não tiveram acesso ao ensino e tantos outros trabalhadores braçais que, nestes 500 anos, tiveram seu direito negado.

A primeira função da educação de jovens e adultos é reparar essa dívida histórica que as elites brasileiras têm para com essa população e contingente. É uma dívida pesada, já que se acumulou ao longo do tempo pela proibição dos negros de se sentar nos bancos escolares. Não faz 110 anos que a abolição se extinguiu no País. E as conseqüências disso vemos todos os dias, como educadores que somos, quando entramos em nossas salas de aula e no caráter quase monocromático da nossa universidade.

Também os índios, os trabalhadores braçais e, por uma tradição patriarcal e machista, muitas mulheres, foram atingidos pelo impedimento ao acesso à escolarização. Trata-se, em primeiro lugar, portanto, de reparar o direito que foi negado a essas estatísticas que continuam nos envergonhando, às quais fazia referência o nobre Deputado Edson Rezende. É outra função da educação de jovens e adultos, fazer a equiparação, ou seja, a função de equalização para aqueles que foram obrigados, ainda que tenham entrado na escola, a dela sair precocemente. Sairam, porque foram convocados para um trabalho precoce e porque foram expulsos, muitas vezes, por metodologias incompetentes ou, até mesmo, desvinculadas da vivência real desses novos perfis de estudantes. Portanto, trata-se também de colocar novamente nos bancos escolares aqueles que não puderam concluir sua escolaridade e aqueles que, hoje, motivados por um mercado de trabalho que pressiona, têm necessidade de voltar aos bancos escolares porque uma nova inserção profissional assim está exigindo. É notável ver mães de família que já criaram seus filhos e pessoas que estão qualificadas como adultos voltando a concluir sua educação fundamental e seu ensino médio. Mas, um dia, ainda que tardiamente, a educação de jovens e adultos assumirá a sua função fundamental, ou seja, a do pleno desenvolvimento de cada um. Nisso está a sua função qualificadora; não se precisará mais exigir escolaridade, porque todos a terão. Poderão fazer apenas da escolarização um patamar para poder se dedicar à arte, à estética, ao lazer e a outras atividades que o mundo está oferecendo e que a todos devem ser abertas. Essa função qualificadora é aquela sobre a qual cada um poderá dizer: "Esse é o meu potencial, e posso desenvolvê-lo por meio de um curso à distância, um CD-Rom, pela Internet, por meio de um curso de especialização ou de atividades realizadas em uma paróquia". As pessoas devem desenvolver aquilo de que gostam, como tocar violão, pintar, etc. Tão rica é a nossa cultura popular, que, ainda que oprimida pelas circunstâncias da condição de vida, consegue-se produzir essa arte que enfeita as igrejas de Ouro Preto e que conseguem traduzir, em galinhas, em carões e em carrancas, tudo o que expressa a cultura do vale do Jequitinhonha ou do vale do rio Doce. Imaginem vocês se essa base escolar houvesse sido disseminada para todos, quão mais rica ainda seria essa cultura, que, ainda que oprimida, é capaz de alçar vãos de liberdade e de igualdade. Por isso mesmo, a Constituição Federal reconheceu, a LDB reconfirmou, e esse parecer, insistentemente, dirá que o ensino fundamental obrigatório de oito anos é direito público subjetivo. Qualquer cidadão brasileiro, de qualquer idade, de qualquer religião, de qualquer etnia e de qualquer gênero tem direito de, no momento que quiser, exigir do poder público a entrada nos bancos escolares ou a conclusão do seu ensino fundamental obrigatório de oito anos.

E a autoridade que não cumprir essa exigência será acusada de cometer crime de responsabilidade. Não há dúvidas de que a educação de jovens e adultos é um direito líquido e certo. Se os poderes constituídos não oferecerem o ensino a quem dele necessitar, as autoridades serão incriminadas com base na mesma lei que tirou da Presidência da República um Presidente eleito no País. A Constituição reconheceu o direito a esse ponto, porque terá reconhecido aí a dignidade de cada cidadão brasileiro. As associações presentes talvez não tenham tido a oportunidade de ouvir, com a ênfase que estou dando propositalmente, sobre a importância desse instrumento que têm nas mãos para exigir dos poderes públicos a efetivação de um direito que foi negado, por séculos, à maior parte dos cidadãos brasileiros. Por isso mesmo, quando se trata de cursos de educação de jovens e adultos, eles devem ser uma modalidade, assim como aqueles oferecidos para crianças de 7 a 14 anos. Não há diferença nenhuma na lei nem no parecer. A diferença está no reconhecimento da diferença entre ser jovem e ser adulto. Um adulto maduro não é o mesmo que um infante ou um adolescente. Essa realidade tem que ser reconhecida por quem quiser se responsabilizar por essa parcela da população, no que tange à sua escolarização. Portanto não fazia sentido um curso de jovens e adultos ter o grau de controle que se tem com relação às crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. Haveria que ter uma duração e organização que não compete ao Conselho Nacional determinar, mas sim, simultaneamente, aos Conselhos Estaduais e Municipais, respeitando-se os projetos pedagógicos das instituições que quiserem ingressar nesse terreno.

Por isso mesmo, dada a importância do resgate dessa dívida, ainda que tardiamente, é necessário que quem entre nessa seara não seja mais um instrumento de iniquidade, de nova negação do direito. Deverão ser instituições que, ao oferecerem esses cursos, apresentem a característica de órgãos públicos, mesmo que sejam privadas, no que diz respeito à transparência das condições e das finalidades. Os conselhos, sejam nacionais, estaduais ou municipais, o Ministério da Educação, as secretarias estaduais ou municipais são co-responsáveis, porque o jovem, o adulto é, também, cidadão-consumidor, que tem direito, a uma educação de qualidade, não podendo ser vítimas de quem, aproveitando-se da vulnerabilidade de uma população a quem já foi negado o direito, queira negar-lhe uma segunda vez, transformando a educação em mera mercadoria.

Portanto, a resolução do Conselho, se é flexível com relação aos aspectos organizacionais, de duração e de componentes curriculares, não o é com relação ao caráter de publicidade, de moralidade, de controle, que deve haver sobre o caráter organizacional enquanto tal. Não é possível mais que jornais brasileiros ofereçam o triste espetáculo de vendas de diplomas. Conselhos, sejam nacionais, estaduais ou municipais, devem ter muito cuidado ao autorizarem um curso a funcionar com as características voltadas para a educação de jovens e adultos. Por isso mesmo, os cursos de educação de jovens e adultos deverão ter, dentro da lei, um modelo pedagógico próprio, e é isso que quer dizer modalidade. É um modelo pedagógico próprio. Não é uma extensão do modelo pedagógico próprio das crianças de 7 a 14 anos. É um modelo próprio, que tem a sua marca, a sua assinatura. Assinatura de quem? De jovens que, geralmente, são trabalhadores, trazem consigo uma experiência de trabalho, já acumularam, como dizia a Profa. Auxiliadora, saberes nascidos de afazeres duros, nascidos de afazeres que tiveram que curtir ao longo do dia para, de noite, poder se assentar em bancos escolares. Esses saberes, o modelo pedagógico próprio de educação de jovens e adultos, está no parecer, devem ser reconhecidos, identificados, avaliados e creditados. De maneira que esse modelo pedagógico próprio reconhece o direito à diferença, dentro do espírito de um direito a ser exercido e a ser efetivado. Por isso, a resolução, aparentemente dura, não cede com relação à idade mínima da entrada de jovens nos cursos de jovens e adultos. A idade mínima para se entrar num curso de jovens e adultos, do ensino fundamental, é após os 14 anos completos. Nunca uma resolução do Conselho Nacional, sobretudo assinada por mim, tentaria, por alguma razão, justificar o trabalho precoce, o trabalho infantil, que, às vezes, se desdobra em trabalho escravo. Lugar de criança é na escola, e não podemos, enquanto de alguma maneira fazedores de resoluções, abrir mão desse princípio. As crianças de 7 a 14 anos devem estar na escola, inclusive é o que reza o Código Penal. Se não estão, há que se buscar, junto aos poderes públicos, os responsáveis por isso. Os exames, sim, a partir dos 15 anos. A mesma coisa vale para o ensino médio. A idade mínima é de 18 anos. Portanto, o Conselho coloca, não com a mesma força que pode colocar no ensino fundamental, a idade de 17 anos como sendo a idade em que se possa começar a fazer esses cursos. Reconheço que aí há um campo para se pensar em alternativas. Mas, com relação ao ensino fundamental, não há essa possibilidade. Os exames têm que ser cuidados. O ideal é que, dentro de um modelo pedagógico próprio, a avaliação decorra ao longo do processo, e, portanto, evitemos e lentamente façamos dos exames avulsos e massivos um quadro em extinção.

Que todos os jovens e adultos possam, ao longo do processo de um modelo pedagógico próprio, fazer sua avaliação no processo. Mas se exames ainda são necessários, avulsos e massivos, só poderão ser ofertados por instituições rigorosamente credenciadas pelos poderes públicos para tal. De maneira que tenham máxima transparência e lisura, e não possam fazer do saber um instrumento de mercantilismo.

Por isso mesmo, os cursos à distância e os semipresenciais, por serem dessa natureza, com as características que sabemos que podem ocorrer na sociedade brasileira, não poderão utilizar-se da mesma faculdade de avaliação em processo dos cursos regulares de jovens e adultos com modelo pedagógico próprio. Para efeito de exames, deverão se valer de exames finais, que deverão ser credenciados especificamente pelo aparelho de Estado.

O parecer também estimula algo que a Profa. Auxiliadora já disse: "as universidades nem sempre se deram conta e nem sempre se conscientizaram da importância e do significado da educação de jovens e adultos". Formar um professor para a educação de jovens e adultos não é formar um professor para crianças de 7 a 14 anos e depois aplicar a um jovem ou adulto. Um jovem, um adulto que foi expulso da escola ou que não entrou na escola, é, quase sempre, um trabalhador, às vezes com mais idade e mais experiência que o professor.

Portanto, o professor precisa, no seu processo formativo, adquirir, na universidade, os instrumentos didáticos, metodológicos e pedagógicos para conseguir um elo de empatia com esses trabalhadores que voltam para os bancos escolares.

Perguntarão quais são as diretrizes. Onde estão as especificidades das diretrizes? Estaríamos criando um novo dualismo se criássemos diretrizes curriculares especificamente para os jovens e adultos. As diretrizes são aquelas do ensino fundamental e do ensino médio, que devem ser traduzidas para as crianças de 7 a 14 anos, ou para os meninos de 14 a 17 anos, de acordo com sua modalidade.

Portanto, é debaixo do signo da modalidade, isto é, do direito à diferença, do direito que têm a ter respeitada sua diferença com os meninos de 7 a 14 anos, também devem tê-lo que as diretrizes deverão ser consideradas, reinterpretadas e transpostas para o processo pedagógico e didático desses cursos e desses exames. Não há outra, são essas as diretrizes. Devem ler as diretrizes gerais, que se colocam sob cada modalidade da educação de jovens e adultos.

O parecer vai dizer que são três os instrumentos pelos quais se devem ler as diretrizes já aprovadas: a diferença, a equidade e a proporção. Entre todas essas coisas, alguns pontos ficaram explicitados: a língua estrangeira não pode se ausentar dos cursos de jovens e adultos. A educação de jovens e adultos não é uma coisa menor, não é um subproduto de outra forma de modalidade de educação. A língua estrangeira é um componente básico para os dias contemporâneos.

No ensino fundamental, os jovens e os adultos que não quiserem prestar os exames de língua estrangeira têm essa opção. Mas os cursos, obrigatoriamente, devem oferecê-lo. O mesmo não se aplica ao ensino médio, nele a língua estrangeira é obrigatória nos cursos e nos exames, quando for o caso destes.

Outro ponto que deve ficar claro: o ensino médio é pressuposto, quer na modalidade jovens e adultos, quer na modalidade da escolarização de 14 a 17 anos, para a educação profissional.

Quero insistir antes de encerrar: viveram experiências esses jovens e adultos, curtiram a vida e têm idade, experiência e a dureza do trabalho, são pessoas que conseguiram acumular conhecimentos. A escola de jovens e adultos irá valorizar esses conhecimentos, atribuindo-lhes créditos na medida em que fizeram disso, segundo seu projeto pedagógico, um momento de significação desses conteúdos, os quais eles tiraram da sua própria prática de vida, e irá dar uma orientação e uma sistematização que a vida cotidiana, tão espalhada, não dá oportunidade. E a escola tem que ser esse momento de sistematização e de significação, mas creditando a experiência vivida por esses jovens e adultos, que, às vezes, ensinam muito aos próprios professores.

Gostaria de encerrar dizendo que, quanto à educação de jovens e adultos, estamos num ponto anterior à educação, diante de algo grande do nosso País. Ao mesmo tempo, uma realidade de exclusão, historicamente trabalhada, e até intencionalmente uma aspiração, um desejo, uma motivação para a inclusão.

A exclusão é antidemocrática, é antilibertária. A inclusão, por vários caminhos, pede os gritos da liberdade e da igualdade, ainda que tardias. Muito obrigado.

Palavras do Sr. João Monlevade

A mim, coube-me a palavra, ainda que tardia. Vamos não só falar sobre, mas também praticar educação de jovens e adultos.

Quero pedir licença a todos da terra do ouro, do diamante, do topázio, das esmeraldas, para fazer uma comparação um pouco mais prosaica, trazendo alguma coisa do verde do meu Mato Grosso. Alguns, provavelmente, estão curiosos: por que João Monlevade? Isso é porque as minhas raízes estão aqui. Meu trisavô fugiu de Napoleão em 1815 e comprou alguns escravos excluídos da educação escolar que descobriram as minas de ferro do rio Piracicaba. Daí, originou-se a minha família no Brasil, mas, nesse momento, estou em Mato Grosso e sou um galho que vem novamente se encontrar com as raízes.

Então, gostaria de completar essa metáfora fazendo uma dedicatória de minha fala. Recentemente, tive a oportunidade de ler a dissertação de mestrado de uma colega de Cuiabá sobre uma professora negra que tinha o nome de uma flor, Verena. Era descendente de escravos que foram de Minas Gerais para o Mato Grosso, em 1750, para fundar a capital da Capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade. Está na memória da cidade, até hoje, como professora. A Profª Verena era a professora negra de uma comunidade negra em que os alunos todos aprendiam. Pergunto: se todas as professoras tivessem tido o desempenho dessa flor negra, Verena, será que hoje já teríamos a educação de jovens e adultos qualificadora, e não reparadora? Infelizmente, em 1970, a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade foi invadida pelo capitalismo agrário, com os paulistas, os gaúchos, e Verena foi substituída, porque era professora leiga e não podia continuar na direção da escola. Entrou uma professora branca. Na primeira ata de uma reunião da escola, a professora branca pediu que a escola fosse limpa, porque era muito suja. No fim daquele ano, pela primeira vez na vida daquela escola, houve reprovações, e dali a dois, três anos, houve evasões. Adivinhem quem eram os reprovados, os evadidos. Portanto, quero dedicar à memória dessa professora minha fala de hoje e a todos que se identificarem com ela.

A forma como vou tratar esse tema é completamente diferente tanto da Auxiliadora como do Jamil. Vou tentar colocar alguns problemas conjunturais das políticas de educação de jovens e adultos em relação a financiamento da educação, ao plano nacional da educação e a outras encruzilhadas a que estamos submetidos nesse momento. Pela primeira vez, até de forma original, estou querendo inventar alguns conceitos. Espero que se adequem à nossa situação. Temos 165 milhões de brasileiros. Desses, 80 milhões têm entre 19 e 59 anos de idade, 65 milhões têm entre 0 e 19 anos, e 15 milhões têm 60 anos e mais. Portanto, entre 19 e 60 anos de idade se situa a maior parte dos brasileiros, 80 milhões. Desses, somente

20 milhões têm ensino fundamental completo. Isso está batendo exatamente com os dados que o Deputado colocou de que 15 anos e mais seriam 52 milhões. Fazendo outro corte na população, de 19 a 59 anos são 80 milhões, dos quais 60 milhões com educação fundamental completa.

Essa clientela de 60 milhões que não tem o ensino fundamental completo, conforme o Conselheiro Jamil Cury colocou, tem o direito público e subjetivo ao ensino fundamental. Portanto, a nossa demanda de direito é de 60 milhões para jovens e adultos. E quantos estão sendo atendidos nesse momento? Dez milhões, dos quais 3 milhões no ensino fundamental de 1ª a 4ª série regular, 3 milhões no ensino fundamental regular de 5ª a 8ª série, 3 milhões na educação de jovens e adultos - assim considerada pelo censo escolar - e, aproximadamente, 1 milhão em programas de alfabetização como o Comunidade Solidária e tantos outros, que, talvez, até estejam representados neste Plenário.

Se temos 60 milhões com direito e somente 10 milhões atendidos, há 50 milhões de demanda reprimida entre 19 e 59 anos de idade. Jamil e eu estamos saindo dessa faixa. Ele acabou de fazer um pós-doutorado, eu estou fazendo um doutorado, e, se estivéssemos nessa demanda, seríamos estudantes, somos alunos jovens e adultos já na função qualificadora. Quero esclarecer que todos os números que estou citando, se divididos por 10, o resultado dá o número relativo a Minas Gerais. São, por exemplo, 5 milhões de demanda reprimida em Minas Gerais.

Vamos fazer agora uma reflexão. Se o FUNDEF, que reúne 15% daqueles 25% de impostos para a educação, não tivesse recebido o veto aos jovens e adultos, o que teria acontecido? Cinquenta milhões de jovens e adultos teriam sido atraídos pelos Prefeitos Municipais e pelos Governos Estaduais a fim de se dividirem os recursos, porque o grande mérito do FUNDEF é fazer uma distribuição de recursos por matrícula. As matrículas de jovens e adultos seriam fator de atração, então teríamos grande alavanca para a universalização e para a função reparadora e equalizadora da educação de jovens e adultos.

Entretanto, o veto veio cortar essa possibilidade. E gostaria até de fazer uma denúncia pública, talvez até repetindo-a. Em algumas unidades da Federação, tanto Governos Estaduais como Municipais, matrículas de jovens e adultos estão sendo colocadas por baixo do pano, em matrículas do ensino regular, com os olhares complacentes do Ministério. Só para informação, o Governo da Bahia, simplesmente, zerou a educação de jovens e adultos, todos estão dentro de classe e aceleração do FUNDEF. Com isso, a Bahia recebe um aporte de recursos do Governo Federal muito superior ao que deveria receber. Ficamos até na dúvida sobre o que é melhor politicamente: ludibriar o censo e ser incluído, ou obedecer e deixar os adultos e jovens excluídos.

Quanto ao FUNDEF, se não houvesse o veto, calculo que poderíamos induzir uma matrícula de 10 milhões de jovens e adultos em curto prazo, no ensino fundamental. E por que digo isso? Porque a maior parte das escolas brasileiras, ao contrário de anos atrás, tem classes ociosas, principalmente no período noturno.

Mas há um dado surpreendente no último censo, realizado em 1999. De 160 mil estabelecimentos de ensino existentes no Brasil, somente 18 mil funcionam à noite. É claro que a maior parte funciona em zona rural, mas isso cria uma perspectiva para a existência de muita vaga ociosa. Vaga física. Imaginem, então, como ficam os recursos humanos, quantos professores se formam e ficam desempregados. Poderiam ter a possibilidade de estar empregados.

Mas a situação é tão perversa, que, se for criado um curso de educação de jovens e adultos no município ou no Estado, vai empregar recursos do ensino fundamental e diminuir o custo médio do aluno desse mesmo ensino fundamental geral. Então, a situação torna-se dramática. Como é que um Prefeito vai abrir escolas, se terá que diminuir o salário do professor ou aumentar o número de alunos para equilibrar suas finanças? Já foi discutida aqui aquela proposta do Deputado Gilmar Machado - que já esteve nesta Assembléia, mas hoje é Deputado Federal -, do Fundo de Educação Básica - FUNDEB. Se houvesse o FUNDEB, a demanda - que chamo de demanda induzível pelo FUNDEB - passaria de 10 para 15 milhões, porque não teríamos somente 15% dos recursos, mas 25% para serem distribuídos. Poderíamos, então, alocar esses recursos financeiros para a educação de jovens e adultos.

Entretanto, ficamos um pouco preocupados em anunciar esses dois conceitos, essas duas políticas de indução de matrículas por via do FUNDEF ou do FUNDEB, porque, em qualquer um dos casos, mantida a arrecadação e a vinculação de impostos no nível de 25%, o que aconteceria? O custo por aluno diminuiria. Seriam mais matrículas, caindo o custo por aluno. E esse custo cairia até que ponto? No FUNDEF, existe um valor mínimo estabelecido pela lei, que, conforme cálculos de hoje, deveria estar em R\$500,00. Como é que o Presidente da República fez, então? Colocou R\$333,00 para o aluno da 1ª a 4ª série e R\$349,65 para o da 5ª a 8ª série. Por quê? Porque, se colocasse R\$500,00, o Governo Federal teria que complementar todas as matrículas de 10, 15 ou 20 Estados, inclusive de Minas Gerais, que hoje ultrapassam um pouco os R\$400,00.

Dentro desse custo mínimo, Minas Gerais não está recebendo absolutamente nada de complementação do Governo Federal. Em comparação, a Bahia recebe mais de R\$100.000.000,00 e, por outras vias, a Corte, o Distrito Federal, recebe R\$700.000.000,00 por ano. Então, acho que teríamos de colocar não somente essa questão da matrícula induzida, mas também trabalhar o que chamo de demanda estratégica. E essa seria situada em termos de um avanço progressivo de recursos e de matrículas na educação de jovens e adultos.

Vocês sabem que hoje está sendo votado o Plano Nacional de Educação, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Ele é muito conservador em relação à educação de jovens e adultos. Diria até o seguinte: o próprio Plano Nacional de Educação, feito no 1º e 2º CONEDS, em Belo Horizonte, também foi tímido. Diante da demanda de 50 milhões, só foram previstos recursos para 10 milhões de matrículas para os 10 anos do plano. Acho que ele foi muito tímido. Imagino que poderíamos trabalhar com uma outra estratégia: a cada ano, abríamos 5% de vagas em relação à demanda reprimida. Em termos de Brasil, temos 50 milhões de demanda reprimida e 3 milhões matriculados. Estou falando de jovens e adultos. Abríamos 5% de 50 milhões, que seriam 2.500.000. Em Minas Gerais, seriam 250 mil. A cada ano, os 5% iriam diminuir. Por quê? Cinqüenta milhões, menos 2.500.000, ficariam 47.500.000. Portanto, 5% de 47.500.000 seriam menos de 2.500.000. Partiríamos de um esforço concentrado e iríamos diminuindo esse aporte, porque aí teríamos de investir mais no ensino médio, e já estamos recebendo menos crianças excluídas de 13, 14, 15, 16 anos. Pelo menos, é essa a grande notícia boa. A grande notícia boa da educação brasileira é que, malgrado os problemas da qualidade, nunca sabemos se um aluno que termina a 8ª série já está alfabetizado, aquela pirâmide, que não seja confundida com o triângulo do "Libertas Quae Sera Tamen", porque ele é eterno, já era. São Paulo e Distrito Federal já estão com a pirâmide ao contrário, ou seja, têm mais alunos da 5ª a 8ª série do que da 1ª a 4ª. Minas Gerais está caminhando para isso. O Município de Belo Horizonte já chegou a esse ponto.

Concluindo essa primeira parte da minha reflexão, espero ser mais curto, como devemos ser numa aula de educação de jovens e adultos. Um atendimento estratégico partiria de um plano que atendesse a uma percentagem que é fixa em relação à demanda reprimida, mas vai decrescendo, porque a própria população não a realimenta, pela vinda de mais crianças e jovens sem escolarização no ensino fundamental.

Vamos ver se isso é possível em termos de dinheiro disponível. Hoje contamos, no Brasil, com um PIB de R\$1.000.000.000.000,00. Temos 4% do PIB para a educação pública, ou seja, R\$40.000.000.000,00 por ano. Desses, quase R\$10.000.000.000,00 são empregados na educação superior. Para a educação básica, ficamos R\$30.000.000.000,00. Estes, divididos por, mais ou menos, 50 milhões de alunos matriculados - educação infantil, ensino fundamental e médio - dão, em média, R\$500,00, R\$600,00 por aluno ao ano, o que significa R\$50,00 por mês.

O grande problema nosso já não é de distribuição. O FUNDEF deu conta disso, consegue distribuir entre o Estado e os municípios os recursos. O nosso grande problema hoje é de mais recursos. Precisamos de mais, eles são insuficientes. Não teríamos como colocar mais 50 milhões, mesmo que paulatinamente, na educação de jovens e adultos, na educação infantil. Não estamos confinando o aumento de escolaridade só para a educação de jovens e adultos. Se o médio está crescendo, a educação infantil deve crescer. Para colocarmos, mais ou menos, uns 5 milhões de alunos a mais por ano, que é o mínimo numa proposta inclusiva, precisaríamos, no mínimo, para continuar o mesmo custo, de um aumento de R\$5.000.000.000,00 por ano. Quem vai pagar essa conta? Aqui, em Minas Gerais, é fácil dizer que quem vai pagar é a União. Estamos embalados pelos gritos de soberania, de resistência e de protesto de todos, com os quais comungo plenamente.

Entretanto, não é simples. Ao mesmo tempo em que o Governo mineiro e esta Assembléia têm um tipo de proposta, de postura, os próprios Deputados Federais e Senadores por Minas Gerais lá estão votando contra. Estão deixando que o dinheiro a mais que arrecadamos seja empregado em outras coisas. Este ano, por exemplo, foram usados R\$31.000.000.000,00 para pagamento de juros de dívida interna e externa. Não há nenhuma esperança de aumento de recursos da União em curto prazo. Isso dependeria de uma grande mobilização. Estados e municípios podem aportar mais recursos? Podem, mas depende de um aumento de arrecadação que está vindo muito paulatinamente, principalmente da área de serviços. Todos vocês cada vez mais falam ao telefone, cada vez mais consomem energia elétrica e já perceberam que o ICMS corta fundo e tem aumentado a arrecadação. Entretanto, está chegando a um limite. A cidade de Belo Horizonte, por exemplo, arrecada de ISS e de IPTU 65% do seu orçamento. Mais do que isso não dá. É um exemplo para todo o Brasil.

Então, qual é a saída que estamos propondo e vendo acontecer? Não gosto dessa palavra, mas acho que é por aí, é a questão da parceria, é a questão da entrada em cena de outros atores que não são respaldados somente por impostos, que são respaldados por outros aportes de recurso, de voluntariado, etc. Eu, pessoalmente, não concordo com isso. Acho que

educação de jovens e adultos tem muito da educação regular, como o Conselheiro Cury colocou, mas não tem a diferença de distinção de direito. Ela deve ter financiamento público tanto quanto a da criança e do adolescente. Entretanto, pelo próprio testemunho dos Deputados Edson Rezende e Sebastião Costa, aqui estão presentes várias entidades que trabalham com educação de jovens e adultos de formas alternativas. O grande perigo é, em meu entendimento, entrarmos em uma política de caridade, de solidariedade, como se educação de jovens e adultos não fosse um direito público subjetivo no que se refere a recursos, mas uma ação secundária, uma ação de voluntariado. Portanto, o nosso desafio está colocado.

Eu diria que, numa proposta de FUNDEB, numa proposta estratégica, os custos de uma educação de jovens e adultos podem ser, ao mesmo tempo, relativizados, e aí, sim, em uma proposta político-pedagógica que exija menos recursos diretos. Por exemplo: a criança precisa de 4 horas diárias de ensino presencial, portanto o professor tem de ter no mínimo 20 horas de dedicação à criança, mais suas horas de atividade. Já o jovem e o adulto, no meu entendimento, não só não precisam, como também não é adequado um ensino de 4 horas à noite. Portanto, pode-se pensar em um ensino presencial com menos carga do professor, o que baratearia, não para tirar a qualidade, mas exigiria menos recurso financeiro de aporte para o professor. Podemos pensar em formas opcionais de conjugar dois, três ou quatro professores, de maneira que o jovem adulto, com dias alternados ou com horários menores tivessem a mesma ou talvez até maior qualidade na sua aprendizagem. A mesma coisa com relação ao aporte de outros recursos de outras áreas. Dizia o Conselheiro Cury: "Não se trata somente de uma educação de jovens e adultos que seja uma aplicação mecânica de diferenças metodológicas". Temos no jovem e no adulto a necessidade de educação profissional, temos o concurso da educação a distância. Então, os recursos do FAT, do Ministério do Trabalho, do Ministério de Comunicação, que podem ser trazidos de outras áreas de ciência e tecnologia também públicas, podem "complementar", ou seja, viabilizar aumentos quantitativo e qualitativo.

Talvez a questão mais importante que tenhamos de debater seja o estabelecimento de qual é a qualidade específica da educação de jovens e adultos, principalmente no ensino fundamental. Quais são esses componentes de qualidade que já temos com maior definição, no caso da educação regular, no ensino fundamental médio e regular, e quais seriam esses componentes de qualificação para o caso da educação de jovens e adultos? Temos de usar muita imaginação porque, ao mesmo tempo que é fundamental a interação entre os alunos jovens e adultos, em classes de 25, 30 ou até 35 alunos, também podem ser usados outros expedientes de comunicação. Apenas para citar um exemplo, hoje estamos comemorando que há 500 pessoas neste recinto. Se houvesse 30 ou 40, não teríamos auto-estima para potencializar o que estamos discutindo. Nossas escolas, algumas vezes, não têm um auditório onde caibam 200, 300 ou 400 pessoas, e é fundamental resgatarmos isso. A educação de jovens e adultos precisa desses momentos de comunicação, de formação, de poder escolar, de comunicação não simplesmente do ensino, do aprendizado de conteúdos específicos, mas de celebrações do conhecimento e de valores. Ora, na ótica do financiamento, esse é um fato muito auspicioso, porque, assim como no curso de Direito podemos ter uma aula magna para 500 alunos, sem nenhum problema de qualidade, também na educação de jovens e adultos podemos potencializar esses encontros com um grupo maior de pessoas.

Acho que consegui transmitir aquilo que gostaria. O mais importante de tudo, no meu entendimento, é criarmos um ambiente para debate e troca de idéias, porque, como sempre tenho percebido, Minas Gerais está na frente desde 1953, quando foi feita uma greve das professoras primárias em Belo Horizonte, no tempo em que Juscelino Kubitschek era candidato a um cargo político. As mulheres se reuniram no Cine Brasil e proibiram a presença dos homens, só podiam entrar professoras, porque os homens eram suspeitos, eram os diretores, supervisores, Prefeitos e Governadores, mas as mulheres eram as professoras que iam fazer greve. Inspiro-me muito nesse caso para citar Minas Gerais como exemplo de estratégia. Foi com aquela greve, feita em Minas Gerais, que conseguiram passar um salário de CR\$900,00 para CR\$1.650,00, sendo que a média brasileira, naquele tempo, era de CR\$1.300,00. Conseguiram subir da parte de baixo para a de cima.

Espero que minha fala tenha sido animadora, de muita luta e, principalmente, de muita fraternidade com os jovens e adultos que, talvez, não possam estar aqui, neste momento, porque estão cansados de trabalhar ou desesperançados, por estarem desempregados, ou pastoreados pelos "Ratinhos" e pelas novelas, que não os deixam estudar. Muito obrigado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Vamos dar início à fase dos debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos debatedores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, estando dispensadas as formalidades das saudações. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção. A pergunta escrita será imediatamente encaminhada a quem foi dirigida e respondida.

#### Debates

O Sr. Hércio Queiroz Braga - Meu nome é Hércio Queiroz Braga. Sou professor do CEFET. Moses I. Finleng, historiador inglês, escreveu um livro muito interessante, intitulado "Usos e Abusos da História". Nesse livro, recupera o sentido etimológico da palavra escola. Diz que vem do grego "scholé", lugar de ócio e contemplação. A educação de jovens e adultos, se bem entendi a fala dos três expositores, tem um sentido de reparar algo que foi negado num tempo em que deveria ter ocorrido. Então, estamos discutindo a forma de incluir excluídos. A discussão é a seguinte: como incluir aqueles que foram excluídos? onde? para quê? para a sociedade que temos ou para uma sociedade transformada? Esse ponto não ficou claro em nenhuma das três exposições. Gostaria que refinassem mais essa questão, porque ficou vaga. Onde deveríamos incluir aqueles que foram excluídos: no mercado de trabalho? na sociedade, que ainda tem problemas estruturais muito graves? Enfim, para que e por que vamos nos empenhar no investimento dessa educação de jovens e adultos?

O Sr. João Monlevade - Embora tenha a certeza de que está na cabeça de nós três a mesma preocupação do Hércio, caso não tenha ficado explícita, tento responder-lhe de duas formas. Primeiro, o simples fato de incluir não 10 mil ou 20 mil, mas milhões de jovens e adultos, que, além de serem excluídos, pertencem a uma categoria, a uma etnia e a uma região excluídas, a sociedade já muda. Até 1930, os professores primários eram moços pobres e moças bem situadas na sociedade, ou seja, filhas de fazendeiros e comerciantes. Com a disseminação das escolas normais e com o aumento das matrículas nas escolas primárias, o rosto da professora tornou-se o rosto do Brasil. Hoje, a professora primária é a negra, cabocla, ou seja, é a "professora Brasil".

A própria inclusão de um novo contingente universal muda as perspectivas da sociedade, mas isso não basta. Tenho um projeto de transformação da sociedade. O jovem adulto, com a gestão democrática e assumindo não apenas o saber, mas também o poder na escola, capitaneará uma outra mudança. Vocês já repararam na dificuldade de fazer gestão democrática no ensino de 1ª a 4ª série, pelo fato de os alunos serem crianças e de o conselho não ter voz ativa? Caso uma escola revista-se de uma clientela de jovens e adultos, esses estarão disputando, com os professores, os funcionários e a direção, o poder escolar.

O Sr. Carlos Roberto Jamil Cury - A Profa. Ailza faz a seguinte pergunta: "Os critérios para a designação de professores para trabalhar com jovens e adultos também serão repensados? A maioria dos professores é despreparada e, muitas vezes, mal remunerada". A educação de jovens e adultos, com a LDB, tornou-se uma modalidade da educação básica, portanto faz parte da organização da educação nacional. A decorrência lógica e política dessa inclusão é o fato de o professor de educação de jovens e adultos ser um profissional como qualquer outro, já reconhecido na área do magistério, seja diretamente, em exercício em sala de aula, seja sob as formas de apoio indireto. Portanto, esses professores, quando tiverem cursos autorizados, reconhecidos e credenciados, deverão passar por concurso público, em que será exigida uma habilitação ou uma especialização própria, e não, simplesmente, o sacerdotício, a missão e o voluntariado. Isso até pode existir, mas, nos cursos sob a lei, não. São profissionais do ensino, devem ser adequadamente preparados para essa tarefa. Obviamente, isso não significa que o mesmo deve valer para a organização da educação nacional, para as iniciativas autônomas da sociedade civil a que me referi.

Há uma segunda questão, cujo autor não se identificou: minha opinião sobre o CESU. Isso faz parte da autonomia dos Estados e municípios. Quando esses centros estão diretamente vinculados ao poder público, seja no Ceará, seja em Minas, seja no Rio Grande do Sul, causam-me boa impressão e referência, pois ali são tratados como profissionais do ensino, que entram por meio de concurso público e têm habilitação para tal, submetendo-se às leis de diretrizes e bases. Não posso avançar mais, porque isso faz parte da autonomia dos Estados e municípios.

A Sra. Emilce Maria Soares - Sou do Programa Bolsa Escola, do setor de Educação. A experiência que temos na educação de adultos nos diz da necessidade do atendimento dessa especificidade e da garantia de flexibilização nos processos pedagógicos de espaços e tempos. Mas nos diz também que, em relação ao direito à educação dos jovens e adultos deste País, não deve haver flexibilização. O direito à educação, ao trabalho e à vida digna deve ser defendido como um dos requisitos mais importantes para a garantia do direito à vida dos cidadãos que não o tiveram quando criança.

Se, até hoje, tivemos um trabalho na educação de adultos com voluntários de várias entidades que se dispuseram a garantir tal direito, não caberá mais a esse grupo de pessoas ter como referência o voluntariado ou nenhum programa de educação de adultos, pois cabe a nós começar a cobrar uma política de garantia desse direito, seja do município, seja do Estado, seja da União, para que não se fechem as escolas noturnas, para que se garanta o financiamento. A discussão de financiamento da educação de adultos, hoje, não está colocada sobre a questão da distribuição da miséria da educação, mas, sim, na luta contra o pagamento da dívida. Nesse sentido, gostaria que se comentasse o assunto, pois a miséria atualmente distribuída em termos de financiamento da educação não cabe mais, queremos aumentar as verbas para a garantia da educação de jovens e adultos.

O Sr. Frederico Pecorelli - Meu nome é Frederico Pecorelli e sou do Grupo de Pesquisas em Direito Educacional. É sabido dos colegas professores e professoras que, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de Gontien, na Tailândia, em março de 1990, documento ratificado por decreto legislativo do Congresso Nacional, e no Relatório Jaques Dolores, de 1999, fica clara a importância de se desenvolver uma política contextualizada de apoio. Coloco para a Mesa a relevância do Direito Educacional na implementação de políticas públicas e na prestação jurisdicional do Direito Público subjetivo à educação. Colocaria, também, a necessidade de relatos de casos sobre a importância desse Direito Educacional e se, realmente, ele está sendo aplicado.

O Sr. João Monlevade - Ficamos felizes com a explicitação, no parecer sobre a educação de jovens e adultos, do relator Jamil Cury, do Direito Público subjetivo estendido aos jovens e adultos, no caso do ensino fundamental. Entretanto, Frederico, o problema é muito mais grave, porque, mesmo no caso das crianças, temos observado que não há uma cultura, uma preocupação por parte das autoridades de fazer com que a sociedade, os pais e os próprios jovens e adultos façam uso desse direito. Portanto, respondo com toda a clareza que temos respaldo legal, respaldo do parecer e da resolução, entretanto falta essa cultura. Provavelmente, se pudéssemos contar com os partidos políticos em seus programas eleitorais gratuitos, com as redes de televisão, com todos os meios possíveis de esclarecimento, aquela demanda reprimida não mais o seria. Seria uma demanda de exigência do direito, e creio que aqueles números que apresentei não pudessem nem ser postos aqui, porque, na realidade, os 50 milhões de jovens e adultos têm direito à educação de jovens e adultos já, e não num Plano Nacional de Educação mitigado em 5% ao ano. Em outras palavras, minha própria proposta seria outra, completamente diferente, se tivéssemos consciência desse direito.

O Sr. Presidente - Esta Presidência quer agradecer, de forma especial, a todos os educadores que ocupam as galerias. Falou-se em exclusão, e o fato de algumas pessoas estarem nas galerias e outras no Plenário não quer dizer que exista alguém excluído, pois que se trata de uma exclusão circunstancial, devido à falta de espaço, e não intencional desta Assembléia; pelo contrário, estou imensamente agradecido a todos vocês que ocupam as galerias, pacientemente ouvindo nossos debatedores.

O Sr. Ademir José dos Santos - Meu nome é Ademir, sou da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais. Quando João Monlevade refere-se à greve de 1953, temos a honra de tê-la encabeçado, como representante de entidade.

A questão primordial deste fórum surge de um motivo básico: as entidades que compõem a base deste fórum estão devotadas à educação de jovens e adultos, mas já não suportam as imposições e já não têm condições de arcar independentemente com esse encargo que lhe foi conferido pela sociedade.

Quando João Monlevade coloca a questão do trabalho voluntariado, nós, nos grupos que, de março a junho, viemos trabalhando, discutindo, preparando material para este fórum, chegamos à conclusão, quase que unânime, de que o trabalho voluntariado é importante. Mas, quando se fala em educação, seria uma forma de burlar-se a lei, de tirar do poder público a responsabilidade que lhe é cabível?

Nessa perspectiva, quando pensamos na educação de jovens e adultos e no trabalho voluntariado, estamos cometendo alguns erros que vêm sendo passados de geração em geração? Em medicina, o cardiologista opera, faz ponte de safena, e nenhum outro especialista pode fazê-lo. Quando se fala em educação, no Brasil, qualquer um pode fazer qualquer coisa, é médico, é engenheiro sem a formação pedagógica necessária agindo na educação. Fala-se agora em voluntariado. Não que os voluntários não mereçam nosso respeito, merecem, sim.

A pergunta é o Prof. Jamil: não seria essa uma forma de pensar no voluntariado, de tirar do poder público a responsabilidade que lhe é cabível, de burlar a legislação que coloca a educação como responsabilidade do Estado?

O Sr. Carlos Roberto Jamil Cury - O parecer é muito claro a esse respeito, e não há a menor dúvida de que, nos cursos sob responsabilidade dos municípios, dos Estados, da União e do sistema privado que queira certificar a conclusão de estudos, só poderá ser por intermédio de um profissional do ensino devidamente preparado, por meio de habilitação específica ou de preparação similar a habilitação específica.

No caso do poder público, a entrada é só por meio de concurso público. No caso das instituições particulares, o professor ou a professora deverá ter habilitação ou o similar específico para jovens e adultos.

Portanto, o que disse e continuo dizendo é que não posso proibir as iniciativas autônomas da sociedade civil a esse respeito. Mas se quiserem ficar sob o âmbito da LDB e expedir certificado com validade nacional para efeito de prossecução dos estudos ou para outros efeitos, só poderá ser feito por intermédio de professores profissionais do ensino, habilitados para tanto.

A Sra. Maria Auxiliadora Machado - Pergunta de Vera Lúcia Paixão, do CESU - Clemente de Faria: "A Secretaria de Educação terá um órgão específico para atender às escolas que atuam na educação dos jovens e dos adultos, evitando a burocracia que enfrentamos?"

Quanto à organização da Secretaria de Educação, não tenho informação de como está sendo pensada essa nova estrutura, essa nova organização. Gostaria apenas de comentar que há o princípio da descentralização das decisões, da autonomia da escola para construir sua proposta pedagógica.

Acreditamos que, a partir desses novos paradigmas, a escola e a instituição que irão trabalhar com a educação de jovens e adultos terão um espaço dentro da proposta pedagógica para as decisões significativas que vão definir a organização e o funcionamento dos cursos.

Portanto, vejo que o órgão central e o órgão regional deverão também ter outras funções a partir desses novos paradigmas, que são as funções de apoio, acompanhamento, funcionamento e avaliação, dando às escolas as condições de desenvolver suas propostas pedagógicas.

A outra pergunta é de Gracyr da Silva Pedroso, da Superintendência de Varginha: "Nas políticas da Secretaria da Educação, há previsão de cursos de capacitação aos docentes que trabalham com o EJA?"

Temos acompanhado os programas da Secretaria e temos conhecimento do PROCAP, que vai continuar, e de outros programas que a Secretaria está oferecendo em apoio às instituições escolares, que desejam conduzir esse processo de formação e capacitação dos professores em serviço, através de uma série de atividades que serão acompanhadas e incentivadas pelas superintendências regionais de ensino.

Vejo aqui a importância de as instituições escolares provocarem o tipo de ajuda que necessitam, para empreenderem essa nova organização dos cursos de educação de jovens e adultos. Que as instituições escolares levantem as dificuldades, que reivindiquem os recursos necessários para que essa formação, para que essa captação de serviço possa ocorrer!

Outra pergunta, de Maria Geralda: "O CESU de Minas Gerais tem o ensino semipresencial. Até agora a avaliação é realizada no processo com direito a expedição de certificados. A partir do parecer do CNE, estarão impedidos de expedir certificados de conclusão?"

O CESU constitui instituições credenciadas, autorizadas pelo CEE e pela SEE. Então, as instituições que forem credenciadas, que forem autorizadas a oferecer os cursos de educação de jovens e adultos terão a oportunidade de rever os cursos oferecidos, a partir do conhecimento das reais necessidades desse jovem adulto e reorganizar os cursos a partir dos interesses, das necessidades, como foi tão bem dito aqui hoje pelo Prof. Cury e como está bem-fundamentado no parecer do Conselho Nacional da Educação e na resolução que está sendo agora homologada pelo Ministro da Educação. Compete agora a nós, escolas e instituições, definirmos rumos e caminhos.

A outra pergunta é de Sônia Regina, de Contagem: "A legislação que regulamenta os CESUs é obsoleta. Será feita alguma coisa para inovar e adequar esse aluno que não quer apenas tirar dúvidas, mas assistir às aulas?"

Vejam, o conceito de educação de jovens e adultos a partir das necessidades, das experiências, dos fazeres e saberes desses jovens e adultos é que indicará os caminhos. A escola deverá propor a inovação e reorganizar-se para o atendimento a partir dos novos paradigmas. Portanto, acredito que os CESUs terão a oportunidade de rever e organizar os seus



cursos a partir das reais necessidades dos jovens e adultos, que passamos a considerar dessa nova forma; a partir do aluno e do educando dos cursos de educação de jovens e adultos.

O Sr. Carlos Roberto Jamil Cury - Pergunta da Camila, CESU: "Um aluno que faz o CESU está preparado para o mundo lá fora? Muitos vão até lá apenas para ter o diploma para subir de cargo. Será que, fazendo provas e trabalhos, ele aprende realmente?"

A primeira coisa que queria dizer é o seguinte: o CESU - e talvez fique aqui uma sugestão - devia mudar de nome para CEJA; não há mais ensino supletivo. Isso desapareceu. A única referência que existe para a palavra supletivo são os exames, que ainda são esses avulsos, massificados, que esperamos que um dia desapareçam. Portanto, a palavra supletivo só existe para essa circunstância, e o nome correto é CEJA. Sobre a pergunta que a Camila faz, não sei se o aluno está preparado ou não. Deve-se fazer uma avaliação desses CEJAs e desses CESUs. Há que se fazer a avaliação. Eles também estão submetidos ao princípio da avaliação. Se muitos vão lá para ter diploma, para subir de cargo, é porque estão precisando disso. São pessoas que sabem do que estão precisando; ninguém vai fazer isso - sobretudo no noturno - somente por distração. Quanto a saber se ele aprende ou não com provas e trabalhos, isso vale para qualquer modalidade de ensino, e não, apenas para a educação de jovens e adultos.

"O que é preciso para incluir a EJA no programa de livros didáticos e no FUNDEF?", pergunta da Profa. Gracyr da Silva Pedroso, da 41ª SRE, de Varginha. Em primeiro lugar, queria dar uma informação. Está sendo montado o FUNDEJA. Provavelmente, até o final do ano haverá um fundo próprio para a educação de jovens e adultos, que seja feita em cursos específicos, com avaliação em processo, e que seja através de cursos presenciais. É de lamentar que até agora tenham excluído a EJA do FUNDEF, porque os seus alunos têm os mesmíssimos direitos que as crianças de 7 a 14 anos e as pessoas de 15 a 80, a 90 ou a 100 anos. Todos têm os mesmos direitos. Portanto, se é direito público subjetivo, cabe também à EJA ter um financiamento, seja no FUNDEF ou seja nesse que está sendo pensado e que vai se chamar FUNDEJA. Quanto à questão do livro didático, na medida em que a EJA ficou fora do FUNDEF e ainda está, na medida em que entrar no FUNDEF ou houver a criação do FUNDEJA, é óbvio que, nesse momento, a questão do livro didático passará a valer também, mas é importante que haja produção didática a esse respeito. É fundamental que isso ocorra, porque, na produção dos livros didáticos, autores, editores, etc. preocupam-se com o ensino na chamada idade própria. De maneira que há a necessidade de que os núcleos, as universidades, as instituições formadoras, as associações preocupadas com isso produzam um material e forcem também o mercado e o próprio Governo a se preocupar com essas coisas.

A terceira pergunta vem do Flaviano Moreira Campos, da Escola Estadual Raul Teixeira da Costa Sobrinho: "Embora saibamos que a arte é um dos principais caminhos para o resgate da auto-expressão e da auto-estima, o que a própria Lei de Diretrizes reconhece, por que ela é tratada com tanta indiferença no ensino fundamental e no médio e é excluída dos currículos de programas de jovens e adultos?"

Quem disse que está excluída da EJA? Tem que ler a resolução, Flaviano. Isso vai depender do modelo pedagógico próprio da EJA, relacionado ao projeto pedagógico de cada escola e às orientações do Conselho Municipal ou do Conselho Estadual. Não é tarefa do Conselho Nacional. O que o Conselho Nacional fez foi, simplesmente, dizer: respeitando-se o direito à diferença, à proporção e à equidade, os cursos de EJA deverão obedecer, em seus componentes curriculares, ao que está na LDB e nas diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para o ensino médio. Não há quem tenha excluído Educação Física ou Educação Artística dos componentes curriculares da EJA.

Maria da Glória, da Federação das Indústrias, SESI-MG, pergunta: "Para as instituições de ensino que avaliam no processo, Língua Inglesa também é disciplina optativa para a certificação no ensino fundamental?"

Volto a explicar que ela é um componente obrigatório da EJA do ensino fundamental, mas optativo para a feita de exames. É língua estrangeira, obviamente. Possivelmente, no Rio Grande do Sul darão espanhol, e, numa comunidade de alemães, talvez seja o alemão. A língua estrangeira torna-se obrigatória nos cursos da EJA. No ensino fundamental, é opcional o exame, o aluno não ficará prejudicado se não prestar o exame de língua estrangeira. O mesmo não se dá no ensino médio, em que tanto a oferta da língua é obrigatória nos cursos quanto na prestação dos exames.

O Sr. João Monlevade - Em primeiro lugar, a pergunta de Celeste Maria Fraga de Oliveira sobre a questão do professor para trabalhar com jovens e adultos. Essa questão é mais própria para o debate de amanhã. Liminarmente, reafirmamos o que disseram os outros dois palestrantes: é urgente a formação específica em nível de licenciatura e especialização do pessoal para a EJA, para os ensinos fundamental e médio e a educação profissional.

Pergunta do William, e é complicada: "Se terceirizarmos a educação escolar no País, tiráramos o dever da União. Apesar de não gostar da palavra "parceria", no mundo globalizado, podemos pensar nisso?" Realmente, as coisas são muito complexas. O voluntariado não nasce pelo voluntariado. Nasce pela ausência da ação do poder público ou por uma ação diferenciada qualitativamente. Portanto, não tenho dúvida em dizer que o veto do Presidente da República à entrada da educação de jovens e adultos no FUNDEF está fazendo com que o voluntariado e a parceria sejam necessários. Se não houvesse o veto, todas as garantias - de cobertura, de abertura de matrícula, de escola, de cursos - estariam no mesmo nível dos ensinos fundamental e médio. Por que não há voluntariado para alfabetizar crianças de 6 e 7 anos e o há para educação de jovens e adultos?

A mesma coisa está ocorrendo com a educação infantil. Pelo fato de não haver um FUNDEB, mas um FUNDEF, estão-se multiplicando as escolinhas de ponta de rua, e, hoje, podem escrever, mais de 50% da educação infantil no Brasil é privatizada em escolas clandestinas, às vezes nem sempre com a qualidade necessária.

Lamento até essa história de FUNDEJA. Depois vou entender-me com o Conselheiro, porque a nossa proposta não é nesse sentido. A proposta do Conselho é FUNDEB.

O Sr. Carlos Roberto Jamil Cury - É o Governo que está propondo isso.

O Sr. João Monlevade - Mas me pareceu que foi dada a notícia sem restrições.

Edson Ferreira Filho, da Câmara Municipal de Ipatinga, pergunta: "Como compatibilizar a qualidade de ensino dos jovens e dos adultos com a vontade de economizar ou não investir na educação e como verificar essa qualidade?". Essa pergunta é muito importante também. Não quero ter deixado aqui a impressão, quando falei das opções de oferta do ensino de educação de jovens e adultos, de que era uma forma de baratear a qualidade.

Podemos baratear custos sem diminuir a qualidade. É o caso de empregar não apenas nossa imaginação, mas de pesquisar e até discutir o assunto com os próprios alunos. A grande vantagem da educação de jovens e adultos é justamente o fato de eles serem jovens e adultos, ou seja, cidadãos plenamente conscientes e capazes de sugerir e decidir. Portanto, de maneira alguma queremos advogar uma derrubada de qualidade.

A última pergunta, da Suely Medeiros Rocha, é complicada também, mas muito importante: "O professor educador de hoje está bastante desmotivado devido às diversas políticas que os desvalorizam. Haverá garantias ao educador de poder manter seu lugar permanente nessa proposta? Como ficaria a questão do seu contrato?"

Realmente, há uma tendência de flexibilização do trabalho por parte dos Governos Estaduais e Municipais, que dizem: "A vaga da criança está aí. Crianças, sempre tereis convosco". Então, pode haver concurso, existem vagas e quase uma estabilidade garantida. Para o jovem e adulto, teoricamente teríamos de ter um tempo limitado, se pudéssemos traçar um plano estratégico de escolarizar todos os jovens e adultos em dez anos. Nesse caso, abríamos o concurso, e, daí a pouco, o professor estaria desempregado. Entretanto, quero dizer aos Governos que não tenham essa preocupação, porque o professor do jovem e do adulto, se tiver formação polivalente, poderá, no momento em que sua clientela se libertar, passar aos níveis superiores, ser remanejado para os ensinos fundamental e médio e ir atrás do tempo integral.

Todos estamos nos esquecendo disso, não é, Maria Auxiliadora? O ensino fundamental integral deve ser, pela lei, implantado até 2007. E, pelo jeito, o Darcy Ribeiro não está fazendo o seu papel do céu maravilhoso onde está.

O Sr. Carlos Roberto Jamil Cury - A única informação que posso dar é de que estou, como diz a gíria, vendendo o peixe do jeito que me venderam. Soube, através de fontes absolutamente fidedignas, que está sendo estudada a criação do FUNDEJA, um fundo especial para a educação de jovens e adultos. Não conheço o teor, não conheço o mérito. Apenas sei que está sendo aventada a instituição desse fundo. Entretanto, caso isso não venha a ocorrer, parece-me que temos de reivindicar e pressionar o Governo Federal para que a EJA passe a fazer parte do FUNDEF, até para fazer justiça ao direito público subjetivo.

## Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos expositores e ao público em geral pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 8, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

## ATA DA 84ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 8/6/2000

Presidência dos Deputados Edson Rezende, Maria Tereza Lara, Antônio Genaro e Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Primeiro Painel: Composição da Mesa - Palavras da Sra. Presidente - Palavras do Sr. Leôncio José Gomes Soares - Palavras da Sra. Liana Borges - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Segundo Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Geraldo Magela Pereira Leão - Palavras da Sra. Maria Clara di Pierro - Palavras da Sra. Lenita Ferreira de Oliveira - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dílzon Melo - Gil Pereira - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Edson Rezende - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Luiz Fernando Faria - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Tereza Lara - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Rêmoló Aloise - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Wanderley Avila.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Às 9 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao prosseguimento do Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos, que, nesta manhã, será composto pelos painéis "Formação do Docente para a Educação de Jovens e Adultos" e "O Currículo na Educação de Jovens e Adultos: Escolhas, Ênfases, Omissões". A Presidência lembra aos participantes deste fórum que deverão se dirigir ao Hall das Bandeiras para que sua presença possa ser registrada, mediante a aposição de carimbo no crachá. Os crachás deverão ser devolvidos no mesmo local, ao final do evento, a fim de que se faça a apuração de frequência, para posterior envio do certificado. Informamos também que as atas contendo a transcrição completa deste fórum serão publicadas no "Diário do Legislativo" do dia 12/7/2000. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do fórum esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, razão por que haverá reprise do evento pela TV Assembléia. A data prevista para a reprise ainda não foi definida, mas essa informação poderá ser conseguida com a TV Assembléia, pelo telefone 290-7812. Informamos aos participantes deste fórum que está sendo realizada, no Hall das Bandeiras, exposição de experiências na educação de jovens e adultos, pelas seguintes entidades: Instituto Técnico de Educação para a Cultura - ITEC, Convenção Batista Mineira - Comitê de Ação Social-, Prefeitura Municipal de Betim, Sistema FIEMG de Educação, Rede "Por uma Educação Básica do Campo", Universidade Federal de Viçosa, Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Fundação São João Bosco para a Infância, Associação Maanain Pró-Gente, Fórum Mineiro de Educação para a Cidadania, Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais, Centro Arquidiocesano de Educação Popular, Centro Salesiano do Menor, Movimento dos Sem-Terra, Associação Municipal de Pais e Alunos de Contagem, Universidade do Estado de Minas Gerais, União Nacional dos Grêmios Estudantis, Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão das Neves, Associação Betel de Assistência Social, Associação Mineira de Assistência à Criança e ao Adolescente, e Centro Universitário Newton Paiva. À tarde, teremos reuniões dos grupos de trabalho, não sendo necessária a marcação da presença.

### Primeiro Painel

#### Composição da Mesa

A Sra. Presidente (Maria Tereza Lara) - A Presidência convida a tomar assento à mesa, para a exibição do primeiro painel, o Exmo. Sr. Leôncio Soares, Professor da FAE/UFMG, e a Exma. Sra. Liana Borges, Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos e do Movimento de Alfabetização da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul.

#### Palavras da Sra. Presidente

Cumprimentamos o Deputado Edson Rezende, que propôs este fórum, juntamente com o Deputado Rogério Correia, e todos os ilustres expositores desta manhã. Leremos justificativa do Deputado Rogério Correia, que coordenaria este debate: "Aos participantes do Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos, venho justificar a minha ausência da coordenação do debate, pois, como relator da CPI que investiga o narcotráfico em Minas Gerais, fui convocado para ir ao Triângulo Mineiro, na mesma data. Os trabalhos dessa CPI também estão diretamente ligados à educação. É através da informação e de programas educativos que conseguiremos alertar a sociedade a respeito dos males causados pelas drogas, impedir que as crianças, os adolescentes e os jovens cedam ao assédio dos traficantes. Além de garantir a participação de meu mandato através da minha assessoria, reitero o meu compromisso com os encontros e os desdobramentos decorrentes deste Fórum".

Cumprimentamos, também, todas as entidades organizadoras deste evento, entidades ligadas à educação, e queremos dizer da nossa satisfação em estar com lideranças comunitárias e profissionais da educação, refletindo sobre educação de jovens e adultos. Sou professora aposentada da rede estadual de ensino e iniciei a minha carreira profissional em 1967, lecionando para uma turma, na época, denominada educação integrada. Então, foram 25 longos anos dentro de escola, lecionando de 1ª à 4ª série, na época, 1º grau, como professora do Magistério, de Didática, como Supervisora, como Diretora de escola, por cinco anos e meio, e também Secretária Municipal de Educação, em Betim. Então, sinto-me honrada de estar aqui, junto com a nossa categoria, refletindo sobre esse tema de extrema importância. Basta relembrar que, em 1991, no censo demográfico do IBGE, pudemos registrar que na zona rural tínhamos 14.340.938 pessoas analfabetas, e na zona urbana, 18.427.640. Em Minas Gerais, 1.305.958 pessoas analfabetas na zona rural, e na zona urbana, 1.816.719. Ora, esses dados dizem por si mesmos. Sabemos que já houve mudança, mas não é tão significativa. Temos, ainda, alto índice de analfabetismo no nosso País e no nosso Estado.

Então, é fundamental que os Governos Federal, Estadual e Municipal invistam na educação de jovens e adultos, erradicando definitivamente o analfabetismo e garantindo aos jovens e adultos o direito de cursar o ensino fundamental, o médio e o superior. Esse é um grande desafio, uma utopia, mas não podemos perdê-la de vista.

Basta dizer que tivemos também a satisfação, a honra e o compromisso de estar com o Deputado Edson Rezende, recentemente, em uma comissão especial que discutiu a UEMG. Podemos comprovar a grande importância da universidade para o avanço tecnológico do nosso Estado e - por que não? -, com certeza, também econômico e social, que é o grande desafio colocado para nós.

Temos que resolver um problema prioritário, que é a educação dos jovens e adultos, mas, inserido nessa questão, temos o ensino superior como consequência natural, não podemos

sonhar de maneira rasteira, temos que sonhar alto. Queremos que os nosso jovens e adultos tenham ensino fundamental e médio e também façam o superior. É também necessário que, pela educação, o discente seja preparado para exercer a cidadania. Queremos educação para todos, mas não queremos qualquer educação. Queremos uma educação que prepare o jovem para exercer a cidadania, em uma sociedade onde avança a globalização, a informática, os meios de comunicação. Ao mesmo tempo, há o paradoxo de grandes massas que chegam a passar fome, crianças na rua, analfabetos, desempregados, excluídos da sociedade. Nesse contexto, ressalta-se a importância da formação do docente para a educação de jovens e adultos. Por isso, a grande importância deste fórum e, sobretudo, deste tema.

Palavras do Sr. Leôncio José Gomes Soares

Bom dia. Agradeço o convite desta Casa, ao Deputado Edson Rezende, à Deputada Maria José, porque todos aqui vieram motivados pela discussão em torno da educação de jovens e adultos. É uma satisfação estar compondo esta Mesa junto com a Liana Borges, que dentro da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil tem conseguido desenvolver um trabalho integrado. Na ausência de um Ministério da Educação que busque para si a articulação das ações em torno da educação de jovens e adultos, no Brasil, essa rede, RAAB, vem criando estratégias de encontros, de fóruns de discussão, para que haja possibilidade de intervenção nas políticas voltadas para essa área.

Gostaria de ressaltar a importância do evento. É Minas que toma a iniciativa de discutir essa temática. Deixamos, um pouco, de ficar a reboque do que vem acontecendo nacionalmente e paramos para dar uma olhada no que temos, para fazer um mapeamento daquilo que vem acontecendo em Minas Gerais, uma revisão. Como o evento propõe um documento, não vamos ficar somente na discussão. Vamos procurar encaminhar resoluções que possam interferir em ações, em políticas que, de fato, coloquem o Estado em posição pouco mais confortável nessa área, já que, ultimamente, temos ficado a dever.

Falo também de um momento importante porque, havendo a aprovação das diretrizes nacionais curriculares para a educação de jovens e adultos, isso nos possibilita um momento de flexibilização, não aquela que vá reduzir direitos, mas que possibilite, dada a diversidade dessa área na qual entramos, chegarmos a desenhos que façam com que a educação de jovens e adultos, numa ideia de parceiros e não como na que ontem à noite foi tratada, e não como parceiros que substituem o que seria dever do Estado, em parceria, em conjunto, possa ser pensada e tenha propostas de soluções para problemas dessa natureza, na sociedade. Então, esse é um momento em que nos colocamos no cenário para falar o que é possível fazer dentro desse momento em que se reduziu muito o que se teria de gastos para a própria educação. Acabamos de virar a década de 90, em que a educação de jovens e adultos foi tratada de maneira secundária.

Por último, seria bom que dissesse de onde venho, de onde será a minha fala, porque isso, de alguma forma, traz uma concepção de educação. Sobre essa concepção, como ocorreu ontem, estará sempre em discussões com outras maneiras de pensar esse próprio campo da educação de jovens e adultos. Como foi apresentado, sou da UFMG, onde temos, desde 1986, habilitação para a educação de jovens e adultos, no curso de Pedagogia. Então, viemos trabalhando na formação inicial desde esse período. Temos também um projeto de extensão que se iniciou nessa mesma época. Portanto, no ano que vem, pretendemos fazer uma segunda versão de um seminário que chamamos "Universidade e Educação de Jovens e Adultos", visando comemorar esses 15 anos. Quando fizemos 10 anos, a Liana pôde estar presente, relatando a experiência de Porto Alegre. A Universidade também tem na pós-graduação uma linha de pesquisa em educação de jovens e adultos. Com isso, temos tentado encarar de frente essa área do ensino, do ponto de vista da formação e da pesquisa, para que possamos ter uma prática com relação à educação de jovens e adultos e, junto com essa prática, a reflexão inerente à própria prática, e, partindo daí a elaboração de nossas teorias.

Ontem, à noite, senti algumas ausências e começaria falando isso aqui hoje. Algumas ausências são de presenças, e outra é de um fundo que a mesa pretendia, um diagnóstico de educação de jovens e adultos, e senti que fizeram falta algumas falas. Tivemos uma fala do Conselho Nacional de Educação, uma da representante da Secretaria Estadual de Educação e uma sobre a questão do financiamento da educação de jovens e adultos. Faltou uma fala sobre o momento em que a própria EJA se encontra no País, e não só no País, podendo se estender no mundo de hoje. É lamentável que não possamos contar com alguém do Ministério da Educação, para dizer o que esse órgão tem pensado e até para ouvir o que Minas tem a dizer sobre essa área. Lamento, também, a ausência do Secretário Estadual, que tanta expectativa nos deu, com relação a educação, no fórum de educação de jovens e adultos, que vem se realizando desde 1998, por adesões. Atualmente, vem se reunindo na Secretaria Estadual de Educação, iniciou suas reuniões na Faculdade de Educação da UFMG, em seguida passamos a nos reunir na Delegacia do MEC, até quando existiu, e atualmente estamos sediados na Secretaria Municipal de Educação. Quando realizamos esse fórum pela primeira vez, convidamos o Sr. Secretário de Educação, que infelizmente não pôde comparecer. Como o objetivo dessa reunião é colocar o que se discutiu no papel, para que possamos interferir nessa política, seria bom que insistíssemos para que essas pessoas realmente comparecessem, como forma de cooperação e parceria, e falassem, assumindo o compromisso, das medidas que o Estado vai, daqui para frente, adotar. A falta que senti do diagnóstico de ontem é porque esse tema da formação docente, para educação de jovens e adultos, nos faz pensar sobre o mundo em que estamos vivendo, e não dá para tocar nesse tema da formação sem tocar na educação como um todo.

Tomei a liberdade de falar um pouco de um autor, Eduardo Galeano, que lançou um livro, em 1998, não sei se foi traduzido para o português, cujo título é "Patatas Arriba, la Escuela Del Mundo ao Revés", a escola do mundo ao inverso e que demonstra como através da própria sociedade, do mundo, estamos nos formando e como essa formação tem se dado, voltada para o individualismo, tirando valores, como solidariedade, e colocando outros. Alguns títulos desse livro: "Curso Básico de Injustiça", ilustra com situações da própria sociedade como a sociedade forma as pessoas para a própria injustiça; Curso Básico de Racismo e de Machismo; A Indústria do Medo, Classes Magistrais de Impunidades; a Impunidade dos Exterminadores do Planeta, Curso Intensivo de Incomunicação; A Contraescola. Assim, o livro tende a ser, para algumas pessoas, um pouco pessimista, porque é um retrato do que vivemos. Li de maneira realista, e Eduardo Galeano mostra, ao final, o seu otimismo frente a isso, quando nos chama para viver o direito ao delírio. Muito bonita, essa parte final, três páginas, citando onde poderia se imaginar uma sociedade diferenciada, que me fez lembrar a letra de "Imagine", de John Lennon, ou, se chegarmos mais perto, um Gonzaguinha ou Milton Nascimento, os quais, em suas canções, mostraram um pouco como a vida, mesmo não estando na melhor forma, poderia ser melhor.

Então, acho que nos falta ter visão de que o momento que vivemos é cercado de muitas dificuldades, a economia vem ditando os eixos da educação, e com esse investimento se transforma em gastos, e parte da educação, como no caso dos analfabetos, que têm idade acima de 40 anos e são colocados como sociedade descartável, e, com isso, longe do direito de educação. Algumas partes desse diagnóstico deverão ser completadas aqui, na fala da Eliana, ou da Maria Clara, que vem logo após e talvez complementem um pouco esse momento que estamos vivendo. Com relação à educação de jovens e adultos, estamos vivendo um momento de superação de alguns conceitos, e um deles é educação compensatória. Durante bom tempo a educação foi entendida como reposição do tempo perdido, e a COINEA, cuja quinta versão se realizou em Hamburgo, em 1997, coloca nova meta, que é a educação ao longo da vida, que se diferencia daquela que é só para recuperar o tempo perdido. Com isso, a alfabetização, durante bom tempo, em nosso País, tratada como mera assinatura ou decodificação de letra, passa a ser encarada por um período mais extenso de atividade, e não aquele que possa ser feito em 40 horas ou em três meses, mas o próprio conceito de alfabetismo funcional da UNESCO exige pelo menos quatro anos de escolaridade para que uma pessoa possa ter os domínios da leitura, da escrita e da matemática. Vamos encontrar essa ideia da alfabetização, vista como algo que qualquer um pode fazer, já há algum tempo, enraizada em nosso País. Em 1947, tivemos a primeira campanha nacional de educação para adultos, e essa campanha trazia um livro de instruções para professores, e, no meio dessa campanha aparecia a seguinte frase, daquele que coordenou a campanha por muito tempo: "É mais fácil, rápido e simples ensinar a adolescentes e adultos do que ensinar a crianças". Essa é uma frase chave para entendermos a mudança conceitual que estamos vivendo hoje. O argumento para isso era: O texto afirma que se pode ensinar a um adolescente ou a um adulto na metade do tempo necessário ao ensino da criança. As crianças estão ainda em crescimento, são menos capazes, agem por impulsos. Ao contrário, o adolescente ou adulto, que procura uma escola, assume consigo mesmo o compromisso de aprender bem depressa. Essa é a ideia que veio de 1947, e se enraizou entre nós, e não passou; muitas pessoas continuam acreditando que para o adulto é possível um tempo menor. Junto com essa ideia de um tempo menor, vem a ideia de campanha, que me parece ser outro conceito que estamos procurando superar. Vê a alfabetização como algo que pode ser feito rápido com qualquer pessoa, em qualquer lugar, sem precisar de preparação. Uma frase da pesquisadora Rose Maria Torres demonstra isso: "Qualquer um que sabe ler ou escrever pode converter-se em alfabetizador". Isso, que ainda escutamos com certa frequência, coloca a questão da profissionalização da educação distante, porque traz para si o conceito de voluntariado, sobre o qual vou falar depois.

Para a UNESCO, e isso é recente, de abril de 2000, saiu um livro, trazendo a pesquisa sobre o alfabetismo funcional em sete países da América Latina, onde a constatação de que, para alfabetizar, e aí vem o conceito recente de letramento, é necessário esse prazo de quatro anos, para que as pessoas desenvolvam a capacidade de uso de práticas da leitura e da escrita. Esses conceitos estão relacionados mais à alfabetização, mas se analisarmos a educação de adultos, vamos encontrar um outro conceito, o de ensino supletivo, que sofreu modificação a partir da Constituição de 1988.

Ontem, o Conselheiro Cury falava, em tom forte, que acabou o ensino supletivo, quando em Minas tivemos, desde a década de 70, orientados pelo próprio MEC, uma diretoria de ensino supletivo no interior da Secretaria Estadual de Educação. Então, o conceito de supletivo é substituído pelo de educação de jovens e adultos, isso porque a transposição de conteúdos está ligada a algo que é mais reduzido do que educação, que é um processo mais amplo, e o ensino na questão da formação leva o professor a ser mais alguém, como alguém que divide o momento da própria formação. Vamos encontrar nesses dois conceitos a utilização em massa da figura do voluntário. Essa figura, que existiu durante vários anos e ainda continua existindo, faz com que o professor que atua na educação de jovens e adultos seja visto como alguém que precise ter apenas boa-vontade e escolaridade mínima. Esse conceito de educação, que é mais amplo e que substituiu o supletivo, passa a requerer formação mínima para a atuação nesse campo. Agora, para essa atuação, são necessárias condições que não estão relacionadas só com aspecto da formação inicial que se dá na universidade ou na formação em serviço e a continuada, que se dá nas próprias redes ou em locais de trabalho. Têm a ver com as próprias condições materiais em que se dá esse trabalho.

Vou lembrar um texto de Minas, de 1958, quando aconteceu o II Congresso Nacional de Jovens e Adultos, quando educadores de Minas se reuniram no Instituto de Educação e

elaboraram um documento para ser enviado a esse Congresso, na ex-Capital de nosso País. Esse texto passou a fazer parte do relato que Minas fez, no Rio de Janeiro, naquele momento: "Com os vencimentos atuais, não se consegue atrair os profissionais mais dedicados e mais competentes, e sim os mais necessitados". Parece-me que essa professora, em 1998, não estava muito distante de fazer alguma profecia, porque, senão, não teríamos um mapeamento no Brasil de hoje, mostrando a situação em que o professor se encontra. A questão das condições interfere diretamente no tempo que o professor tem para a sua formação, na medida em que tem classes mais numerosas e maior número de aulas, menos tempo tem para sua formação, que é contínua. Do mesmo modo, a formação da prática, que faz parte da formação permanente, fica prejudicada.

Por não ter tempo para me estender demais, escolhi três trechos de documentos recentes, que fazem parte da agenda de quem está trabalhando na educação de jovens e adultos: um é a declaração de Hamburgo, de cuja agenda tirei um trecho, que orienta para nós, pelos próximos anos, metas para a formação da educação de jovens e adultos, outro, um relatório simples, do Encontro Nacional de Educação para Jovens e Adultos, realizado no ano passado, no Rio de Janeiro; o terceiro, as próprias diretrizes nacionais curriculares para educação de jovens e adultos, lembrando que, para entendermos esses trechos, é necessário que partamos da própria Constituição. A Constituição de 1988 ampliou o atendimento à educação antes dos 7 aos 14 anos e ampliou sem estabelecer faixa etária. Foi um grande ganho para a educação de jovens e adultos. Em seguida à Constituição, tivemos a LDB, que nos arts. 37 e 38 traz o que se entenderia por EJA.

No contexto dessas duas, é possível entendermos o que diz a primeira Declaração de Hamburgo: "Melhorar as condições de trabalho e as perspectivas profissionais dos educandos e dos adultos, professores e facilitadores, elaborando políticas e adotando medidas para melhorar o recrutamento, a formação inicial e o exercício do emprego, as condições de trabalho e a remuneração do pessoal empregado nos programas e nas atividades de jovens e adultos a fim de garantir qualidade e continuidade desses programas e atividades, incluídos os conteúdos e os métodos de formação".

O segundo documento é do Encontro Nacional que ocorreu no Rio, ano passado, que diz, sobre a formação docente: "A formação de educadores de jovens e adultos vem sendo assumida progressivamente pelas universidades, com programas amplos, decorrentes de convênios com entidades da sociedade civil. Algumas dificuldades, em especial, vêm sendo apontadas no processo de formação: 1ª - caráter voluntário, que leva a uma provisoriedade nas ações; 2ª - a ausência de preocupação com a profissionalização dos educadores; 3ª - a escassez de pesquisas e produção do conhecimento que subsidiem tanto a formação do educador quanto à sua prática docente; 4ª - a falta de concursos públicos para a área, que evidencia o não-reconhecimento da educação de jovens e adultos como habilitação profissional".

Por último, o terceiro documento, das diretrizes, cujo relator esteve aqui ontem, diz: "Formação docente para a educação de jovens e adultos. Pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial dessa modalidade de ensino. Assim, esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com essa parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo, jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa-vontade ou por um voluntariado idealista, e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer".

Depois de citar esses três, pararia por agora, porque meu tempo se está encerrando. Em seguida, ouviremos a Liana. Quando começar o debate, se houver necessidade, complemento com mais anotações que trouxe. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Liana Borges

Bom-dia. Certamente, para alguns de nós, não é o primeiro encontro, porque há algumas fisionomias que consigo reconhecer, além, evidentemente, do Léo, que já fez referência. Temos tido possibilidade de nos encontrar em diversos momentos. Esse foi um dos motivos que me fez aceitar esse desafio, quando a Assembléia Legislativa me procurou dizendo deste momento tão importante para o Estado. Pensei que estava na hora de retornar para saber o que anda ocorrendo aqui, porque, às vezes, não conseguimos, dado ao tamanho do País, fazer esse acompanhamento mais de perto. Então, pensei que poderia reencontrar vocês, até porque, desde o ano passado, encontro-me em outro lugar que não aquele em que me encontrava quando estive aqui, em 1998. Nessa época, coordenava a educação de jovens e adultos na Prefeitura de Porto Alegre. Hoje, trabalho na rede municipal. Esse trabalho é bastante simplificado em relação ao que se precisa fazer em uma rede estadual, na proporção que é o Rio Grande do Sul.

Para que possamos nos situar, organizei minha intervenção em três aspectos, não me estendendo nos dois primeiros. Aprofundarei mais o terceiro aspecto, que diz respeito especificamente ao nosso tema, que é a questão da formação permanente de educadores e educadoras de EJA, uma vez que esse é o debate posto.

Antes de entrar especificamente nesse ponto, farei o percurso que o Léo fez, tentando explicitar de que lugar falo. O lugar de onde se fala representa aquilo que se tem pela frente e a tarefa cotidiana que desenvolvemos em EJA, que, certamente, é diferenciada, por exemplo, do lugar que o Léo fala, tão necessário para EJA, que é o espaço das universidades, das academias, que não é o meu lugar. Falo, portanto, de um governo, da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, com uma tarefa junto a outras pessoas de coordenar a EJA. Esse Governo que se iniciou em 1999 tem como característica principal a constituição de outra lógica de poder, de outra organização de sociedade, portanto, de educação, cujo centro de toda a organização, de todas as nossas políticas sociais e educacionais têm como eixo central a construção dessas políticas por meio da garantia efetiva de participação de todas as pessoas que vivem naquele Estado.

Estamos tentando dar conta, em todas as ações de governo, em todos os setores: saúde, habitação, agricultura, cultura e, evidentemente, junto a todas as práticas desenvolvidas na Secretaria de Educação.

Para situar, a característica do Governo é destacar que a participação é um princípio que perpassa todas as nossas ações e a construção de todas as nossas políticas. Em decorrência do cumprimento desse princípio, nós, da Secretaria de Educação, temos uma organização que respeita, vai na direção do cumprimento desse princípio.

No que se refere especificamente à educação, o segundo aspecto que quero situar, desenvolvemos na Secretaria uma prática político-pedagógica que tem como suporte o desenvolvimento de eixos, cinco ações de Governo no que se refere às políticas educacionais colocadas no texto de nosso programa de Governo. O primeiro eixo que sustenta nosso trabalho é todo o cuidado e toda a prática para garantir o que chamamos de democratização do acesso, quer dizer, garantir a todas as pessoas o acesso à escola pública, entendendo, evidentemente, a inclusão das pessoas jovens e adultas, conforme o Léo situou nessa reconceptualização da EJA.

O segundo não é só a democratização do acesso, mas do conhecimento, ou seja, como podemos não só garantir que todas as pessoas cheguem à escola pública, mas que permaneçam e tenham sucesso na escola. O terceiro eixo - não tenho tempo de me estender sobre cada um, mas a idéia é situar amplamente qual é a ação da educação - é a democratização da gestão, como podemos, comunidade escolar e os diferentes segmentos da escola, pais alunos, professores e funcionários, organizar e definir a escola e o projeto político pedagógico que se pretende. O quarto passa pela formação e pela valorização dos trabalhadores em educação. Por fim, o quinto eixo tem que ver com nossa posição enquanto Secretaria de Educação no que diz respeito aos regimes de financiamento e colaboração, o que cabe à Secretaria de Educação, o que cabe aos municípios e o que cabe, ou deveria caber, ao Governo Federal.

No bojo dessas cinco diretrizes que permeiam toda a ação pedagógica da Secretaria de Educação, estamos desenvolvendo nossa prática. Quando falo em toda a nossa prática, refiro-me a todos os educadores da rede pública estadual, incluídos os educadores de EJA, o que, para nós, da EJA, é extremamente importante porque, pela primeira vez na história da educação do Rio Grande do Sul, a EJA passa a fazer parte objetiva e concretamente de uma política de educação para toda a rede estadual. Temos tido cuidado em deixar muito claro que nós, educadores de EJA, estamos incluídos nessa política educacional. Mas, historicamente, sabemos que ainda hoje isso não vem ocorrendo.

Para aprofundar esse segundo tema, a política de educação da Secretaria, serei sucinta. Estamos desenvolvendo e aí precisamos entender nós, educadores de jovens e adultos incluídos nessa proposta, o que chamamos de constituinte escolar, uma proposta de reflexão sobre a ação pedagógica que vem sendo desenvolvida na rede estadual ao longo de sua existência.

Essa constituinte escolar está organizada em cinco momentos, iniciando em abril do ano passado e estendendo-se até dezembro deste ano. À medida que passar a detalhar os cinco momentos, entrarei no terceiro eixo de minha fala, que é como nós, da EJA, estamos na tentativa de garantir um processo de formação continuada de educadores de EJA por dentro do processo da constituinte escolar, não à parte do restante da discussão que se tem feito sobre o reordenamento e a reconstrução de propostas político-pedagógicas para toda a rede escolar do Rio Grande do Sul.

Ainda para situar o que é a EJA no Rio Grande do Sul, há três grandes ações. Uma conhecida por todos, que se chama exame supletivo. Temos uma avaliação do que representa a reorganização e a requalificação dos exames supletivos do Estado. Para terem dimensão do tamanho do problema que estamos enfrentando, no ano de 1999, tivemos, em todo o Estado, 100 mil inscritos para os exames da educação básica, incluindo, portanto, educação fundamental e em nível médio. Desses 100 mil que se inscreveram, 60% não compareceram no momento da realização das provas. Com relação aos que compareceram, tivemos, em média, 15% de aprovação em algumas disciplinas em que os candidatos haviam se inscrito.

Essas 100 mil inscrições representaram um conjunto de 1 milhão de provas de exames requeridos. Então, o tamanho dos exames supletivos no Rio Grande do Sul é absolutamente absurdo. Depois, se tivermos tempo, posso colocar o que fizemos a partir dessa experiência de 1999 para 2000 para a requalificação e o reordenamento dos exames supletivos.

A outra ação de EJA que desenvolvemos na rede, uma prática histórica, tem mais ou menos 30 anos, desde a Lei nº 5.692, de 1971, que ocorre na rede estadual; é aquela que também encontramos em todos os Estados e municípios brasileiros que estão na direção de grupos de alfabetização, os quais, no Rio Grande do Sul, se chamam Projeto Ler e estão em processo de reordenamento. O Projeto Ler conta com um grupo de aproximadamente 500 professoras alfabetizadoras responsáveis pelo primeiro segmento do ensino fundamental.

Além do Projeto Ler, há os tradicionais e arcaicos centros de ensino supletivo, bem na visão, apontada anteriormente pelo Leo, do voluntariado da disciplina, da suplência, do ensino, da não-formação, com a vertente de uma base tecnicista e positivista de conhecimento. Hoje, temos no Estado seis centros de ensino supletivo, o que envolve mais ou menos outros 500 professores de 5ª série até o final do ensino médio. Temos também no Estado, por sua cultura rural, centros rurais de ensino supletivo que trabalham com a educação fundamental e com o ensino médio, na questão da formação profissional da agricultura, e do ensino técnico agrícola, que são outros seis centros rurais com mais ou menos 600 professores. Em todo o Rio Grande do Sul, em várias escolas, há turmas de suplência que não estão vinculadas ao Projeto Ler, nem ao SESI, nem ao CRES; são coisas soltas que as escolas, ao longo desses 30 anos, foram implantando. As turmas de suplência vão da 5ª série até o 3º ano do ensino médio. Há mais ou menos 1.200 turmas de suplência espalhadas por todo o Estado.

Além disso, na rede, temos o que se chama, nesse momento, núcleos de orientação aos exames supletivos, que não têm matrícula. O aluno não tem vínculo; Na verdade não é um aluno. Busca os módulos e estuda em casa, posteriormente faz os exames. Se quiser, pode marcar atendimentos individuais, na visão de suplência.

O Rio Grande do Sul tem mais ou menos 100 núcleos de orientação, com mais ou menos 800 professores. São 5 mil professores de EJA na rede estadual, nos exames supletivos. Outra ação de EJA, do nosso Governo, que se iniciou em 1999, chama-se Movimento de Alfabetização do Rio Grande do Sul - MOVA-RS -, de acordo com a concepção original do MOVA de São Paulo, a partir de Paulo Freire. Essa é a primeira ação de EJA construída no nosso Governo que, neste momento, tem, em todo o Rio Grande do Sul, 4 mil grupos de alfabetização de jovens e adultos na relação com a sociedade civil. Isso pode dar idéia do tamanho do desafio e da qualidade necessária para garantir esse processo de formação continuada a partir da nova visão e de idéias apontadas para a EJA.

Não vamos falar sobre os exames supletivos, nem sobre o MOVA. Estamos fazendo a formação continuada dos educadores de EJA, na rede estadual, a partir daquele universo do Projeto Ler, dos centros supletivos, dos centros rurais, das turmas de suplência e dos núcleos que preparam os exames, articulados pela lógica da constituinte escolar.

A constituinte escolar iniciou-se no ano passado e tem cinco momentos. No primeiro, denominado momento de sensibilização, a Secretaria da Educação, enquanto poder público, foi ao encontro da comunidade escolar e da não escolar para convidá-las a participar - porque esse é o eixo que norteia todas as políticas de Governo - e refletir sobre o que temos de educação no Rio Grande do Sul, o que pensamos alterar e como fazer coletivamente essa proposta político-pedagógica.

Esse momento de sensibilização aconteceu nos meses de março, abril e maio do ano passado, e nós, da EJA, realizamos 30 seminários. O Rio Grande do Sul é dividido em 30 regiões educacionais - Porto Alegre e outras 29 regiões - que dividem geográfica e administrativamente o Estado. Em 30 seminários regionais nos encontramos com professores, direções de escola e alunos de EJA que compõem aquele universo Ler, CRES, NOES e outros, para analisarmos que prática e que realidade a EJA havia construído ao longo da sua história.

Esse primeiro momento da constituinte escolar produziu um segundo, que chamamos de estudo da realidade e resgate de práticas. A lógica da constituinte passa pela reflexão sobre a prática existente e pelo redimensionamento delas. Nesse segundo momento da constituinte escolar tivemos outros 30 seminários de EJA, para ouvir relatos de experiência, práticas de sala de aula de todo o universo da EJA e, após os 30 seminários, realizamos 8 seminários macrorregionais, agrupando 30 regiões em 8, a partir de representações das 30 regiões. A partir do resgate de práticas, definimos com os educadores e educandos da EJA quais as temáticas representam problemas político - pedagógicos que por esse coletivo precisam ser superados.

É importante destacar que, ao mesmo tempo que a EJA vivia esse processo, ele ocorria para o conjunto da escola, envolvendo os outros níveis de ensino: ensinos fundamental, infantil e médio. Não foi um trabalho produzido só pela EJA, não nos podemos esquecer desse detalhe. O que se produzia em EJA se articulava depois para os seminários regionais que envolviam todos os níveis de ensino.

Como o nosso tempo esgotou, estamos aprofundando, na EJA, os temas que representaram problemas, a partir do segundo momento da constituinte, no qual desenvolvemos os 30 seminários e os 8 seminários macrorregionais de resgate de práticas.

No aprofundamento das temáticas, na semana retrasada, realizamos um seminário estadual, com professoras alfabetizadoras no Projeto Ler. Fizemos um seminário de uma semana, num regime quase de internato - manhã, tarde, noite - para que pudéssemos discutir e reescrever o conceito de alfabetização, o referencial teórico para a alfabetização de jovens e adultos, a metodologia e a questão da construção psicogenética da língua escrita. Neste momento, estamos buscando os temas apontados como desafio para a EJA, desdobrando essas temáticas em seminários, em reuniões de trabalho e reflexões.

Na próxima semana, estaremos reunidos com o grupo de professores dos centros de ensino supletivo para reconceitualizar ensino supletivo e EJA e pensar quais bases teóricas sustentarão o redimensionamento dessa visão de suplência para a EJA. Já realizamos um seminário de redimensionamento conceitual dos centros rurais de ensino supletivo. Conforme o Cury apontou, a suplência - para quem não se deu conta - morreu. Precisamos pôr outra visão de EJA no lugar. Mas não é suficiente trocar o nome, a essência do trabalho deve ser apontada.

A nossa idéia tem sido essa, como partiremos da prática que os educadores de EJA do Estado acumularam ao longo da sua experiência e refletir, a partir dessa experiência, o que a EJA tem produzido, pelo menos nesta última década até os dias de hoje. Põem o nosso trabalho em outro lugar que não é no que historicamente a suplência foi posta.

Como tratamos a formação pedagógica dos educadores do MOVA, fica para o debate, se houver interesse.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para agilizar o debate, os participantes que desejarem fazer uso do microfone devem inscrever-se previamente. Cada participante disporá de 2 minutos para a sua intervenção. Solicitamos àqueles que desejarem fazer uso da palavra que sejam objetivos, dispensando as formalidades das saudações pessoais.

#### Debates

A Sra. Maria do Carmo Frias - Sou da Secretaria de Estado da Educação. Profª. Liana, traz-nos um certo cansaço e desânimo, para não me aprofundar em reflexões filosóficas, a citação dos números: são tantos os analfabetos, alijados e sem escola. Dessa exposição, gostaria que aprofundasse mais no que, creio, ficamos mais atentos e desejamos saber: como é realizado o primeiro eixo dos cinco compromissos do Estado do Rio Grande do Sul, exatamente a prática do acesso. Como é considerada essa situação de excluídos do processo?

A Sra. Presidente - Proponho que façamos em bloco. Há uma segunda pergunta para a Profª. Liana, do Sr. Paulo Brésia, do Departamento de Educação, Regional Nordeste,

Prefeitura de Belo Horizonte: "A formação continuada em serviço é dada apenas por cursos e seminários ou a forma de organização do trabalho no interior das escolas proporciona momentos e oportunidades de formação continuada?"

Outra, também de Paulo Bréscia, para o Prof. Leôncio: "A concepção da EJA enquanto reparação de uma dívida social pode ser compreendida como reestruturação educacional ou se inscreve no bojo de um projeto de nova sociedade?"

A Sra. Maria da Glória de Oliveira - Para a Liana: como se dá a formação dos profissionais do morro?

O Sr. Frederico Pecorelli - A nossa pergunta leva em consideração o relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação Para o Século XXI, conhecido como Relatório Jacques Dolores, em que na formação do professor devem se considerar as competências e habilidades compreendidas em aprendizagem, os quatro pilares da educação da aprendizagem ou do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto, aprender a ser. Isso está também no Capítulo VI, "Um Passaporte para a Vida, Educação Básica, Alfabetização de Adultos", do Relatório de (...), na Tailândia. O que gostaria de colocar para a Mesa, em especial para o Prof. Leôncio e a Profª. Liana, é a importância de não se excluir da formação do educador de jovens e adultos aqueles em situação de risco. Muito bem está relatado aqui, na Agenda Social 2000 do Estado de Minas Gerais e em outras pesquisas, que os grupos de pesquisa precisam participar ativamente para aliar a prática à teoria, dentro do cotidiano da formação da EJA.

O Deputado Edson Rezende - Não podemos perder a oportunidade da presença da Liana entre nós e da experiência do Rio Grande do Sul. Com relação ao financiamento, Liana, gostaria de saber, dentro da reflexão de vocês, que está à frente da nossa, como se colocam o financiamento e a responsabilidade com relação aos três níveis de poder: União, Estado e municípios. Segundo, está garantido no orçamento do Rio Grande do Sul parcela de recursos para a EJA?

A Sra. Liana Borges - Darei respostas especificamente sobre a EJA, não entrarei na questão do acesso ao ensino médio, da educação infantil, do financiamento do ensino médio, da educação infantil e especial.

Em relação ao acesso à EJA, dados o tamanho do problema e a realidade no Rio Grande do Sul, há, hoje, na maioria dos casos, a mesma oferta que havia há 20 ou 30 anos. Isso significa que não existia política pública para a EJA e ampliação alguma do atendimento, para que mais pessoas tivessem acesso a ela. Dada essa realidade, o que definimos na época do programa de Governo? Que essa primeira gestão priorizará o acesso dos jovens e adultos que não estão alfabetizados dentro do conceito de alfabetização apontado pela UNESCO: aquilo que representa, no mínimo, o primeiro segmento do ensino fundamental. Então, a nossa prioridade sobre o acesso está dirigida à alfabetização de jovens e adultos.

O que temos feito concretamente em relação a isso? O Projeto Ler, sobre o qual já comentei, está presente em 130 municípios dos 457 que o Rio Grande do Sul possui. Vejam que está muito longe do total do Estado. Então, estamos, até o mês de setembro, implantando, na rede estadual, turmas de alfabetização de jovens e adultos, para garantir pelo menos uma turma em cada município do Estado. E temos um plano de trabalho para que, até o final do nosso Governo, possamos triplicar o número de turmas de alfabetização de adultos na rede estadual. Isso em relação ao acesso na rede.

Sobre o MOVA, que é a articulação do Governo com a sociedade civil, temos uma meta bastante ousada. O Rio Grande do Sul possui 9% de analfabetos, ou seja, 650 mil pessoas que não sabem ler e escrever. A nossa meta, até 2002, é organizar 25.000 grupos de alfabetização. Se cumprirmos essa meta, teremos a possibilidade de iniciar a alfabetização de mais ou menos 400 mil pessoas daquele universo de 650 mil. Hoje, o MOVA mantém funcionando 4 mil grupos de alfabetização, ou seja, são mais ou menos 45.000 pessoas tendo acesso a esse conhecimento elementar.

Com relação ao processo de formação dos educadores voltados para a EJA, se acontece somente em cursos e seminários ou também nas escolas, outra iniciativa original do Governo foi dividir o Estado em 30 regiões educacionais. Cada região tem uma delegacia de educação, cuja equipe é composta por três ou quatro pessoas que coordenam pedagógica e politicamente a EJA. Isso nunca aconteceu antes. As DEs possuíam gerentes dos ensinos supletivos. Hoje, há equipes com perfil político e pedagógico para coordenar a EJA. Portanto, todos esses cursos e seminários são desdobrados em cada região, por meio dessas coordenações, envolvendo as escolas, a comunidade escolar e a sociedade. O desdobramento desse trabalho se dá de acordo com a realidade da região. Em algumas, onde os municípios são distantes 300 ou 400km, as escolas são sediadas no campo, e o acesso não é facilitado. A realidade do desdobramento se dá em função das experiências e das possibilidades de cada região.

O processo de formação pedagógica do MOVA é bastante complexo, mas destacarei algumas questões importantes. Existem três segmentos que organizam o MOVA. Um deles chama-se Animadores Populares de Alfabetização. Cada município tem um animador; portanto, são 467. Essa pessoa é aquela que articula, divulga e faz a mediação do MOVA em seu município, indo às entidades, explicando o que é esse projeto, o que é preciso para se conveniar, etc. Os Animadores de Alfabetização participam de um seminário inicial na abertura de cada ano, em que se reflete sobre a prática e outras coisas. Têm, na coordenação regional, uma reunião mensal, em que se encontram para discutir sobre o trabalho. Temos ainda um seminário estadual, em que encontramos todos os animadores do MOVA, em agosto. No ano passado foi o primeiro, mas já estamos preparando o segundo.

O segundo segmento é o dos Apoiadores Pedagógicos, pessoas que trabalham com a formação pedagógica dos educadores populares. Cada seis educadores têm um Apoiador Pedagógico, que também participam de um seminário de formação inicial, uma reunião mensal na sua região, com dois turnos de reflexão teórico-prática sobre a experiência do apoiador pedagógico, e um seminário estadual, em que encontramos todos os apoiadores. São quase 800 apoiadores pedagógicos em todo o Estado.

Os 4 mil educadores populares são os alfabetizadores de sala de aula. Antes de iniciar o trabalho em sala de aula, participam de um curso de formação inicial de 20 horas. Espero que entendam os números citados, dimensionando o que representa a EJA no Estado. Somente neste ano, em março, abril e maio, realizamos 50 cursos de formação inicial para os educadores do MOVA. Pessoalmente, envolvi-me em 20, para acompanhar como esse processo ocorre. Os educadores, então, têm formação pedagógica semanal, que é feita pelos seus apoiadores pedagógicos - encontros de trocas, estudos, produção teórica e sistematização - e passaremos a ter um seminário estadual de avaliação do MOVA, com a representação de animadores, apoiadores, educadores e educandos, para se pensar nele como rede estadual de ação pedagógica.

Sobre o financiamento a que o Deputado se referiu, temos enquanto política educacional, no orçamento da Secretaria de Educação, um orçamento para a EJA, porque não dispomos de recursos federais. Buscamos aquele famoso recurso do FNDE, que foi cortado pela metade, com três meses para gastar, mas é muito pequeno para o tamanho do trabalho a desenvolver. Temos três orçamentos na EJA: um, voltado para a execução e a qualificação dos exames supletivos, que deve estar em torno de R\$2.500.000,00; um orçamento para o MOVA, que gira em torno de R\$9.000.000,00; e um orçamento para toda a política de EJA, LER, (...), em torno de R\$4.000.000,00, e quase todo voltado para a questão da formação pedagógica continuada.

É esse o orçamento da EJA no Rio Grande do Sul.

A Sra. Presidente - Cacilda Silveira Pinto, da ULTRAMIG, solicita à Profª Liana que deixe seu "e-mail", para que possam conversar mais sobre a educação continuada a partir de Paulo Freire, que está sendo implementada no Rio Grande do Sul. O mesmo solicita-se do Prof. Leôncio, e esta coordenadoria sugere que os expositores deixem outros endereços de contato, onde obter informações que não foram passadas aqui.

O Prof. Leôncio José Gomes Soares - Notem como chamam nossa atenção os números do Rio Grande do Sul. Esse mapa nos dá a idéia do universo da EJA no Brasil. Sair do município e assumir isso em âmbito de Estado aumenta nossa responsabilidade, porque os desafios se mostram cara a cara.

Frederico perguntou como a EJA desenvolve a exclusão ou a inclusão do jovem em estado de risco. Existe diferença entre o que já está consolidado internacionalmente, que é a área de educação de adultos, e os países do Terceiro Mundo, subdesenvolvidos, emergentes, periféricos, em que a sigla é EJA.

A literatura internacional chama de educação permanente o trabalho com jovens e adultos, ou seja, a atualização de conhecimentos e a aquisição de competência é que são considerados EJA. A sigla CONFITEA é Conferência Internacional de Educação de Adultos. Já a África, a América Latina, o Leste europeu e parte da Ásia têm parcela significativa de jovens envolvidos nesse trabalho, que, no Brasil, é assumido pela EJA.

Ontem, o Conselheiro falou da idade limite dessa juventude. Tem de haver limite, senão se acaba chegando ao adolescente e até mesmo à criança. Temos feito pesquisas para

conhecer o número referente ao universo juvenil e deduzir que interferência deve haver na formação do docente que trabalhará com uma população que se diferencia muito do próprio adulto.

Na década de 80, vivemos o romantismo da educação dos adultos, quando os alunos, todos mais velhos, reconheciam o trabalho do professor. Hoje, enfrentamos desafios. Temos de estar todo o tempo alertando os alunos jovens e adultos sobre os aspectos positivos que essa convivência heterogênea traz, porque, na verdade, o que se tem observado é exatamente o contrário.

A Profa. Liana está nos mostrando passos a serem dados, e o rico momento que estamos vivendo aponta que os conceitos surgem a partir da prática, que altera ou supera um conceito anterior. Estamos vendo que é preciso resgatar alguns conceitos, porque continuam respondendo a exigências reais. Novas teorias surgem quando as que existem já não respondem aos desafios. Não dá para continuarmos trabalhando com conceitos requeitados, que foram ultrapassados e que já não dão resposta à necessidade atual.

A Sra. Presidente - Perguntas à Profa. Liana. De Geralda Lúcia, de Ipatinga: "O processo de formação contínua do educador aponta o avanço do Rio Grande do Sul diante dos demais Estados. Respeitando o tempo curricular do aluno, qual o recurso usado pela Secretaria para garantir os momentos coletivos tão importantes para o desenvolvimento desse trabalho?".

De José Geraldo de Assis, do Sind-UTE de Ipatinga: "Muito se tem falado na formação do educador. No entanto, pouco tem sido feito pela valorização do profissional educador. Que ações específicas vêm sendo implementadas em seu Estado?".

De Sandra Maria Baldoni Lara, da 4ª SRE: "Favor explicitar o trabalho de formação dos professores, assim como foi feito com o de capacitação dos professores da EJA".

De Soraia Costa e de Simone Soares Campos, respectivamente, ambas da Associação Manaim Pró-Gente: "O que é utilizado como fator de motivação para os 5 mil professores?"; "Quais as instituições que compõem o (...) Rio Grande do Sul e quais os critérios exigidos para se fazer parceria?".

As seguintes perguntas foram dirigidas ao Prof. Leôncio. De Sandra Mara, aluna da Faculdade de Letras da UFMG: "O senhor falou sobre a especialização voltada para a EJA existente na Faculdade de Educação. Minha preocupação é com a preparação do professor de matemática, português e biologia. Somos preparados para atender a alunos de determinadas faixas, em detrimento de outras. Não seria o caso de estender a preparação para os demais cursos de licenciatura, ou oferecer cursos de extensão ou especialização para futuros professores da EJA?".

De Marília de Freitas, do CESU: "Qual sua opinião a respeito da campanha da Rede Globo sobre o trabalho voluntário Amigos da Escola?". Com a palavra, o Prof. Leôncio.

O Sr. Leôncio José Gomes Soares - Vou completar a resposta ao Paulo. Entre os conceitos que disse, anteriormente, que precisam ser mantidos, um é o que Paulo Freire definiu como sendo educação: "Educação é ato criativo e, portanto, ato político".

Estamos no momento de descobrir como garantir aos jovens e adultos, além do acesso à escola, o direito de ter uma experiência de escolarização significativa. Trocaria o conceito de qualidade total da década de 90 pelo de direito à experiência de escolarização significativa. Isso nos ajuda a demarcar tempo e espaço necessários e exigidos de acordo com os interesses dos jovens e dos adultos.

À Sandra, da UFMG, digo que o que existe na UFMG não é curso de especialização, mas habilitação para a Pedagogia. Atualmente, um ótimo curso de especialização tem sido desenvolvido na Universidade Federal Fluminense e tem atendido, principalmente, às redes públicas de ensino. Há, ainda, dois outros cursos de formação de formadores. O da CUT, um curso amplo, com material bem sistematizado, e o do SESL, de âmbito nacional, que usa a metodologia da educação à distância.

Quanto à UFMG, se estamos conseguindo trabalhar com o pedagogo, como fazer com os demais professores? O programa de educação básica da UFMG, que pega desde a alfabetização até o ensino médio, tem possibilitado a mais de 50 licenciandos uma experiência prática com jovens e adultos. Esse é um número pequeno. Estamos pesquisando o significado dessa experiência para os estudantes no interior da própria universidade e nas suas parcerias com outros sistemas, para, então, propormos a alteração curricular.

Esse período de 15 anos tem demonstrado que, nas faculdades de Letras, História, Geografia e Matemática, os estudantes sequer discutem educação, quanto mais EJA. O fato de se formarem e iniciarem o trabalho em escolas coloca-os diante do problema a que já nos referimos: prepararam-se teoricamente, mas não têm a prática.

A universidade pode ampliar o processo da formação inicial, incluindo a prática. É preciso que a licenciatura assuma o momento formador.

A respeito da campanha sobre o trabalho Amigos da Escola, vejo como benéfica a propaganda que cria motivação para a educação e que a coloca em questão. É o que a Assembléia está fazendo. Mas, quando a propaganda tende a substituir o que é dever do Estado e a impedir que a sociedade arregace as mangas e faça sua parte, está duplicando o trabalho do cidadão.

Uma propaganda que considero ridícula é aquela da alfabetização solidária, que, pelos meios de comunicação, solicitava às pessoas fazerem, pelo cartão de crédito, uma doação de R\$17,00 por mês, durante seis meses, que é a duração da alfabetização. Ora, isso é pedir à sociedade, mais uma vez, que financie a própria educação, quando o que se tem que fazer é perguntar para onde foi o dinheiro dos impostos que pagamos e que precisa voltar nas políticas públicas.

A Sra. Liana Borges - Sobre a questão da valorização dos trabalhadores em educação no Rio Grande do Sul, estamos enfrentando esse impasse que provavelmente tem sido a convivência com a maior contradição, porque está muito longe daquilo que temos certeza que precisa ser feito. Entretanto, três exemplos concretos de como estamos nos movimentando na direção de recuperar as perdas salariais e recolocar os trabalhadores em educação no lugar que, de fato, lhes pertence e também nos pertence: o Governo do Rio Grande do Sul está discutindo com a Assembléia Legislativa - e isso certamente é um processo muito complicado - a questão da revisão da matriz salarial. Para que tenham uma idéia, a diferença de salário entre o funcionário que menos ganha e o que mais recebe é de 140 vezes. Com essa diferença salarial não há como dar conta do processo. Neste momento, estão identificados os funcionários que recebem de R\$12.000,00 para cima - e são 600 em todo o Estado. Estão sendo notificados para que se apresentem individualmente e justifiquem o tamanho de seus salários. E logo a seguir, estamos buscando aqueles que recebem de R\$7.000,00 a R\$12.000,00, para que cumpram o mesmo processo. A intenção do Governo é que ainda este ano consigamos reduzir, pelo menos à metade de 1 para 140, portanto de 1 para 70, a diferença salarial, para que possamos nos movimentar até o final da nossa gestão e de nosso Governo, com uma diferença de 1 para 20.

Isso representa uma disputa muito pesada com a Assembléia Legislativa, com o Poder Judiciário, e podem imaginar tudo que temos pela frente para enfrentar, com a qualidade e a dureza necessárias a essa discussão.

Em relação à valorização, que não é só a questão salarial, realizamos um concurso público para o magistério estadual, quando tivemos em todo o Estado quase 88 mil professores inscritos. No último concurso, realizado em 1993, com a metade do número de inscritos, não mais que mil pessoas foram nomeadas.

Na semana retrasada, depois de quase dez anos, realizamos contratação emergencial de funcionários de escolas, porque era uma situação vivida pelo Rio Grande do Sul da mais absoluta complexidade, porque as escolas não dispunham de funcionários, merendeiras, serviços gerais, secretários de escolas, e estamos discutindo com a Assembléia Legislativa a realização, nos próximos meses, de um concurso público para funcionários de escolas.

Demostro outro exemplo concreto na valorização dos trabalhadores e estamos encaminhando a regulamentação dos avanços na carreira, que as gestões anteriores tinham parado de conceder desde 1993. Então, neste ano, estamos pagando o ano de 1994 e iniciaremos já pagando o ano de 1995, para que até o ano 2000 consigamos colocar em dia o ano de 1999. Só quero mostrar com exemplos concretos, mas sempre dizendo que para nós é tranquilo, e, mesmo com esses movimentos, ainda falta muito para darmos conta do tamanho do problema da valorização.

A segunda questão do MOVA é sobre quais são as instituições e os critérios para firmar convênio com o MOVA. Os critérios são que as Prefeituras ou as entidades não tenham finalidade lucrativa; portanto, sejam entidades filantrópicas e entreguem lá uma documentação que é absolutamente absurda e que não estamos conseguindo superar. Esse é um problema a administrar. Uma nova proposta, com uma máquina que funcionava de modo totalmente diferente do nosso, tem impedido quase tudo, especialmente o MOVA. Então, as instituições sem fins lucrativos entregam uma documentação dentro dos prazos preestabelecidos. As coordenações regionais que coordenam a EJA também coordenam o MOVA, e pelas coordenações regionais os convênios se dão. Não sei o número exato, mas são mais ou menos 300 entidades conveniadas com o Estado. A grande maioria vinculada aos movimentos populares, sendo a grande maioria vinculada, por exemplo, ao movimento dos sem-terras, ao movimento de mulheres agricultoras rurais e ao Sindicato de Trabalhadores Rurais. Depois, outra parte vinculada aos diferentes movimentos religiosos, à Igreja Católica, à batista, ao espiritismo, enfim, são vários convênios na perspectiva dos segmentos religiosos e outros tantos que vão na direção das Prefeituras Municipais, que não são a nossa prioridade, mas vários convênios ocorrem através das Prefeituras, e alguns são muito significativos, como os com as universidades.

No caso das universidades, a maior parte dos convênios é para que assumam a formação dos apoiadores pedagógicos, que são os que fazem a formação dos educadores. Então, a Universidade Federal de Santa Maria, que tem tradição no Estado, a Universidade Federal de Pelotas, a UNICHUI, a Universidade do Rio Grande do Sul e algumas universidades que têm alguma trajetória na perspectiva da educação popular e que têm experiência em EJA têm-se aproximado com muita simpatia e interesse do MOVA.

A terceira questão é como se trabalha a motivação e o envolvimento dos educadores da EJA. A resposta aí não é só em relação aos educadores da EJA. A resposta é como vamos buscar a participação dos trabalhadores em educação, que historicamente não se envolveram na reflexão sobre a sua prática.

Voltando à questão da constituinte, nesse momento, toda a rede estadual está envolvida em aprofundar práticas problematizadas num segundo momento.

Produzimos, na Secretaria, 25 subsídios teórico-práticos a partir daquelas sistemáticas apontadas pela rede, e, nesse momento, cada escola está escolhendo e são esses os subsídios: gestão democrática, planejamento participativo, estrutura do sistema, relações de poder, concepções pedagógicas, conhecimento científico e saber popular, currículo, evasão e repetência, avaliação da prática, papel do Estado, escola como espaço público. Cada escola está escolhendo os temas que serão aprofundados a partir das práticas que ela resgatou.

É dessa maneira que temos buscado ir ao encontro dos professores; que possam, de fato, se sentir autores desse processo de trabalho que está sendo desenvolvido.

A última pergunta é sobre como lidamos com a questão da formação pedagógica "versus" o tempo do aluno, carga horária, etc. Vivemos, no ano passado, experiência bem importante junto ao Conselho Estadual de Educação; tivemos algumas reuniões com o Conselho, para que regulamentasse o que refere à nova EJA, com base na LDB nº 93/94. Estou trazendo uma cópia do parecer, para que seja multiplicado para os interessados. Nesse novo parecer da EJA, conseguimos avanços significativos. Tenho acompanhado outros pareceres estaduais, e o do Rio Grande do Sul avança - e muito - em relação aos demais. Quais são os dois avanços? Um: não vinculamos a questão da EJA à frequência obrigatória de 75%, porque entendemos a frequência em EJA como uma outra categoria, que é o compromisso da construção dos alunos, e, se têm algumas faltas, é por outro significado, que não o da escola regular. Conseguimos superar essa relação da EJA com o ensino regular no que se refere à frequência e conseguimos apontar a permanência do ensino indireto, aqueles 15%. Então, no ensino indireto, fazemos a formação pedagógica dos professores da EJA, portanto na sua carga horária semanal.

Temos outros avanços e uma questão muito complicada no parecer, para que depois possamos, num outro momento, conversar pelo correio eletrônico. Fica a cópia para socializarem.

Agora, depois do quarto momento da constituinte, que é o do aprofundamento das temáticas, vamos viver, nos dias 23, 24 e 25 de agosto, a Conferência Estadual da Constituinte. Nessa, vamos definir os princípios norteadores da política educacional do Rio Grande do Sul. A partir da definição dos princípios, vamos viver o quinto momento da constituinte, que é o de reconstrução dos regimentos escolares e dos planos de estudo.

Então, quando nós, da EJA, vivermos esse momento de reconstrução dos planejamentos escolares, garantiremos, nos nossos regimentos, a questão da frequência e a do ensino indireto, para que se possa fazer a informação pedagógica na carga horária dos educadores. Por enquanto, isso está apontado como princípio, mas vamos passar a escrever a partir da Conferência.

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Pergunta da Leila, da 21ª SRE: "Liana, quais são os cinco momentos da constituinte escolar?"

Outra pergunta para os dois expositores, Liana e Leôncio, do Wiler, de Viçosa: "Considerando as experiências em andamento do Programa Nacional da Educação em Reforma Agrária - PRONERA -, do Ministério da Educação, em parceria com o MST, como se pode analisar o processo de formação docente, haja vista que, em alguns locais, os trabalhos se desenvolvem à revelia da rede pública?"

A Profª. Liana Borges - Sobre o PRONERA e a relação com o MST, nesse momento, desenvolvem a alfabetização em 70 grupos, turmas de alfabetização. E MST - MOVA: temos, no Rio Grande do Sul, 35 turmas, portanto a metade da relação que o MST vem desenvolvendo com o PRONERA. Estamos avaliando isso até porque nessa semana, de domingo à noite até amanhã, está acontecendo, no Rio Grande do Sul, um seminário do MST, com todos os educadores de EJA da região Sul - Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná.

Na terça-feira, estava em Santa Maria, região central do Estado, reunida com esses educadores de EJA do MST - são, mais ou menos, 300 -, e discutíamos exatamente a questão da formação continuada dos educadores do MST.

E a avaliação que os companheiros do movimento têm, da qual compartilhamos, é que, sobre o PRONERA, não há a qualidade necessária ao processo de formação continuada. Não teríamos tempo para desdobrar as dificuldades que essa relação está apontando, mas, sucintamente, o que todos esses educadores nos diziam - na terça-feira e nas tardes desses seminários, estamos trabalhando com oficinas pedagógicas, com os educadores do MST - são questões que apontam como dificuldades, e isso é para toda a EJA, não só para o MST. Uma dificuldade do movimento: a questão da evasão dos alunos de EJA, mesmo aqueles que estão vinculados aos assentamentos. A segunda dificuldade é a questão didática - na sala de aula, como fazemos isso? Sucintamente, é essa a resposta.

Cinco momentos da constituinte: primeiro, a sensibilização, o convite à participação da construção, das diretrizes estaduais para a educação. Segundo, o resgate de práticas e estudo da realidade. Terceiro, o aprofundamento das temáticas definidas durante um segundo momento, que são essas 25.

Algumas já listei, e estamos vivendo o terceiro momento, que vai até julho deste ano. O quarto momento é a realização de 467 conferências municipais. Portanto, uma em cada município do Rio Grande do Sul, com tirada de delegados e documentos das conferências municipais, para que se chegue ao final, à realização da Conferência Estadual, nos dias 23, 24 e 25 de agosto. E, a partir da Conferência, de setembro até dezembro, o quinto momento da constituinte será o da reconstrução dos regimentos escolares e dos planos de estudo das escolas.

O sexto momento será até o último dia dessa primeira gestão, que é o momento para que, de fato, possa acontecer a relação teórica e prática, que estará contribuindo para aquilo que se apontou nas diretrizes e nos regimentos escolares. O meu "e-mail" é [lsbo@zaz.com.br](mailto:lsbo@zaz.com.br). Posso mandar os arquivos com todas as propostas da constituinte.

Agradeço a oportunidade, e estamos totalmente disponíveis para compartilhar as experiências que vêm desenvolvendo no Estado e nas prefeituras. Muito obrigada.

O Sr. Leôncio José Gomes Soares - A pergunta sobre a formação docente do PRONERA, Liana, acabou sendo prova de que, em alguns lugares, isso está à revelia de redes. E esse é um dado importante. Quando, na década de 90, alguns textos, algumas produções teóricas vieram apontando o afastamento do Governo Federal com relação à educação de jovens e adultos, houve uma estratégia de criar alguns programas pontuais: reviver campanhas. Lembra-se do requeimamento da água? Ele volta. E, algumas vezes, esses projetos se encaixam nesse caso.

O PRONERA se diferencia muito do PAS, que é a alfabetização solidária. Propõem um intercâmbio com a universidade e, nesse caso, têm a formação dos professores a cargo, como



a Liana falou. A rede pública do Rio Grande do Sul já vem fazendo isso, e alguns deles têm um momento muito reduzido de formação daquele que vai atuar como monitor, o que nos faz ter idéia de que aquele que sabe ler e escrever um pouquinho já serve para educar. Essa idéia é superada, porque os desafios, hoje, mostram que não é mais fácil, simples nem mais rápido ensinar a adolescentes e adultos do que a crianças. A realidade tem nos mostrado que é mais difícil, demora mais tempo e é mais complexo. A sociedade ficou complexa. Não dá para, em um curso de um mês, formar alfabetizadores que vão a regiões desconhecidas trabalhar, visando a um processo de aquisição da leitura e da escrita, quando, às vezes, muitos deles têm uma escolaridade que precisa da aquisição da própria formação.

Lembraria que o PRONERA possibilita que a universidade tenha um enriquecimento muito grande, saia do seu lugar, esteja presente em regiões de assentamento e conheça essa realidade do campo. As universidades têm lugares distintos. A de Viçosa, por exemplo, está muito mais próxima da nossa realidade do que a UFMG, porque o nosso meio é muito urbano. Mas um dos ganhos que tem aparecido com relação ao projeto é a possibilidade de a própria universidade, seus professores, monitores e estagiários poderem conhecer um pouco mais desse nosso Brasil.

A Sra. Presidente - Agradeço ao Prof. Leônicio José Gomes Soares. Os nossos profissionais da educação têm dado essa grande contribuição sobre o verdadeiro papel da educação e o avanço na política pedagógica. Também agradeço à Profa. Liana Borges e a todos os companheiros do Rio Grande do Sul que têm estado conosco por muitas e muitas vezes, nesta Assembléia Legislativa, discutindo temas diversos, não apenas da educação, mas também do trânsito, da segurança, e, de fato, têm demonstrado para o País que são pioneiros nessas questões.

Defendemos que Minas Gerais e Rio Grande do Sul sejam parceiros nessa contraposição ao projeto neoliberal, ao avanço da verdadeira democracia não só representativa, mas também direta, para conseguirmos acabar com o problema mais grave, que é o risco de perdermos a soberania nacional. Quero dizer do nosso compromisso de continuar juntos nos desdobramentos deste fórum, nós, os Deputados Rogério Correia, Edson Rezende, que foi o autor do requerimento que deu origem a este fórum, e outros Deputados.

## Segundo Painei

### Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Genaro) - A Presidência convida a tomar assento à Mesa para o segundo painel o Exmo. Sr. Geraldo Magela Pereira Leão, professor da FAE-UFG, e as Exmas. Sras. Maria Clara di Pierro, assessora da ONG Ação Educativa, e Lenita Ferreira de Oliveira, professora da FAE-UFG e da pós-graduação do CEPENM - Newton Paiva.

### Palavras do Sr. Geraldo Magela Pereira Leão

O Sr. Geraldo Magela Pereira Leão - Bom-dia. Agradeço a oportunidade de estar colaborando com esse momento importante no cenário educacional de Minas Gerais, em que damos relevância ao tema "Educação de Jovens e Adultos", que, muitas vezes, fica submetido a um segundo plano na ordem das discussões das políticas educacionais. O tema proposto é muito sugestivo, principalmente o seu subtítulo, que trata do que temos escolhido, enfatizado e silenciado nos cursos para a EJA, das oportunidades que nos são dadas no âmbito da escolha do que pode ser tratado nesses cursos e do que podemos enfatizar com relação à EJA. Esse tema aponta para uma dimensão diferente no campo das teorias curriculares, ou seja, para uma concepção mais ampla do currículo do que aquela que tem dominado o imaginário dos professores, as propostas pedagógicas e as políticas curriculares.

Tradicionalmente, o campo educacional tem sediado a idéia do currículo, desde o início do século, como sendo uma lista de conteúdos que deveriam ser ensinados nas escolas, com uma visão bastante técnica, guiada pela idéia de que há um conjunto de conteúdos naturais que a escola deve ensinar. Então, teríamos de descobrir qual seria a maneira mais eficiente, técnica e correta para ensiná-los. Traduzia-se uma idéia de planejamento curricular centralizado, em que haveria um corpo técnico de profissionais especializados que deveriam pensar sobre o currículo, sua estrutura e seu planejamento. Essa idéia dominou o campo do currículo durante muito tempo, pelo menos até a década de 70, traduzindo-se, no Brasil, aquilo que conhecíamos como tecnicismo, que influenciou muito o campo do currículo. Essa idéia de que, quando tratamos de currículo, estamos tratando de escolhas, de ênfases e, principalmente, de silenciamentos a respeito de determinados conteúdos, com relação à concepção mais ampla do currículo, passa-se a uma discussão mais ampla sobre os movimentos e as lutas na década de 60 e 70 e passa-se a apontar para a idéia de que o currículo não é essa seleção tão neutra, tão natural e cientificamente pensada. Há uma seleção dos conteúdos dos grupos dominantes na sociedade, que tenham condições de impor o seu universo cultural. Então, passa-se a apontar para uma idéia de que o currículo é uma seleção. Trata-se de um posicionamento político, em que estão imbricadas as relações de poder.

Essas reflexões no campo do currículo, que apontam para a dimensão política, histórica, cultural e social, mostram-nos que há várias dimensões não apenas com relação ao que é explícito, mas também às dimensões ocultas, ou seja, não explicitadas nos conteúdos que compõem uma grade curricular. Aponta-se, então, para uma idéia mais ampla, no que diz respeito ao currículo, do que o subtítulo "Escolha, Ênfases e Omissões" sugere.

Há outra idéia importante com relação a essas discussões no campo do currículo. As nossas escolas, de acordo com uma concepção tradicional, acabam retirando ou colocando em segundo plano o saber popular, ou seja, aquele que faz parte da vida cotidiana dos alunos. Sabemos como isso é importante e deve fazer parte do currículo na EJA. Tradicionalmente, os currículos tendem a priorizar o saber das disciplinas acadêmicas ou o saber que os professores consideram mais importante. Fica sempre em segundo plano a idéia de que o campo da prática, do saber, do trabalho e das relações políticas e sociais, ou seja, a aprendizagem que se faz fora dos conteúdos tradicionais, é importante e deve ser valorizado pela escola. No Brasil, tivemos a felicidade de contar com uma pessoa que nos chamou e teorizou sobre essa questão. O educador Paulo Freire tem forte influência na EJA, não apenas no Brasil, mas também em todo o mundo.

Fazendo essas reflexões iniciais com relação ao currículo, chamo a atenção para a idéia de que as escolhas curriculares ocorrem em razão de algumas questões fundamentais que procuram responder o que os alunos devem e podem aprender e o que podem e devem ser. Essas questões são amplas e estão como pano de fundo nas discussões curriculares. Isso remete-nos a outras questões mais amplas. Que sociedade e que seres humanos desejamos para o futuro? Desejamos um trabalhador treinado e adaptado para a competitividade individual do mercado, ou um cidadão crítico, que reivindique os seus direitos e se posicione no mundo? Essa é a dimensão política e ideológica que perpassa por toda a discussão no campo curricular.

Essas escolhas não acontecem apenas no momento de se elaborarem os parâmetros curriculares ou o currículo oficial de um Estado, mas em vários níveis, desde a primeira elaboração até as práticas pedagógicas que acontecem no cotidiano das escolas. Os professores posicionam-se, em sua prática pedagógica, conforme o currículo real que se processa nas escolas, a partir da visão que têm a respeito da sociedade, dos alunos e do seu público. O currículo, como campo teórico, é apontado como um artefato histórico e cultural, com dimensão fortemente marcada pela prática. Se a visão que se tem a respeito do público interfere no currículo, caberia perguntar qual a visão que se tem a respeito do público atendido pela EJA. Caso pretendamos construir um currículo para a EJA, interferirá a visão que temos a respeito dos alunos que fazem parte dos nossos programas, projetos e cursos.

Chamo a atenção para o fato de que se trata de um público com perfil social e cultural muito específico. Grande parte sofre com o problema da exclusão da sociedade. Essas pessoas possuem grande variedade de experiência social, ocupacional e educativa, que trazem para a escola e que se coloca como desafio para os educadores reconhecerem e valorizarem. É um público específico, diferente do de zero a 17 anos, que, tradicionalmente, tem sido atendido pela educação básica. Impõe-se ao educador e às escolas construir condições adequadas para a realidade desses alunos. Antes de pensar nos conteúdos, caberia saber quem são esses alunos, qual é a sua realidade. Daí, partiríamos para as escolhas, ênfases ou omissões que poderíamos estar fazendo no campo das escolhas curriculares.

Nesse sentido, podemos dizer que há uma proliferação de práticas, de propostas e de políticas curriculares muito grande, dependendo dos atores que estão engajados em processos de escolarização de jovens e adultos. Temos uma multiplicidade de iniciativas e de experiências tanto no âmbito do Estado, em seus diferentes níveis, federal, estadual e municipal, quanto no âmbito da sociedade civil, por meio de ONGs, associações, sindicatos, universidades e da rede privada, que expressam diferentes interesses, muitas vezes contraditórios com relação ao público da EJA. Expressam também diferentes respostas às questões sobre quem são os alunos e as escolhas que podemos fazer no campo do currículo.

Poderíamos dizer que há duas visões - e já se fez referência a elas - e que é necessário fazer a relação dessas visões com o campo curricular. Dependendo da visão que se tem a respeito desse público e de como atender às demandas para escolarização desses públicos, podemos fazer as nossas escolhas. Há uma visão compensatória, no campo da EJA, que pensa que o aluno é carente, por dificuldades individuais não teve bom percurso no sistema escolar. Então, a culpa é sempre do aluno, individual. Teve que sair da escola porque teve que trabalhar, e não porque a escola não foi capaz de ser permeável ao mundo do trabalho, quer dizer, saiu da escola porque é pobre, e não porque a escola não sabe dialogar com alunos que tenham uma situação desfavorecida na sociedade. Essa visão compensatória traduz os problemas educacionais para o âmbito individual.

Outra idéia muito presente é que é necessário compensar o tempo perdido. Já que esse aluno não soube aproveitar as oportunidades educacionais que lhe foram dadas de forma correta, é necessário compensar esse tempo perdido. O pano de fundo dessa idéia compensatória é que o modelo padrão é o ensino fundamental de zero a 17 anos. Então, o central seria isso. O resto seria penduricalhos e resíduos, e o Estado deveria atuar de forma residual. E a idéia de que a infância é a idade apropriada para se aprender e que o adulto teria menos capacidade para aprender.

Essa visão compensatória a respeito do público da EJA acaba se traduzindo em práticas pedagógicas, programas curriculares e propostas político-pedagógicas que descambam para a idéia de se aligeirar o ensino, facilitar ou individualizar o atendimento, no caso de algumas experiências de curso supletivo, o próprio CESU e algumas experiências de educação à distância, que se traduzem em práticas pedagógicas que acabam reafirmando muito uma escola tradicional na qual esse aluno não foi bem-sucedido.

O resultado final é o abandono, grande evasão. O aluno acaba confirmando o estereótipo de que não tem cabeça para o estudo, condições de aprender o que a escola ensina. Por fim, acaba tendo a auto-estima comprometida. Outro resultado dessa situação é que se reforça uma escola pragmática, voltada para os interesses imediatos, da mera inserção no mercado de trabalho, da prestação de concursos, etc.

Essa concepção compensatória perpassa por diferentes âmbitos, no Estado, na iniciativa privada da sociedade civil, às vezes, bem-intencionada. Mas contamina os currículos no campo da EJA de maneira muito forte. Também se traduz quase que como um caldo cultural que deve ser constantemente problematizado e direciona muito as práticas e o currículo real das nossas escolas.

Uma segunda visão sobre esse público, do currículo e da escolarização de jovens e adultos se refere a uma série de iniciativas que se dão principalmente no âmbito do Estado, de movimentos populares de ONGs, igrejas e sindicatos que apontam para a idéia de que a EJA é um direito conquistado nas lutas sociais e que vem se reafirmando por meio dessas lutas.

Trata-se de garantir os direitos dos alunos da EJA nas atuais condições. Por exemplo, pensam que se devem dar condições de organização do tempo da escola para que se atenda de forma adequada o direito de o aluno permanecer nela. Outra idéia presente na EJA como direito é que existe um valor em si mesmo e que passa a ser uma necessidade cada vez maior que os alunos se atualizem e dominem os conhecimentos que essa sociedade complexa em que estamos inseridos exige.

Outra idéia é que se deve olhar para as especificidades dos processos de aprendizagem dos jovens e adultos. Os adultos aprendem de forma diferente. Então, é preciso pensar a organização dos tempos, do espaço, dos conteúdos dos métodos pedagógicos, dos materiais didáticos, levando em consideração o que é específico nesse público. Está presente também, nessas propostas, a crença no potencial dos jovens, nas experiências e nos saberes que já dominam. Temos experiências de alfabetização e sabemos que muitos jovens e adultos que chegam aos nossos cursos já sabem muita coisa. Muitos são pessoas letradas que já se viram no mundo e conseguem se locomover numa sociedade que usa muito a escrita, embora não dominem a linguagem padrão, a escrita e a leitura padrão. A idéia da EJA como um direito procura valorizar as experiências desses alunos.

A idéia é de que isso resulta numa prática curricular em que os materiais didáticos são repensados, a formação docente é repensada para trabalhar com essa dimensão da EJA como um direito, o planejamento curricular é pensado de forma flexível e aberta, de forma a incorporar as experiências, os saberes, o tempo e as condições de vida desses alunos. Trata-se de prática curricular que também se volta principalmente para a idéia de que devemos valorizar esse aluno, a sua auto-estima do ponto de vista de condições concretas. Não apenas do ponto de vista de um discurso vago e vazio, mas também no sentido de se criarem condições para que esse aluno se sinta bem, reconhecido e valorizado na escola.

Isso não passa apenas pelo discurso vazio segundo o qual é preciso valorizar a auto-estima dos alunos. Passa também pelos investimentos que o Estado tem que fazer na escola noturna. Qual aluno vai ter a sua auto-estima valorizada se chega, por exemplo, na sala de aula e encontra um professor desanimado, despreparado, recebendo mal, sem material didático próprio, de qualidade? Assim, a idéia é que a auto-estima seja pensada também sob o ponto de vista das condições objetivas, e não apenas das condições subjetivas, do desejo do educador de valorizar o aluno, ou das condições psicológicas, para que esse aluno se sinta muito bem na escola.

Gostaria de reafirmar mais uma questão que é importante do ponto de vista das discussões curriculares. O currículo tem que ser pensado sob um ponto de vista estritamente democrático. Se pensarmos nas escolhas que podemos fazer apenas sob o ponto de vista de intenções reformistas centralizadas, como parâmetros curriculares nacionais que listam uma série de práticas pedagógicas e conteúdos interessantes e importantes, mas totalmente desconectados da realidade de nossas escolas, é impossível construir um currículo que considere essas questões que estou colocando.

É importante que se pense em um currículo democrático, construído a partir dos movimentos de renovação pedagógica, das iniciativas e das inovações que se dão na própria prática, na vida cotidiana com jovens e adultos. Os profissionais da EJA e, principalmente, os educandos devem ter a oportunidade de dizer mais do que qualquer Secretário ou qualquer técnico das Secretarias, de explicitar quais as escolhas, o que interessa aprender. Qual a nossa vida concreta e quais conteúdos e conhecimentos gostaríamos de ver valorizados por nessa escola. É fundamental pensar essa concepção mais ampla de currículo e se também queremos inovar a visão que temos do nosso público.

Palavras da Sra. Maria Clara di Pierro

Começo desejando um bom dia de trabalho a todos - que já começou bem -, agradecendo o convite e saudando essa iniciativa. É raro que tenhamos oportunidade de discutir educação por iniciativa do Poder Legislativo. No meu entendimento, é bastante auspicioso que isso ocorra, porque a responsabilidade pública implica num conjunto de agentes públicos. Assim, o Legislativo é muito importante, como um parceiro, na construção do direito à EJA.

Como o Geraldo Magela, fiquei bastante satisfeita com os termos em que foi colocada a proposta de debate da questão curricular, quando nos convida a repensar escolhas, ênfases e omissões. Desde o lugar social onde estou, a ONG Ação Educativa, com sede em São Paulo e com atuação em vários locais do País, não me é dado falar de maneira teórica, porque estive muitos envolvidos num processo de elaboração de uma proposta curricular que acabou sendo amplamente difundida no País por iniciativa do Ministério da Educação. As pessoas me cobram a explicitação das escolhas, das omissões e das ênfases dessa proposta curricular. Muitos conhecem essa proposta curricular feita por ação educativa. Tem outra capa, azul, divulgada pelo Ministério da Educação, e a proposta curricular que serviu de base para um programa que o Ministério está desenvolvendo na área de informação, que se chama Parâmetros em Ação de Educação de Jovens e Adultos. Por isso, sinto-me obrigada a falar das escolhas, ênfases e omissões, desde este lugar, como co-autora desta proposta. Começarei por esclarecer um pouco da sua história, sua gênese.

Trabalhamos em ação educativa com formação de educadores de organizações comunitárias, que em geral são chamados, entre muitas outras, de leigos, que trabalham em projetos de alfabetização de organizações de periferia urbana, de sindicatos, de trabalhadores rurais e, também, com a formação de educadores de redes públicas. Vínhamos sentindo, no nosso processo de trabalho de formação desses educadores, dificuldades de articular de maneira adequada as formulações teóricas com o dia-a-dia da sala de aula. Quando começamos a pensar em sistematizar a proposta curricular, quisemos criar um instrumento de mediação no processo de formação dos educadores que permitisse articular, criar um nível de mediação entre a teoria e a prática de sala de aula. Você pode ler Vigotsky, Paulo Freire, Emilia Ferrero, mas daí até a atividade que cada professor tem que construir no cotidiano da sala de aula é necessário um trabalho de mediação pedagógica, de planejamento e desenvolvimento curricular bastante complexo.

Outra questão foi a criação desse instrumento facilitador, articulado com outras ações da área de informação. Nunca supomos que uma proposta curricular pudesse substituir outros elementos do processo de formação e de autoformação do educador de jovens e adultos.

Achamos também importante esclarecer, sobre a gênese, que essa proposta começou a ser gestada muito antes dos PCNs, antes, inclusive, desse enriquecimento do debate teórico sobre currículo. O Prof. Geraldo é testemunha de uma abundância de literatura recente sobre currículo: espanhola, inglesa. Começamos esse trabalho em 1994, com o apoio do Movimento de Educação de Base da Igreja Católica, para apoiá-los, também, no processo de formação dos seus educadores. O então Ministério da Educação era ocupado pelo Ministro Murílio Hingel, e, na Coordenação de Jovens e Adultos, estava a educadora mineira, a Profª. Consuelo Jardim. Tomando conhecimento desse trabalho, o Ministério se dispôs a apoiar sua realização e divulgá-lo, porque julgou que seria um subsídio para as redes públicas estaduais e municipais, como estávamos propondo às organizações da sociedade civil. É importante que façamos esse esclarecimento, porque, como bem assinalou o Geraldo, o processo de construção curricular depende dos modos de fazer; não interessa apenas o conteúdo, já que são igualmente importantes os processos de construção e participação. Portanto, o processo de construção dessa proposta - o que quero enfatizar, a fim de dialogar com a experiência de cada educador, de cada sistema, de cada rede de ensino -, nunca teve o caráter prescritivo e normativo e nunca se propôs a ser parâmetro de nada. Sempre se propôs a ser uma proposta para dialogar com as concepções, as práticas e a experiência dos educadores.

Trata-se de proposta curricular de 1ª a 4ª séries, para o primeiro segmento do ensino fundamental. Foi uma escolha e uma contingência. Uma escolha que tinha relação com a prioridade de se assegurar o direito à alfabetização inicial. Se já conquistamos, pela lei, o direito ao ensino fundamental completo para todos como direito público subjetivo, como bem assinalou o Prof. Cury, ainda enfrentamos a situação do século XIX, que é a de ter grande parcela da população sem acesso ao benefício da alfabetização. Como educadoras, falamos da dificuldade, da complexidade. Mas, pensando bem, a alfabetização é um recurso do qual a humanidade dispõe, há muitos séculos, e é um bem que deveria ser acessível a todos os indivíduos. É vergonhoso entrarmos no terceiro milênio tendo parcelas tão importantes da nossa população privadas da alfabetização. A primeira escolha era política; a segunda era técnica, entre outras. Temos uma experiência mais consolidada de alfabetização, assim como toda a nossa equipe. Temos mais práticas, mais certezas, na área do primeiro segmento do ensino fundamental do que do segundo e do ensino médio. A discussão curricular no segundo segmento e no ensino médio é muito mais complexa. O que aqui fizemos foi uma sistematização da prática da equipe em diálogo com outros atores sociais, que têm experiência na alfabetização de adultos: organizações da sociedade civil, movimento de educação de base, centros populares distribuídos pelo Brasil e agentes das redes públicas. Isso implica uma omissão, porque, quando se sistematiza uma proposta para o primeiro segmento e não se faz isso para o segundo segmento, estamos legitimando algo que sabemos não estar certo. Queríamos que todos tivessem direito ao ensino fundamental completo. Quando não fazemos uma proposta para isso, estamos legitimando essa segmentação entre primeiro e segundo segmentos, e a prioridade para o primeiro em detrimento do segundo. Essa é uma omissão que deve ser criticada, o que sempre fizemos.

Os outros pontos de partida são: primeiro, a idéia de que a proposta curricular é um conjunto de subsídios não normativos para a elaboração de currículos feitos nos contextos singulares dos municípios, das regiões, dos projetos culturalmente relevantes. A idéia é de que sejam subsídios, e não parâmetros. Segundo, partimos de uma concepção ampliada de alfabetização, concebida não como mera codificação e decodificação dos signos que caracterizam a língua escrita, mas como alfabetização compreendida como processo ligado ao letramento. E, portanto, um processo pelo qual os indivíduos possam ampliar as possibilidades de uso social da língua escrita e da leitura assim como da Matemática e Ciências Naturais e Sociais. Outra escolha foi pensar que a educação básica tem que ser um instrumento para a vida. Construir o currículo a partir das necessidades dos indivíduos e da sociedade. O terceiro marco que orientou a construção do currículo foram as intencionalidades ético-políticas de quem estava propondo. Como o Geraldo assinalou, toda proposta curricular implica seleção e escolha. Essa escolha nunca é neutra, é ética e politicamente orientada. No nosso caso, foi ética e politicamente orientada por cinco objetivos básicos: o de fortalecer a auto-estima e a identidade cultural dos educandos, o de ajudar esses educandos a deter instrumentos que lhes permitam ter participação crítica e consciente na vida social e cultural. Que possam, também, assegurar, a partir do primeiro segmento do ensino fundamental, os meios para continuar estudando e aprendendo ao longo da vida. Que possam também a partir dessas aprendizagens, incorporar-se ao mundo do trabalho de maneira mais favorável e que participassem de forma mais equitativa da riqueza e dos bens sociais. E, por fim, que desenvolvessem o gosto por enriquecer seus próprios conhecimentos, científicos, artísticos e literários. Com base nessa orientação político-pedagógica, definiremos certo marco conceitual. Quais são os critérios para fazer a escolha do currículo? Três fontes de critérios. A primeira, a própria história da EJA e do pensamento pedagógico dessa educação. Não podemos extrair as pessoas do seu caldo cultural nem deixar de fazer críticas e rupturas com os conceitos ultrapassados, aqui já assinalados. Partimos da história de educação de adultos no Brasil, dos seus acertos e equívocos, recuperando o pensamento dominante no período das campanhas dos anos 40 e 50, a crítica que foi feita a esse pensamento, que atribuía ao analfabeto a condição de marginal, de incapaz, de despreparado. O pensamento freiriano foi mudando essa visão de educando e demonstrando que era um cidadão completo, um ser portador de cultura, capaz cognitivamente. Os aportes mais recentes da psicologia cognitiva, da linguística, da sócio-linguística, vêm contribuindo para que seja repensado o próprio processo de alfabetização e de letramento. Outro critério é uma análise sobre o que o Prof. Geraldo assinalou com a visão que temos do público. Que educando é esse?

Partimos para uma concepção de que esse educando pleno, cidadão, detentor de cultura, não é um marginal, é um ser despreparado, é uma criança crescida, como diziam os textos dos anos 40 e 50. É, sim, um ser pleno, um cidadão construtor da vida social, econômica e política, e um ser capaz, cognitivamente.

Por fim, consideramos também as demandas sociais e individuais de aprendizagem. Analisamos um pouco esse contexto de mudança de final de milênio, de crescimento dos desafios tecnológicos, da inserção no mundo do trabalho, da necessidade crescente de domínio das linguagens e do raciocínio para o desempenho da vida social, profissional e política.

Com base nessas referências, fizemos algumas escolhas. Na área de Língua Portuguesa, trabalhamos com essa concepção de alfabetização alargada, pensando formar o sujeito para ampliar os universos sociais da leitura e da escrita, com ênfase em dois aspectos: no primeiro, a linguagem escrita em continuidade - não em ruptura com a oralidade -, e com as variantes linguísticas de que os educandos são usuários. Esse currículo valoriza muito a oralidade e pensa os nexos entre oralidade, leitura e escrita. No segundo, o texto como unidade linguística de alfabetização, porque, sendo o texto a unidade de sentido, é a melhor unidade para alfabetização. Por isso, propõe uma alfabetização em que os sujeitos estejam desafiados, todo o tempo, a ter contato com as mais variadas modalidades textuais, a fim de que apreendam os múltiplos usos da língua escrita.

Na Matemática, enfatizamos as estratégias de resolução de problema, o raciocínio, a partir do reconhecimento dos conhecimentos prévios e dos processos informais que já utilizam para realizar operações matemáticas. Jovens e adultos trabalham com Matemática, com cálculo mental e registros, fartamente. A Matemática na EJA tem de partir dessas formas de pensar, de raciocinar e de operar.

Tentamos inovar no currículo, também, com a introdução da estatística, da geometria e de medidas desde o princípio, dialogando com essas estratégias de cálculo e de estimativa.

Por fim, a terceira área - estudos da sociedade e da natureza -, em que valorizamos menos a transmissão ou a formação de conceitos ou de fatos e enfatizamos atitudes, valores e a observação e análise de processos de transformação, seja na sociedade ou no meio natural, para, a partir de eixos temáticos, ordenar de maneira interdisciplinar o currículo. Os eixos indicados foram seis: I - identidade do educando em lugar de vivência; II - diversidade cultural; III - atividades produtivas e relações sociais; IV - seres vivos e o meio ambiente; V - o corpo humano e suas necessidades; VI - cidadania e participação.

No final, o currículo tenta propor uma forma de desenvolvimento curricular, através do planejamento didático por unidades temáticas interdisciplinares, ou seja, que esses conhecimentos nas diversas áreas se integrem em unidades temáticas, algo bastante similar com o que a metodologia freireana chamou de tema gerador.

Mencionamos algumas das omissões. Duas delas é preciso mencionar agora. É um reconhecimento de falha, de limite, de incompletude. Não tivemos capacidade de sistematizar uma proposta curricular para as áreas de educação artística e educação física. Reconhecemos isso como limite, porque temos a plena convicção de que formação integral do cidadão passa pela dimensão afetiva e expressiva e não prescinde dos conhecimentos de educação física e artística. Humildemente reconhecemos que não tínhamos capacidade para sintetizar isso, mas entendemos que são necessárias.

Teria, ainda, o que dizer sobre currículo do segundo segmento do ensino fundamental, mas, como o tempo está esgotado, não é possível. Agradeço a possibilidade de apresentar-lhes essa experiência. Obrigada.

Palavras da Sra. Lenita Ferreira de Oliveira

Deputado Antônio Genaro, expositores, comissão organizadora e todos os participantes deste evento. O fio de Ariadne que descobrimos para trabalhar esse tema, que nos pareceu labiríntico, foi, à maneira de Proust, através das lembranças, tentar visualizar os currículos que vivemos na nossa prática pedagógica - que se estende por mais de três décadas, desde a educação infantil até o ensino superior -, e, lembrando esses currículos vividos, tentar visualizar o que poderia ser um currículo para a EJA.

E o que vivemos? O currículo como trabalho antidogmático, resultante dos interessados, das instituições envolvidas com essa modalidade de educação e com a sociedade em seus vários segmentos. Vimos um currículo objetivado, intencional, em que o propósito escolhido é claramente explicitado, anunciado e discutido com o coletivo, propósito esse que enuncia a finalidade da prática pedagógica, para que, sendo um meio, não corra o risco de tornar-se um fim em si mesma. Vimos um currículo em que os conteúdos sociopolíticos propostos são capazes de recuperar os avanços das ciências, das idéias e das artes, recuperar as conquistas das lutas sociais e acolher as necessidades sociais historicamente determinadas, pois, como pontua o Prof. Neidson Rodrigues, é direito subjetivo dos jovens e adultos nascerem de novo para o momento histórico em que vivemos. Temos um currículo com conteúdos organizados de modo integrado, uma vez que a vida é integrada. Conteúdos conectados com a vida - e com a vida, especificamente falando, dos jovens e adultos -, com a realidade concreta que vivenciam, com suas experiências, com seus saberes, pontos de partida para a decolagem na direção de um conhecimento sistematizado, para a elaboração das experiências, procedimento a ser pontuado como créditos, e para conhecimentos que se transformem em ações, atitudes, habilidades, pois é um conhecimento que não muda a vida de ninguém, que não muda nada, que não merece o nome de conhecimento nem sequer identifica o ato de conhecer.

Vimos um currículo em que o tempo é trabalhado de forma dinâmica, produtiva, para que os alunos possam reelaborar a sua compreensão das formas de comunicação, de pensar seus valores em relação aos impostos, tempo e espaço da subjetividade, da intersubjetividade, tempo de estudo que não invade o lazer.

Vimos um currículo em que os alunos são sujeitos do direito a uma educação de qualidade, sujeitos do desejo, de suas escolhas, da produção do conhecimento, de herdar o produto

civilizatório da humanidade, sujeitos do direito de posse dos instrumentos necessários à vida moderna, sejam culturais, científicos, técnicos ou mentais.

Vimos um currículo como meio de os alunos completarem a sua formação humana, para que possam, cada um deles, tornar-se sujeitos sociais em posse de condições de gerir o seu destino na vida em sociedade. Vimos um currículo como estímulo aos alunos para inserção numa cultura verdadeiramente humana, um currículo conhecido pelos alunos, tanto no que concerne ao processo de sua construção, quanto no que concerne ao trabalho que proporciona. Vimos um currículo como espaço de justiça em que se busca para cada um o que lhe é de direito, em que se persegue dividir os coeficientes de poder e de saber com seus vários partícipes, em que se busca minimizar qualquer tipo de miséria, seja vocabular, cultural ou de socialização.

Vimos um currículo como cumprimento da lei: Constituição Federal, LDB, pareceres do CNE, mas também um currículo como cumprimento das leis que regem a produção do conhecimento e como espaço para reinvenção das leis.

Nesse currículo que vimos, a auto-estima dos alunos é intrínseca a ele. Escolhemos enfatizar o trabalho dos professores como facilitadores do fortalecimento e do desenvolvimento da auto-estima dos alunos. Essa ênfase contraria alguns que consideram a auto-estima como algo menor, detalhe sem importância num currículo. Contraria outros, rendidos por uma espécie de fatalismo, ao presumirem que a pessoa tem auto-estima ou não e que o destino de todos está traçado desde os primeiros anos de vida, não havendo muito que fazer a esse respeito. Essa ênfase contraria, por certo, alguns que, simplificando demais o que a auto-estima exige, satisfazem-se com arranjos fáceis e soluções simples, arranjos e soluções essas que facilitam a criação de uma aparência de auto-estima, pseudo-estima, auto-engano, com sérias conseqüências, dentre outras, a ansiedade, a insegurança, a auto-desconfiança, a sensação de ser inadaptado à existência. Essa ênfase contraria, ainda, todas as visões que encorajam a facilidade e obstruem a percepção do que é possível. Mas a auto-estima é relevante, pontua a atual literatura. É uma necessidade humana fundamental, essencial para o sucesso no estudo, para a convivência com o próximo, para o exercício da profissão, para a busca de solução para problemas sociais; é o sistema imunológico da consciência, uma vez que é provedora de resistência, de força, de capacidade de regeneração. É valiosa, como vem indicando a experiência da psicologia clínica. As pessoas com auto-estima elevada são mais propensas a tratar os outros com respeito, com benevolência, com boa-vontade. São mais livres para escolher a religião, a filosofia, o estilo de vida, para selecionar os critérios de uma vida boa. São mais capazes de perceber os outros não como superiores nem como inferiores, mas como diferentes. São mais honestas em sua comunicação. Estão mais bem preparadas para lidar com problemas. São mais ambiciosas no tocante às vidas espiritual, emocional, intelectual e criativa. E são melhores os prognósticos para felicidade pessoal quando as pessoas têm auto-estima elevada. Sintonizadas com as indicações da experiência clínica, as pesquisas têm mostrado uma correlação positiva entre a auto-estima e os traços de personalidade, tais como racionalidade, senso de realidade, intuição, criatividade, independência, flexibilidade, habilidade para lidar com mudanças, disponibilidade para admitir e corrigir erros, cooperação. As pesquisas têm apontado também a correlação positiva entre o senso de autonomia e de valor pessoal e a vivência da bondade e da generosidade, da cooperação social e do espírito de ajuda mútua. E mais, a turbulência da nossa época exige pessoas fortes, com claro senso de identidade e de valor. Os fracassos são frágeis e fáceis. Mas o que nos autoriza o direito de trabalhar com jovens e adultos com relação à sua auto-estima é que temos algumas similitudes com eles, apesar das nossas diferenças.

Nascemos de nosso próprio parto, ninguém nasce por nós. Morreremos de nossa própria morte, ninguém há de morrer em nosso lugar. Vivíamos no paraíso, onde nada nos faltava; se sentíamos fome, a placenta nos alimentava; se sentíamos frio, nos aquecia. Um certo dia, nascemos; perdemos o paraíso. Deixamos a vida intra-uterina, ganhamos a vida extra-uterina, o colo, o seio, o contato com a realidade exterior. Mas passamos o resto da vida tentando recuperar o paraíso perdido. Abandono é o sentimento que nos acompanha e nos leva a procurar o próximo, desejando o que nos falta. Deveríamos olhar mais vezes para o nosso umbigo, para verificarmos que fomos cortados, abandonados e para nos darmos conta de que não há como viver sem reatar o laço, o abraço com o próximo, o afeto. O trabalho com os jovens e adultos é de igual para igual, de abandonado para abandonado. E o primeiro momento para encontrá-los e trabalhar com eles é a auto-estima. É falar, é olhar para eles. E olhar é mais do que ver, é tentar captar o desejo. É também estar atento ao olhar que afaga, que convida à aproximação, que possibilita um encontro. O olhar do professor é o primeiro objeto de desejo do jovem e do adulto. Olho para ele e quero saber o que sabe, por que me seduz. O segundo movimento é falar com esses alunos e estar atento à palavra que estimula, liberta, anima, sem se esquecer de que a palavra do professor, se absorvida por eles, pode realizar profecias. O terceiro momento é escutá-los. E escutar é mais do que ouvir. É estar atento ao dito e ao não dito, ao silêncio e às inúmeras linguagens emitidas por esses alunos. Escutar é tentar adivinhar de onde vêm, o que trazem, considerar sua bagagem e, também, adivinhar para onde querem ir. É perceber que a palavra deles nos remete a nós mesmos, nos confere-nos e avalia. E possibilita-nos redimensionar o próprio currículo que vivenciamos. Olhar, falar, escutar, enfim, estar com esses jovens e adultos não é concessão nossa, mera atenção nem delicadeza, pois carecemos deles para o nosso desenvolvimento como pessoas. Nossa auto-estima é devedora da nossa ação, em vista do desenvolvimento da auto-estima deles. É bom que se diga que há um fluxo contínuo de efeitos recíprocos entre nossas escolhas e ações no mundo e nossa auto-estima. Sabemos que os fatores internos da formação da auto-estima residem na pessoa, sendo auto-determinantes e gerados por ela mesma. Mas sabemos também que os fatores externos, tais como mensagens verbais e experiências de pessoas significativas, são cooperantes. Sabemos, ainda, que é necessário olhar para esses jovens e adultos, falar com eles e escutá-los, para despertar neles o prazer de conhecer, viver, amar, trabalhar e produzir. Para sermos colaboradores dessa maneira, são imprescindíveis a nossa compreensão de que a auto-estima é uma conseqüência de atitudes geradas internamente e o nosso empenho de iniciá-las dentro de nós, para então encorajar os outros a fazer o mesmo. Essas atitudes, que consistem em um modo de comportar e ser, representam, entre outras, a atitude de viver conscientemente, de auto-aceitação, de responsabilidade, de auto-afirmação, de viver intencionalmente e de integridade pessoal. Concluindo, voltamos ao ponto de partida.

Queremos crer que o trabalho dos professores, com o fortalecimento e o desenvolvimento da auto-estima dos jovens e adultos, é indispensável no contexto do currículo, traduzido no cotidiano do espaço pedagógico, trabalho sério e amoroso, capaz de facilitar aos alunos o desenvolvimento da confiança em sua capacidade de pensar, de dar conta dos desafios da vida, como também da confiança no seu direito de vencer e de ser feliz, e não uma auto-estima fácil, sintomática, episódica, de arranjos simplistas, de poucas horas, de minicursos, como procedimento mágico, modismo e nada mais. Foram convidados para a aventura de pensar o currículo no que tange às ênfases, às escolhas, às omissões. Acreditamos que serão capazes de produzir um trabalho que nos surpreenda, que possa provocar reflexões profundas e melhorar a prática pedagógica. Muito obrigada.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Informamos ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar o debate, os participantes que desejarem fazer uso do microfone devem se inscrever previamente e se identificar. Cada participante disporá de até 2 minutos para a sua intervenção. Solicitamos àqueles que desejarem fazer uso da palavra que sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais.

#### Debates

O Sr. Ademir José dos Santos - Sou da APPMG. A idéia apresentada pelos expositores vem ao encontro daquilo que os grupos temáticos têm pensado: a valorização do indivíduo enquanto ser humano, sendo que o currículo deve partir dessa valorização.

Temos presenciado, ao longo do desenvolvimento da educação de jovens e adultos e também dos ensinamentos fundamental e médio, que os currículos têm se preocupado meramente com a transmissão de informações, sem, contudo, permitir a construção do conhecimento. Preocupa-se muito com essas informações, e o conhecimento, em si, fica relegado a segundo plano. Dessa forma, o que percebemos é que se desconsidera o desenvolvimento físico, psíquico e emocional do aluno.

Diante disso, faço dois questionamentos ao Prof. Geraldo e à Profª. Lenita. Primeiro: Como é possível pensar um currículo que construa o conhecimento, principalmente para jovens e adultos, que desprivilegie a mera e simples transmissão de informações, possibilitando a construção do conhecimento? Segundo: O currículo para a EJA deve privilegiar o desenvolvimento da cidadania e a necessidade de ser feliz, inerente ao próprio ser humano. Se isso é possível, portanto, não seria viável e prudente que esses currículos considerassem a realidade e o contexto social em que esses jovens e adultos estão inseridos?

O Sr. Geraldo Magela Pereira Leão - Acho que sim. Quanto à segunda questão, cidadania é um termo que está na moda. É interessante como os nomes ou as bandeiras, que são questões transgressoras, que nascem das lutas sociais, às vezes são apropriadas e ficam esvaziadas de sentido. É preciso "ressignificar" a cidadania. Acho isso também em relação a outras palavras que fazem parte do cotidiano, do dicionário da pedagogia, principalmente as que fazem parte das políticas públicas.

"Ressignificar" é pensar concretamente em como construir a cidadania a partir das práticas pedagógicas da sala de aula, e não ficar no vazio, falando que é importante. Construir a cidadania é engajar-se em lutas políticas, compreender a realidade desses alunos, nas suas questões concretas; pensar numa escola que não esteja distante de questões mais amplas que a sala de aula; é descobrir a dimensão pedagógica da política e a dimensão política da pedagogia, fazendo sempre essa relação, para a qual alguns autores têm chamado a atenção.

O mesmo ocorre com relação à construção do conhecimento. Começa a virar um chavão: todos falam que é preciso construir o conhecimento. O desafio é como construí-lo e pensar alternativas. Há várias experiências interessantes, programas, projetos, escolas que procuram construir um perfil do aluno tentando detectar qual é a realidade de vida desse aluno,

quais são os eixos, os conceitos fundamentais que podem ser trabalhados na escola que nasçam de questões vividas, que são demandas dos alunos, quais os conhecimentos que a realidade desses alunos demanda. Isso exige uma convivência íntima com o universo social e cultural desses alunos.

Então, realizam-se pesquisas etnográficas, levanta-se a realidade dos alunos. A orientação de programas e cursos é importante para levar o educador a conviver e conhecer o local onde as pessoas estão inseridas. São necessárias também as propostas pedagógicas que trabalhem com projetos, como, por exemplo, a discussão, em sala de aula, dos resultados das pesquisas feitas pelos alunos em seus locais de trabalho. Então, são muitos pontos que podem ser concretizados. O desafio é sair do discurso bonito, mas vazio, e partir para o concreto, para a efetiva construção, o que exige mudança de postura, que não deve ser somente do professor. Esses discursos vazios tendem a reduzir tudo para a iniciativa do professor. O sucesso do aluno é de responsabilidade do professor. Conseqüentemente, o seu fracasso - que, às vezes, é muito grande - também é de responsabilidade do professor. Esse desafio deve ser assumido pelo Estado, que tem de dar condições aos professores de concretizá-lo.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Perguntas formuladas ao Prof. Geraldo Magela, encaminhadas por Maria de Lourdes Rennó Leite; Maria Terezinha, do CESU de Rio Piracicaba; Luís Antônio, da Escola Estadual Prof. Caetano Azeredo; Geralda, do CESU; e Márcia C. Alves, da PBH.

Para a Profª. Maria Clara foram dirigidas perguntas de Rosa Cristina, da UFV; Silvana Caixeta, da 40ª SRE, de Uberlândia; José Geraldo de Assis, do Sind-UTE de Ipatinga; Sônia, do setor de educação do MST; e a última, não identificada.

O Sr. Frederico Pecorelli - Fica clara, nas exposições da nossa querida Profª Lenita, do Prof. Geraldo e da Profª. Maria Clara, a importância da participação do professor na elaboração do currículo. Como proceder, com leituras, à elaboração do currículo vinculado com a formação docente, sob o prisma do direito educacional, traduzido no professor como cientista educacional?

A Sra. Lenita Ferreira de Oliveira - A leitura é algo a que todos estão condenados. É impossível colocar-me diante do outro sem fazer uma leitura. Considero a leitura muito generosa, porque enquanto lemos permitimos que o outro nos visite. Os professores lêem muito, não só os das universidades, mas também os dos ensinos médio e fundamental. Seria importante que esses professores, pelos meios de comunicação de massa, fizessem resenhas das obras lidas e as conectassem à realidade da prática pedagógica. No meu entender, é uma estratégia. Outra estratégia é o esforço do professor para que seus alunos leiam livros que já leram e consideram como permanentes e não só conectados com a prática pedagógica. O que não interfere, não colabora conosco, educadores? Tenho a impressão de que quem só lê sobre educação nada sabe sobre educação. É necessário convidá-los a ler sobre os temas mais variados, que nos fornecem olhares distantes, que complementam o nosso olhar de perto.

A Sra. Maria Clara di Piero - A pergunta formulada pelo Frederico é tão complexa que nem saberia respondê-la cabalmente. Temos de pensar também as bases para a formação do professor leitor. O fundamental é que cada educador possa resgatar o seu prazer pela leitura, porque é impossível ser formador do educando leitor se não é leitor ou não o é com prazer, com satisfação.

Existem questões de base. Por exemplo, um professor que trabalha três jornadas, manhã, tarde e noite, recebe salários irrisórios, não tem condições de formar uma biblioteca própria, não tem tempo para a leitura. Então, tem a dimensão objetiva, material, que é construir uma profissionalidade, uma jornada de trabalho que permita ao educador ter um tempo de preparo de sala de aula, que é fazer suas leituras, muitas das quais leituras específicas da área de educação, e que possa ser também leitor da literatura, da arte, da estética. Que tenha o direito ao lazer para que possa transmitir isso também ao educando. Não podemos idealizar esse professor leitor nas atuais condições de trabalho da educação. Há perguntas bem objetivas de informação.

Sobre proposta curricular, é distribuída pelo Ministério da Educação, que é co-editor do volume, e por ação educativa. Pode ser obtida também na forma de disquetes, arquivos eletrônicos, portanto sujeitos a reprodução para multiplicadores, e pode ser obtida fazendo-se "download" na página da ONG Ação Educativa, na Internet. O MEC distribui em disquetes também. O "site" da Ação Educativa é [www.acaoeducativa.org](http://www.acaoeducativa.org).

Sobre como andam as perspectivas para propostas curriculares de segundo segmento e ensino médio para EJA posso dizer que, da parte do Ministério da Educação, não tenho conhecimento. Vários grupos vêm trabalhando nessa direção. Algumas propostas estão mais ou menos sistematizadas. A de Porto Alegre tem uma perspectiva de desenvolvimento curricular diferenciada da nossa, mas que está sistematizada. Há uma feita pelo pessoal da Universidade Federal de Pernambuco, liderada pelo Prof. João Francisco de Souza. Enfim, há outras propostas sistematizadas.

Em relação ao segundo segmento, não tenho conhecimento de propostas específicas, sistematizadas, para jovens e adultos. Talvez o Geraldo conheça.

No caso da ação educativa, estamos trabalhando na sistematização da 5ª à 8ª séries, mas ainda está longe de ficar pronto.

Há perguntas muito mais amplas. Uma pede para se falar sobre o tema de estudos da sociedade da natureza, os eixos temáticos, mas acho que o tempo não nos permite aprofundar. Deixamos para fazer isso por e-mail ou em outras oportunidades.

Há uma pergunta interessante, da Sônia, do MST: "Muitas lideranças comunitárias adquiriram, no seu desenvolvimento pessoal,... (- Falha na gravação.)

Comenta que as lideranças dos movimentos sociais desenvolvem todo um conjunto de capacidades e quando lhes são propostos cursos de EJA não se propõem a confirmar os conhecimentos que já detêm. Acho muito interessante essa pergunta porque, no Brasil, quando se fala em reconhecimento de conhecimentos adquiridos na experiência de vida, de trabalho, de militância social, o máximo que conhecemos são os exames supletivos, que certamente não são o instrumento adequado para aferir, pelo menos na forma como vêm sendo feitos, o tipo de desenvolvimento que essas lideranças e grande parte dos trabalhadores jovens e adultos tem. Acho que precisávamos aprender a fazer isso no Brasil. Talvez isso pudesse ser uma função, um desafio que os CESUs de hoje poderiam assumir para si, para o futuro. É um belíssimo desafio, que é desenvolver mecanismos de tutoria, de avaliação de conhecimentos já adquiridos por meios informais, ou seja, que os jovens e adultos pudessem ter, numa interação com educadores e por metodologias científicas de diagnóstico de conhecimentos prévios, a validação dos conhecimentos que já possuem ou sua complementação por trajetórias diferenciadas de desenvolvimento pessoal no âmbito educacional. Esses são mecanismos que existem em países desenvolvidos. Não conheço nenhuma experiência feita no Brasil. O desafio que a Sônia coloca é importante para isso.

A outra pergunta é do José Geraldo, sobre como uma ONG poderia, em parceria com o poder público, desenvolver propostas de educação continuada ao longo da vida, paralela aos programas formais de EJA para formar uma mentalidade de educação permanente em nossa sociedade. A ONGs e os centros de educação popular vêm tentando, desde o paradigma da educação popular, que tem como eixo ordenador o pensamento freireano, embora não seja exclusivo, dialogar com essa concepção de educação continuada ao longo da vida. Estamos tentando, nas nossas práticas concretas, superar aquela concepção compensatória que o Prof. Geraldo bem caracterizou, produzindo outra cultura do que possa ser EJA. Essa não é uma tarefa somente para as ONGs, mas sim para o conjunto de educadores de jovens e adultos do País, para as universidades e para os trabalhadores da educação do setor público.

O Sr. Geraldo Magela Pereira Leão - O desafio é responder em pouco tempo a um grande número de perguntas. Juntei três blocos. Um diz respeito a métodos, cartilhas, livros didáticos. A primeira: "Atualmente, temos livros didáticos de EJA, os quais, muitas vezes, auxiliam o professor dentro da sala de aula. Mas como se pensar um currículo para a EJA que não torne esses livros uma cartilha?" Outra fala também dos tantos métodos para alfabetizar. "Quais são os riscos de uma proposta curricular se transformar em um método?" "Hoje a educação infantil dispensa qualquer tipo de método de alfabetização, numa perspectiva da construção da lectoescrita. Por quê, ao contrário dessa perspectiva, a EJA ainda utiliza tantos métodos para alfabetizar?" Pensando nos contextos e nas experiências diferentes que não dependem de métodos ou propostas sistematizadas, por quê esse olhar tão diverso para o conceito de alfabetizar?" Não sei se as experiências diferentes não têm que sistematizar, acho que é importante que não caiamos na rigidez, e não adotemos, como receita, livros, cartilhas, programas, mas é importante, e em várias experiências procura-se sistematizar o que tem sido feito para comparar com outras experiências. Não podemos ter aquela idéia de que tudo depende da criatividade, da boa-vontade. É preciso se colocar no papel, sistematizar sempre, discutir sempre. O que reclamamos na EJA muitas vezes é isso. Nem no âmbito dos órgãos que deveriam fazer isso dentro do Estado, não se fazem registros, e as coisas se perdem. É registrado muito mais o que se faz com crianças do que o que se faz com jovens e adultos. Sobre a questão dos livros, é claro que não podem se transformar em cartilha nem em propostas pedagógicas, podem virar métodos que inibam a criatividade e experiências inovadoras.

Há muitas questões sobre a interdisciplinaridade. É um assunto tão amplo. É um desafio muito grande trabalhar com métodos que rompam com essa rigidez das grades curriculares,

das disciplinas isoladas, da tradição de defender a minha área, o meu conhecimento, o meu tempo de sala de aula. Nenhum professor quer perder uma aula. Quando se propõe um projeto pedagógico que reúna Português e Matemática, por exemplo, vem logo a pergunta: "mas vou perder aula de Matemática"? Matemática é muito importante para o aluno. É preciso construir, dialogar, romper com essa cultura, mas é difícil falar disso superficialmente.

Pergunta: "É certo excluir o método tradicional dentro da alfabetização, sendo que este, muitas vezes, a nosso ver, ainda é um dos meios mais eficazes de aprendizagem?".

Não sei. A crítica que se faz aos métodos tradicionais é que mais excluem do que incluem. Há professores tradicionais que conseguem sucesso com os alunos. É preciso reconhecer isso, mas não deve se tornar uma defesa do tradicionalismo. Aí, deve-se discutir cada contexto para se saber como professores tradicionais conseguem obter sucesso com seus alunos. Há também muitas experiências inovadoras, e alguns falam sobre essa descontinuidade das políticas governamentais, que não resultam em nada, apenas servem para excluir mais. Essas coisas nunca dão uma soma precisa. Temos de olhar os contextos, as experiências, procurando aprimorá-las.

A educação como um direito de todos, defendida pela Constituição Federal, é retratada como um direito subjetivo. Como fazê-la, na prática, um direito de fato? Através de um currículo democrático completo, se qualquer plano ou projeto não têm segmento em gestões seguintes, o mais democrático não seria criar uma lei obrigando os governantes a não quebrar a ação de um programa quando este estiver dando certo, independente de sua origem - se veio de baixo para cima ou vice-versa?

Seria ótimo, principalmente na educação, se os governantes fossem obrigados a não ficar fazendo experiências com os professores, com as escolas e com os alunos. Se a Assembléia quiser criar uma lei assim, terá meu apoio. Isso é difícil, porque trata-se de questões políticas, de poder.

Outra pergunta. Vou tentar resumir-la. "Com relação à questão da política de dar condições ao professor de ser valorizado, como um profissional não valorizado pode resgatar os valores de um aluno? Devemos aceitar e acreditar que é a vida, chegando sorrindo às salas de aula para resgatar a cidadania do aluno?".

Acho que a própria pergunta já responde a indagação. Acho que não.

Outra pergunta remete-nos à questão do currículo oculto. É importante que tenhamos atenção nesse ponto. Sem a postura do professor, sem os valores que reforça na sala de aula, muitas vezes isso faz, de maneira mais cruel ainda, no caso da EJA, com que o aluno introjete uma visão negativa de si mesmo e de valores que queremos romper. Então, essa dimensão do currículo oculto tem de ser repensada e pensada coletivamente. O importante é que o coletivo de professores procure construir uma proposta pedagógica e faça suas escolhas. No caso do livro didático, por exemplo, é preciso escolher bem. O livro didático, muitas vezes, é o currículo da escola, pois determina o que se faz na sala de aula. Tem um forte peso. É preciso sentar com o coletivo, discutir esses livros, ver quais valores estão reafirmando, quais conhecimentos estão priorizando, se as propostas pedagógicas, se os exercícios são adequados, se apresentam questões importantes para o raciocínio dos alunos ou se vão apenas na linha da memorização, do enquadramento. Essas coisas têm de ser pensadas e construídas no local de trabalho dos professores e com a participação dos educandos.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Profa. Marília Oliveira, Secretária de Educação de Barão de Cocais, solicita o endereço eletrônico dos expositores para futuros contatos, especialmente o do expositor da Ação Executiva.

Solicito à assessoria que faça o contato com os expositores. Se disponibilizarem os endereços, que sejam divulgados aos participantes.

A Profa. Lenita Ferreira de Oliveira - Gostaria de apartear o meu colega, pois preocupa-me muito essa abordagem do tradicional, os rótulos tradicionais, professores tradicionais, porque, no nosso entendimento, uma das leis que perpassam a produção do conhecimento é a tradição. É uma questão de justiça receber toda essa contribuição dos nossos antepassados, como também é avançar com ela. No meu modo de entender, a tradição é algo que precisa ser conservada ao máximo, desde que responda às necessidades do nosso momento. Não estou me referindo às necessidades sociais. E penso que deve também ser recriada ao máximo. É uma questão de justiça.

Quanto ao professor que falou sobre interdisciplinaridade, aconselharia a leitura de um trabalho realizado pelas professoras Maristela Gondim, Selma Vanderlei, Maria do Rosário Costa, Nilza do Carmo, Maria Helena Araújo, Vanda de Castro Alves, Sônia Fiúza, Lúlia da Silva Queiroz, que já percorreram esse caminho. Realizaram um trabalho interdisciplinar que envolvia Ciências, Geografia e História. A temática era oferecida por essas áreas de conhecimento, mas a Língua Portuguesa e a Matemática comungavam com todas. É um trabalho bem interessante e está sendo reconhecido em vários Estados. Em todos, já ouvi falar das professoras mineiras. Até em praia já ouvi falar delas. Então, procurei saber quem são. Ouvi falar, inclusive, da Profa. Gondim, da Faculdade de Educação de Minas Gerais e Coordenadora do Curso de Pós-Graduação do SETEMG, que está presente. Seria interessante dialogar com ela e conhecer esse material de quem não está propondo, mas já fez, tem um caminho percorrido.

Como conciliar currículo com cobrança de direção de escola para que os alunos concluam o curso o mais rapidamente possível? Acho que só há uma maneira de repensar isso. É o nível da própria escola. A escola precisa reunir seus membros, repensar as suas práticas e chegar a uma solução, que não seja colocada de fora para dentro, mas que surja dentro da própria escola. Possibilidades existem, mas são criadas, e as resoluções também. Acho que não nos cabe responder isso, mas é a própria escola que há de se debruçar sobre esse problema, discuti-lo e partir para uma solução.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Locais de reuniões dos grupos de trabalho:

Grupo I - Política de EJA, auditório do SE; Grupo II - Currículo na EJA, Hall das Bandeiras; Grupo III - Formação do Docente para a EJA, Salão Nobre.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta os agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e aos participantes, bem como ao público em geral, pela honrosa presença, e encerra os trabalhos, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 85ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 9/6/2000

Presidência dos Deputados Agostinho Silveira, Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras da Secretária Maria José Feres - Palavras da Sra. Liliane dos Santos Jorge - Palavras da Sra. Maria Amélia Giovanete - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Antônio Andrade - Dalmo Ribeiro Silva - Edson Rezende - Fábio Avelar - João Paulo.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Silveira) - Às 9 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a

palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - A Presidência convida a tomarem assento à mesa as Exmas. Sras. Maria José Feres, Secretária Adjunta da Educação; Liliane dos Santos Jorge, Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal da Educação de Belo Horizonte; e Maria Amélia Giovanete, professora da Faculdade de Educação da UFMG.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao prosseguimento do Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos, que hoje tratará do tema " A Organização do Tempo Escolar na Educação de Jovens e Adultos". Bom-dia a todos os educadores e educadoras. Mais uma vez, o Plenário da Assembléia Legislativa tem o prazer de recebê-los, neste debate tão importante e tão necessário para a educação mineira. É com muito prazer também, como membro da Comissão de Educação, que os recebemos, sabendo que a Assembléia Legislativa tem sido palco das discussões e, conseqüentemente, tem levado sugestões à educação mineira e do Brasil. Muito obrigado, mais uma vez, pela presença de todos vocês.

Informamos aos participantes deste fórum que os documentos finais elaborados pelos Grupos 1, 2 e 3 estão sendo distribuídos no início desta reunião, para que sua leitura seja feita no intervalo para o almoço - das 12h30min às 15h30min. O documento final elaborado pelo Grupo 4 será distribuído no início da plenária final, hoje, à tarde, quando a reunião será suspensa por alguns minutos, para que possa ser lido o documento.

A coordenação lembra aos participantes deste fórum que deverão se dirigir à secretaria, no Hall das Bandeiras, para que sua presença possa ser registrada mediante a aposição do carimbo e do crachá. Lembra, ainda, que os crachás deverão ser devolvidos à mesma secretaria no final do evento, a fim de que se faça a apuração da frequência para o posterior envio do certificado. Informamos que as atas contendo a transcrição completa deste fórum serão publicadas no jornal "Minas Gerais", no "Diário Executivo", no dia 12/7/2000.

Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do fórum, esclarecemos que não será possível fornecer cópia das gravações, porque haverá reprise do evento pela TV Assembléia. A data prevista para a reprise ainda não foi definida, mas informação sobre isso poderá ser obtida com a TV Assembléia, pelo telefone 290-7812.

#### Palavras da Secretária Maria José Feres

Exmo. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, coordenador dos debates nesta manhã; Sra. Liliane dos Santos Jorge, Coordenadora de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Sra. Maria Amélia Giovaneti, professora da Faculdade de Educação da UFMG; professores e professoras; senhoras e senhores; bom-dia a todos. É um prazer participar deste fórum, principalmente porque o tema "Educação de Jovens e Adultos" me sensibiliza bastante.

Parablenzo a Assembléia e as entidades que, em conjunto, estão promovendo este evento. Esta Casa tem tradição importante na área da educação, com o seminário que foi realizado no ano passado e nos trouxe grande contribuição.

Este fórum é, de certa maneira, um desdobramento daquele seminário. Tenho certeza de que continuaremos obtendo, nos encontros que a Assembléia Legislativa tem tido a iniciativa de promover, contribuições decisivas para a política de educação em Minas Gerais. É, portanto, com prazer que estou aqui, na certeza de que juntos construiremos a política educacional de Minas.

O tema que me coube foi "A Organização do Tempo Escolar na Educação de Jovens e Adultos", e, certamente, isso se deve ao fato de que sempre falei muito a respeito da organização do tempo escolar no ensino fundamental. O tema proposto tem toda a procedência do mundo. Em qualquer nível e modalidade de ensino, é muito importante discutir como se organiza o tempo escolar.

Antes de trazer alguns pontos para discutirmos - não tenho a pretensão de fechar o debate -, gostaria de fazer uma introdução para colocar devidamente o tema nos parâmetros essenciais para todo e qualquer nível e modalidade de ensino.

O Estado de Minas Gerais, por meio de sua Secretaria da Educação, tem discutido com as escolas, com os professores, com a sociedade, com Diretores e especialistas nossa proposta de escola, que é a Escola Sagarana.

A Escola Sagarana baseia-se em três princípios fundamentais: o da universalização do acesso, o da garantia de permanência dos alunos na escola em qualquer nível e em qualquer modalidade de ensino e o da escola democrática. Resumindo, a Escola Sagarana é a escola democrática, e a escola democrática é inclusiva, tem autonomia, qualidade e é para todos, sem distinção.

Ela é um direito e, como tal, tem de ser construída como uma modalidade de ensino em todos os níveis que forem pertinentes. Ela não é um apêndice nem é uma ação marginal, mas tem de ser uma ação institucional integrada aos sistemas de ensino, às políticas educacionais, como um direito de jovens e adultos que, na idade própria, não tiveram acesso à escola por causa de uma sociedade e de uma escola excludente. Que esses jovens e adultos tenham, de fato, o direito ao acesso a todo o processo educativo, em todos os níveis de ensino, tanto o fundamental como o médio.

No caso do ensino fundamental, a educação de jovens e adultos já está considerada dessa maneira em todos os preceitos legais. O ensino fundamental é obrigação do Estado; independentemente da idade do educando, ele tem direito ao ensino fundamental.

Mas não podemos trabalhar somente nessa perspectiva. É preciso assumir a educação de jovens e adultos não só como um direito constitucional para o ensino fundamental, mas também como um direito de fato subjetivo, em que os sujeitos, portanto, têm todas as condições de exigir que tenham acesso a esses níveis de ensino, mesmo que não estejam na idade correspondente.

Organizar o tempo escolar, penso que, em qualquer nível ou modalidade de ensino, inclusive na educação de jovens e adultos, é uma conseqüência. Como organizo o tempo escolar não é uma premissa, não é uma causa, não é o que vem primeiro, é uma conseqüência. É uma conseqüência exatamente da concepção que temos da escola e do processo educativo. Como se entende, se teoriza e se pratica a educação, como se teoriza e se pratica o cotidiano escolar. A partir dessa concepção, organizamos o tempo da melhor maneira possível, para atender a essa concepção.

Esse discurso fiz também em relação à questão dos ciclos do ensino fundamental. Na minha humilde concepção, penso que isso se adapta a qualquer um dos níveis de ensino dentro da escola.

Ter clareza da função da escola como uma agência de educação, de formação, não apenas como uma agência que transmite conhecimento, mas também como uma agência formadora de seres humanos e de cidadãos. Formar o ser humano é mais que formar o cidadão, ter a clareza do projeto político- pedagógico com essa nova concepção da escola.

Como se organiza o tempo escolar: é preciso que se tenha um projeto político-pedagógico construído a partir de uma concepção de que a educação é um instrumento de formação de seres humanos, seja dentro, seja fora da escola, pelos mecanismos formais ou não formais. O processo educativo trabalha com o ser humano em todas as suas dimensões, necessidades, no cognitivo, no afetivo, no psicológico, no social e assim por diante.

Segundo essa concepção do que seja educação e, portanto, a escola como uma das agências da educação - penso que o "locus" privilegiado da educação é a escola, sem nenhuma dúvida -, é preciso que tenhamos a clareza do nosso projeto pedagógico. Nessa perspectiva, penso que a educação de jovens e adultos para se discutir e construir um projeto político pedagógico precisa levar em conta alguns aspectos.

Penso ainda que o primeiro desses aspectos é uma questão metodológica, é a concepção que a Secretaria da Educação tem desenvolvido de que não devemos, não podemos e não temos condições, por princípio filosófico, e também por uma questão prática, de determinar de cima para baixo como as coisas vão funcionar. Na educação de jovens e adultos é a mesma coisa.

Qualquer projeto político-pedagógico tem de ser construído coletivamente, levando-se em conta os atores que estão dentro da escola e os atores que, de modo geral, estão envolvidos com esse processo. Quando digo isso estou me referindo ao professor, ao aluno, ao jovem, ao adulto, ao profissional da educação e, se for o caso, às organizações não governamentais e outras instituições que estejam empenhadas nesse processo educativo. Uma construção coletiva tem de levar em conta todos esses atores: a escola, os jovens, os adultos, que são os alunos; a sociedade, as organizações não governamentais, a Assembléia Legislativa, que teve a iniciativa de realizar este fórum. Todos somos atores da construção coletiva desse projeto político-pedagógico, nessa concepção de que a educação também tem a função de formar o ser humano.

Esse projeto deve levar em conta essa forma coletiva para ser construído, sem ser de cima para baixo, e entender, primeiro, que todos têm direito à educação e são capazes de aprender. Em segundo lugar, entender que toda educação de jovens e adultos tem uma origem, quer dizer, ela existe, na maioria das vezes, em função de uma sociedade excludente e de uma escola que também é excludente. Diria que a escola foi, mais do que é, muito excludente.

Essa perversidade de as pessoas não terem acesso à escola na idade própria, ou de, quando têm esse acesso, não conseguirem permanecer nela, é uma responsabilidade social de todos nós, não apenas daqueles que por infelicidade não conseguiram participar desse processo educativo em tempo hábil, mas de todos nós, que, de uma maneira ou de outra, ou assistimos ou contribuimos para que isso acontecesse.

Durante anos, a nossa sociedade desigual - eu diria cada vez mais desigual - tem impedido que as pessoas tenham acesso à escola em idade própria, mesmo com os progressos que já fizemos no ensino fundamental. Ainda assim, quando se tem acesso à escola em idade própria, muitas vezes ela é responsável pelo processo de expulsão de seus alunos. Isso se afere pelos índices de evasão escolar, que ainda são altos, motivados por razões sócio-econômicas e por projetos político-pedagógicos inadequados, que acabam por transformar a escola numa instância de exclusão, e não de inclusão.

Se hoje estamos falando sobre educação de jovens e adultos, é porque essas pessoas com as quais temos compromisso foram excluídas, pela sociedade e pela escola, do acesso à educação básica em época própria, como é o seu direito. E, se não tiveram em época própria, continua sendo seu direito ter acesso agora.

Outro ponto importante é que todos têm direito a uma educação de qualidade, que tem de levar em conta as especificidades e as condições individuais dessa clientela, que são os jovens e adultos. E não se pode tratá-los da mesma maneira como tratamos as crianças, os adolescentes ou aqueles que têm acesso à escola na idade própria.

Nessa perspectiva de levar em conta essas condições individuais, temos de ter currículos flexíveis, que sejam compromissados não só com a tarefa do cognitivo, do conhecimento, mas também com a formação social, com a formação da cidadania, com a formação do ser humano. Esses currículos têm de levar em conta as experiências que esses jovens e adultos já tenham acumulado em sua vida - a sabedoria -, às vezes maior que a dos professores.

Lembro-me de que há algum tempo, quando comecei a lecionar, trabalhei no que então se chamava curso de madureza e que estava passando a se chamar exame supletivo. Havia cursinhos que preparavam as pessoas para esses exames. Eu tinha 20 anos, estava na faculdade e tinha uma turma de adultos, não eram nem jovens. Eu era professora de História dessas pessoas, preparando-as para a prova do exame supletivo.

Um dos meus alunos nessa turma - esse fato é bastante interessante - era uma pessoa que, acredito, muitos aqui devem ter conhecido, o Clodesmidt Riane. Ele havia sido líder do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT -, foi cassado em 1964 pelo regime militar e, na década de 70, voltou para Juiz de Fora, onde morava, e resolveu concluir o ensino de 1º grau e, depois, o ensino de 2º grau. Muitas vezes, eu me sentia constrangida de ser professora de história do Clodesmidt Riane, o Líder do PTB, do CGT, que tinha sido cassado pelo regime militar. Ele sabia muito mais do que eu, sem nenhuma dúvida. Ele sabia muito mais a história do Brasil do que eu. Mas ele tinha que aprender algumas coisas bem formais para passar naquele exame e receber seu certificado de 1º grau. Graças a Deus, ele passou. Depois, ele fez o 2º grau e, se não me falha a memória, chegou a ir para a faculdade de direito, ou seja, era uma pessoa muito mais velha do que eu, muito mais sábia, tinha muito mais experiência, mais sabedoria, mais cidadania, e era um ser humano muito melhor, sem nenhuma dúvida.

Então, acho que essas coisas precisam estar muito presentes quando falamos em educação de jovens e adultos. Assim como citei o caso do Riane, poderia ter citado vários outros. Trabalhei durante uns quatro anos nos cursos supletivos e exames supletivos, evidentemente, com jovens e adultos. E esses adultos eram cada vez mais adultos. Quando o professor tinha a metade da idade dos alunos - hoje isso continua a acontecer -, às vezes essa relação ficava meio complicada. Mas essa é uma relação de aprendizagem e uma interação muito grande, quando se sabe respeitar aquele saber acumulado que essas pessoas trazem. Para elas, não é qualquer currículo que se adapta, não é qualquer currículo que pode ser desenvolvido da melhor maneira possível.

Para isso, temos que ter competência técnica para discutir esses currículos e sensibilidade para compreender essa clientela com a qual estamos lidando. Isso é muito importante para a organização do tempo escolar. Usando mais uma vez aquele exemplo que eu dei para vocês, sei que o tempo que o Riane tinha para estudar era muito diferente do meu. Eu podia estudar o dia inteiro. Ele trabalhava o dia inteiro. Então, como organizar a sua frequência à aula, por exemplo? Vou falar sobre isso daqui a pouco. Como só tenho 20 minutos, não me demorarei muito nesses exemplos. Mas, para que vocês tenham uma idéia, fiquei muito preocupada porque o projeto estadual Acertando o Passo está acabando. Vamos ter que colocar algum outro em seu lugar. Considero essa iniciativa interessante e acho que temos que continuar mantendo esse tipo de atendimento nas escolas noturnas. Vamos ver como poderemos fazer isso.

Mas descobri que o Acertando o Passo retém os alunos. Eles levam "pau" no Acertando o Passo. Como isso acontece? Ele vai acertar o passo e leva "pau"? É uma complicação. Então, ele tropeça, não acerta o passo. E alguns devem estar caindo pelo meio do caminho e desanimando de vez, porque não conseguiram acertar o passo. Alguém diz: "Não, professora, isso acontece porque ele não vai à aula". É um problema de frequência, e não de avaliação. Isso é uma questão de organização do tempo. Mas será que eu preciso exigir dessas pessoas a frequência? Será que um curso como esse deve funcionar dessa maneira? Será que eu não posso ter instrumentos semipresenciais de educação à distância que garantam aproveitamento a essas pessoas? Será que eu preciso fazer chamada, como nas turmas regulares, e que essas pessoas precisem ficar retidas porque não apareceram na aula? Então, isso, para o ensino regular, é uma coisa. Mas, para quem quer acertar o passo, não dá para ser desse jeito.

Bom, então, eu falava em adaptar o currículo e entrei em algumas questões sobre o tempo escolar. O que é que eu considero importante quanto aos currículos?

Que tenhamos uma relação mais explícita com o mercado de trabalho, como o mundo do trabalho, com as relações sociais, com as relações orgânicas da sociedade no seu dia-a-dia. Evidentemente, aí se insere o mundo do trabalho. O mundo do trabalho é mais amplo do que o mercado. De fato, precisamos ter uma relação com o mundo do trabalho. Para isso, qualquer tempo escolar, na educação de jovens e adultos, tem de ter flexibilidade e um objetivo pedagógico e político prioritário que se chama inclusão. Essas pessoas foram excluídas num determinado momento da história deste País e têm direito à inclusão. É isso que temos de levar em conta. Temos procurado trabalhar nessa linha dentro das nossas instâncias, nos centros de estudos supletivos, nos CESUs.

Estamos inclusive trabalhando com a ampliação dos CESUs. Teremos mais 15 centros de ensino supletivo no Estado de Minas Gerais, dos quais dois serão em Belo Horizonte. Em várias regiões, estamos transformando os postos de ensino supletivo em centros de estudos supletivos. Os postos de estudos, que eram apêndices, braços dos centros, estão sendo transformados em centros.



As telessalas estão sendo reorganizadas, de tal maneira que possamos atender melhor a esse público quanto à educação à distância. É preciso trabalhar o tempo na educação à distância. Daí a razão das telessalas. Os CESUs também trabalham com essa flexibilidade. Nas escolas, à noite, onde funcionam hoje o Caminho à Cidadania e o Acertando o Passo, esses projetos estão sendo rediscutidos de que maneira? Junto às pessoas que fazem esse trabalho, junto aos professores que têm essa experiência. Citei alguns problemas do Acertando o Passo. Poderia citar outros do Caminho à Cidadania. Poderia citar inclusive problemas de currículo. Há coisas meio complicadas, como, por exemplo, achar que um jovem e um adulto não precisam saber Física. Talvez não precisem saber a Física que se ministra no ensino regular, mas não podem passar por um tal processo discriminatório, que não tenham acesso a certos tipos de conhecimento. Tudo isso está sendo rediscutido no âmbito do Estado, para que possamos assegurar uma continuidade a essa ação de outra maneira, ou seja, construída coletivamente, com a inserção dos profissionais. Assim poderemos atender a uma clientela maior, porque a demanda existe, e, se existe, temos de dar conta dela.

Gostaria de chamar a atenção para outra coisa: ensino regular noturno. Ele é fator de exclusão. Temos de ter cuidado. Ele precisa começar a levar em conta também, não estou falando mais de ensino especial, as condições do aluno trabalhador, para não se tornar um fator de exclusão, além da organização de tempo mais flexível. Vivemos uma experiência em outro lugar, não em Minas Gerais, do ensino regular noturno. É preciso começar a trabalhar, principalmente no ensino médio, com uma proposta mais flexível, com um sistema de crédito, de matrícula por disciplina, garantindo ao aluno trabalhador facilidade de organizar seu horário de acordo com seu trabalho, com as disciplinas de seu interesse, para que não se torne repetente. Cada vez que ele tem de repetir, isso se torna fator de exclusão. Daí a evasão escolar, no ensino regular noturno, ser muito alta. Ela tem de ser combatida. Como pretendemos trabalhar essa questão de jovens e adultos? Combatendo as causas internas do próprio sistema, que acabam gerando jovens e adultos que demandam educação fora da idade própria. Para a educação de jovens e adultos, além de tudo que disse, é importante que nos associemos à universidade. Penso que ela tem uma dívida social enorme. Venho da universidade. Ela tem uma dívida social muito grande.

Estou provocando também a UFMG, que tem de nos ajudar a resgatar essa dívida. O Estado está propondo, já fez um seminário em setembro do ano passado, que começemos a discutir com as universidades públicas sediadas neste Estado um gestão consorciada da educação pública. Acho que a universidade tem muito que contribuir para nos ajudar nesse processo. Além disso, temos de ter uma ação mais integrada com a sociedade, com as organizações não governamentais, com o Poder Legislativo, com todas as pessoas que têm interesse em resgatar essa dívida social. Uma coisa é importante: nunca perder de vista que, mesmo quando se falar em voluntariado, a educação de jovens e adultos é institucional, está dentro do sistema, tem de ter certificação, competência e qualidade. Discuti isso com uma pessoa, e ela cismou que tinha de sair num movimento de alfabetização. Disse que não ia porque não sei alfabetizar. Talvez possa fazer outra coisa por esse movimento, mas não alfabetizar pessoas. Sei coordenar, sei administrar, sei ajudar a fazer currículo. Temos de nos associar porque essa dívida não é só da sociedade, não é só do Estado, não é só da escola, mas temos de levar em conta que a educação de jovens e adultos faz parte do sistema educacional, exige qualificação, certificação e competência.

Peço desculpas por ter passado do tempo, ainda tinha mais coisas para dizer, mas depois, nos debates, poderemos discutir melhor. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Liliane dos Santos Jorge

Bom-dia a todos os educadores, professores, as pessoas que hoje estão aqui para discutir a educação de jovens e adultos e, mais especificamente, a questão da organização do tempo escolar, Profa. Maria Amélia, Secretária Maria Feres, Deputado Edson Rezende.

Gostaria de agradecer o convite feito pela Assembléia Legislativa para participar dos debates que têm sido realizados nos últimos dias e trazer nesta manhã a nossa contribuição, que, esperamos, possa, de alguma forma, acrescentar e contribuir para as definições que saírem deste seminário.

A discussão da organização do tempo escolar na educação de jovens e adultos, como disse a Secretária Maria Feres, precede uma série de outras sem as quais corremos o risco de não fazê-la da maneira mais adequada. Embora o nosso tempo seja pouco, gostaria de falar da importância da discussão da educação de jovens e adultos sob dois aspectos. O primeiro é com relação à importância desse tempo para a produção do conhecimento. Gostaria de considerar a educação de jovens e adultos tendo em vista a necessidade do aprofundamento de pesquisas e da fundação de conhecimentos novos e relevantes nessa área. É uma questão de extrema relevância sob outro aspecto, que é o que justamente nos traz aqui, ou seja, de nos apoderarmos desse conhecimento e de fazermos uso dele. Nós que, de uma maneira ou outra, estamos envolvidos na elaboração de políticas públicas para a educação de jovens e adultos.

A forma de entendermos a educação de adultos e o papel que atribuímos a ela no contexto social em que estamos inseridos hoje no Brasil é que determinam a nossa opção por uma ou outra forma de organização do tempo em qualquer proposta educacional em que se pense para essa modalidade de ensino. Gostaria de apresentar, então, rapidamente, a concepção de educação de adulto que vimos tentando trabalhar hoje na Secretaria Municipal da Educação de Belo Horizonte.

Primeiramente, temos de reconhecer - e não podemos deixar de ressaltar esse aspecto - a educação de jovens e adultos como um direito. Essa perspectiva e esse compromisso ético é que devem perpassar toda essa concepção. Segundo o IBGE - esses dados são extremamente alarmantes -, hoje são mais de 15 milhões de brasileiros acima de 15 anos que não tiveram acesso sequer aos rudimentos da aprendizagem da leitura e da escrita. Isso sem contar outros tantos que iniciaram e não puderam completar o ensino fundamental, hoje a única etapa obrigatória da educação básica no Brasil. Esse direito negado a essas pessoas, jovens e adultos, coloca-se, então, na perspectiva do resgate de uma dívida, que é social, que, certamente, é de toda a sociedade, mas que, sem dúvida, é preponderantemente do poder público. E essa dívida deve ser assumida e resgatada primordialmente pelo poder público. É do poder público que essas pessoas, jovens e adultos, devem, em primeiro lugar, cobrar a responsabilidade pelo resgate dessa dívida social, vergonhosa para o País.

Além da perspectiva do resgate da educação e do direito negado durante a infância, temos tentado ampliar a concepção da educação de jovens e adultos também como um direito de toda pessoa continuar aprendendo por toda a vida, reciclando aprendizagens anteriores e aprendendo outras habilidades, exigidas por um cenário que é novo a cada dia dentro do contexto da modernidade.

Embora atualmente, no Brasil, nos vejamos impelidos a refletir a educação de jovens e adultos da perspectiva do resgate e do direito, esperamos manter no horizonte a EJA enquanto direito de aprender por toda a vida, direito de se colocar enquanto sujeito cognoscitivo, independentemente da fase de desenvolvimento humano em que se encontrar. Tentando, então, pautar as nossas ações e as nossas discussões pedagógicas por essa concepção da educação como um direito - e não apenas considerando a educação de jovens e adultos, mas toda a educação básica na rede municipal de ensino -, gostaria de começar a discutir a organização do tempo, refletindo sobre uma questão inicial: o que significa o tempo para o jovem e o adulto? Quais são as dimensões de temporalidade que atravessam essa etapa da vida humana? E, ainda que de forma breve, acho que devemos despender alguns minutos da nossa reflexão na tentativa de a elas responder, o que nos levará a ganhar e qualificar a questão da organização do tempo escolar.

O primeiro significado que gostaria de apresentar, uma primeira dimensão da temporalidade para o jovem e o adulto é a questão da juventude da vida adulta enquanto tempo de aprender. Ainda existe entre os educadores, em nossas escolas, às vezes arraigada em nosso próprio pensamento, a idéia de que a infância seria a idade própria do aprendizado. Muitas vezes isso nos leva a considerar a idade adulta como um tempo da vida em que aprender, se não é impossível, é pelo menos muito mais difícil.

É preciso reformular essa idéia. Primeiramente, precisamos considerar que, se a psicologia evolutiva, durante muito tempo, dedicou-se a estudar o desenvolvimento cognitivo das crianças e dos adolescentes, hoje essa mesma psicologia evolutiva tem tentado debruçar-se sobre os processos de desenvolvimento humano após essa etapa da vida, tentando descobrir que alterações se processam nos seres humanos após a adolescência, não só do ponto de vista da cognição, mas também da afetividade, da personalidade, do desenvolvimento físico.

O que é ser adulto? O que é aprender depois de adulto? Tanto as pesquisas no campo da Psicologia e da Pedagogia quanto as das neurociências nos permitem afirmar, sem sombra de dúvida, que todos podem aprender: jovens analfabetos, velhos analfabetos, pessoas que nunca freqüentaram a escola na infância, pessoas que freqüentaram a escola por um tempo e estiveram durante muitos anos afastadas. A questão posta hoje é como aprendem essas pessoas. Quais são os processos cognitivos por meio dos quais elas constroem seus conhecimentos fora e dentro do espaço escolar? Uma segunda questão é: o que precisam aprender esses jovens e adultos?

Se conseguirmos responder a essas duas questões, certamente poderemos organizar projetos pedagógicos e metodologias de trabalho mais adequadas a essa parcela da população.

Uma segunda questão relativa ao tempo na vida adulta e na juventude e que não pode, de forma alguma, ser desconsiderada é que juventude e vida adulta são tempos de trabalhar.

Embora a realidade social brasileira leve os filhos dos trabalhadores a se inserir muito precocemente no mundo do trabalho e não raramente sacrificar seu desenvolvimento durante a infância, a juventude e a vida adulta são tempos de aprender e também tempos de trabalhar. São tempos em que os sujeitos estão se inserindo no mercado de trabalho. Muitas vezes ainda estamos impregnados pela idéia de que aprender na vida adulta, se não impossível, é difícil. Há também uma outra concepção, que considero igualmente grave, com conseqüências extremamente perigosas para a educação de adultos, que é aquela que, muitas vezes, leva os educadores ou as propostas educacionais formuladas a pensar em tempos de aprender e tempos de trabalhar como excludentes, inconciliáveis.

Precisamos, sobretudo na educação de jovens e adultos, refletir que o tempo de estudar não é necessariamente um tempo que precede ao tempo de trabalhar e que o tempo de trabalhar não é um tempo que seja incompatível com o tempo de estudar. E que o trabalho em si mesmo é uma dimensão que forma e constitui os sujeitos e que deve ser considerado quando se pensam as propostas educacionais para eles.

Com relação à juventude e à vida adulta, enquanto tempo de trabalhar, proporia algumas questões para a nossa reflexão em outros momentos, como por exemplo: O que é trabalho hoje? O que é mercado de trabalho hoje? Que novos desafios nos coloca esse mercado que vem se alterando significativamente na modernidade? Que desafios são esses que estão colocados para a educação de jovens e adultos frente à nova ordem mundial?

Desconhecer essa dimensão do trabalho e os desafios que ela nos apresenta leva-nos a incorrer no risco de pensar numa educação de jovens e adultos de forma abstrata e descolada dos sujeitos concretos aos quais estamos nos referindo.

Uma terceira dimensão da temporalidade seria o tempo de assumir responsabilidades familiares. As pessoas jovens e adultas que chegam aos nossos cursos noturnos, aos projetos de educação de adultos, são pessoas que, certamente, já assumiram responsabilidades familiares, seja em relação ao sustento financeiro do grupo familiar de origem ou ao sustento de um novo grupo familiar já constituído. Esse novo papel, além do de trabalhador, coloca o jovem e o adulto em condição muito diferenciada da dos educandos com os quais lidamos durante a infância e adolescência, nos cursos chamados regulares.

Cabe-nos, então, considerar esse fator do vínculo familiar e da responsabilidade com esse núcleo enquanto fator determinante que altera a forma de nos relacionarmos com esses educandos e altera a forma com que esses educandos se relacionam com o espaço escolar.

Certamente, assumiram a chefia de um grupo familiar e, mais ainda, assumiram a responsabilidade da criação de filhos. Isso coloca esses sujeitos numa posição extremamente diferenciada no seu grau de responsabilidade com seu próprio processo de aprendizagem e na sua expectativa em relação ao espaço escolar. Precisamos considerar essa questão de extrema relevância, como veremos, a seguir, na organização do tempo na educação de jovens e adultos.

A quarta dimensão de temporalidade para os jovens e adultos para a qual quero chamar atenção é a etapa da vida enquanto tempo de convivência, muitas vezes esquecida nas organizações do tempo dentro da escola. A juventude e a vida adulta são também tempos de aprender, trabalhar e, sobretudo, de conviver. Mergulhados no espaço de trabalho e no mundo das responsabilidades familiares, os educandos jovens e adultos demandam, nessa fase da vida, espaços de convivência, não apenas com seus pares de idade, para estabelecer relações sociais, como também com outros grupos "geracionais", com crianças e adolescentes que frequentam a escola durante o dia, na perspectiva de aprender a relação e a convivência "intergeracional".

É de extrema relevância para a educação de jovens e adultos que, ao refletirmos sobre a organização do tempo, pensemos nesses tempos de conviver, de colocar sujeitos na mesma idade de formação, reconhecendo-os enquanto pessoas que possuem diferenças, homens, mulheres, brancos, negros, sujeitos pertencentes às mais diferentes religiões e aos mais diferentes grupos culturais.

Após refletir sobre essas quatro dimensões, a juventude e a idade adulta enquanto tempo de aprender, trabalhar, assumir responsabilidade familiar e de conviver, gostaria de pensar na organização do tempo que seria adequado ou que estaria mais próximo do modelo o qual todos nós vimos buscando para a educação de jovens e adultos.

Na rede municipal de ensino, temos, hoje, o Programa Escola Plural, que tem as diretrizes que orientam as nossas práticas pedagógicas em toda a educação básica no município. Em conseqüência desses princípios, vimos buscando a sua materialização na nossa organização escolar. Se reconhecemos a vida adulta enquanto um tempo de aprender, precisamos pensar em qual seria o tempo adequado a jovens e adultos de escolaridade diferente daquela que vimos construindo para crianças e adolescentes do ensino dito regular.

Não precisamos pensar num tempo semelhante ao das crianças, como se esse fosse o único parâmetro de qualidade ou se a escola para jovens e adultos tivesse que se pautar por esse modelo para se constituir enquanto escola de qualidade. Temos de pensar num tempo que incorpore e aproveite os saberes de experiência produzidos pelos sujeitos nos diversos espaços em que estão inseridos. Mas não podemos incorrer também num equívoco a que somos muitas vezes levados, quando pensamos em incorporar saberes de experiência e saberes acumulados na vida, que é a concepção do encurtamento do tempo e do apressamento da aprendizagem, como se aos adultos bastasse ser oferecido apenas a metade daquilo que se oferece às crianças ou rudimentos dos conhecimentos socialmente acumulados, de forma barateada e reduzida.

De que forma temos tentado ser coerentes com esse modo de pensar? Nas escolas da rede municipal, tentamos reconhecer e respeitar essas dimensões da vida adulta, de forma a garantir que o tempo de chegada à escola para esses educandos seja flexível, não se enrijecendo os períodos de matrícula, não se cristalizando nos meses de janeiro e dezembro a possibilidade de ingresso desses sujeitos, fazendo com que eles tenham horários mais flexíveis na entrada e saída das aulas. Eles têm plena responsabilidade pela organização do seu tempo. Tentamos organizar projetos pedagógicos em nossas escolas que considerem tempos mais amplos de formação de estudantes na lógica da "supletivização", que pensa na metade do tempo para jovens e adultos, pautando-se no direito de terem tempos mais amplos de aprendizagem.

Temos buscado também criar os nossos projetos tomando o sujeito enquanto centro desse trabalho, buscando pensar nas dimensões formadoras da vida adulta; tentando trabalhar com esses adultos aqueles conteúdos escolares, aqueles saberes e aquelas dimensões que são próprias dessa fase do desenvolvimento humano; tentando garantir o acesso à escola e a permanência desses sujeitos por meio do direito à aprendizagem contínua e sem interrupção.

Se reconhecemos a juventude e a vida adulta como tempo de trabalho, temos que pensar em como reconhecer a vida de trabalhador desses educandos na organização do tempo. Uma primeira questão é tomar a dimensão do trabalho enquanto constitutivo do ser humano e relacioná-lo a aprendizagens escolares. Considerar os saberes construídos nessa esfera da vida humana dentro dos nossos currículos e dos projetos que estão sendo elaborados pelas escolas, aproveitando também as experiências desenvolvidas em outros espaços de formação.

Outra questão extremamente relevante no que diz respeito ao trabalho é redimensionar - e são questões extremamente relacionadas - os conceitos de freqüência e evasão escolar. O aluno que trabalha não pode ser cobrado nos mesmos níveis que as crianças e os adolescentes em relação à freqüência. Não é como aquele aluno que vai todos os dias à escola e tem condições de chegar no horário preestabelecido.

Temos que pensar em outras categorias que não a da infreqüência, temos que pensar na categoria do afastamento temporário, que leva esse sujeito a se afastar por um tempo da escola, mas que não caracteriza o desejo do abandono.

Temos que pensar, ainda, nas dimensões de responsabilidades familiares e em como o tempo da escola tem que se adequar a essa realidade. Por exemplo, descolar a educação de jovens e adultos do turno noturno. Oferecê-la também em outros horários, em outros turnos de funcionamento, levando-se em consideração que nem sempre para as pessoas jovens e adultas, sobretudo as mulheres com filhos, esse seria o melhor horário de estudo. Criar projetos em que se possa estabelecer a convivência entre as diferentes gerações, relacionando a educação de jovens e adultos com os outros turnos existentes na escola.

Para concluir, a forma de pensar a educação do tempo escolar na educação de jovens e adultos não deve ser feita somente pela ótica do aluno e do educando. Mas deve-se pensar também a dimensão do tempo sob a ótica do professor enquanto um sujeito adulto que tem direito a aprender, a planejar, a tempos de refletir a própria prática, a organizar coletivamente as ações pedagógicas. Então, o tempo deve ser analisado também em relação ao professor enquanto educando e sujeito de aprendizagem. Desculpe-me por ter excedido meu tempo. Muito obrigada.

Inicialmente, bom dia aos colegas componentes da Mesa e bom dia a cada um de vocês que aqui se encontram desde a última quarta-feira. Desde que entrei na Casa, fiquei pensando no significado dessa presença. Acho que é mais um sinal da importância que estamos reservando a essa área. Gostaria também de falar do significado da presença de cada um. Na platéia, há muitas pessoas a quem respeito, ex-colegas de departamento de faculdade, ex-alunos e atuais alunos da faculdade e colegas que atuam no serviço público de ensino, com os quais já tivemos oportunidade de ter algumas discussões. Ou seja, acho que nos motiva reservar um tempo para a reflexão dentro dessa temática que foi proposta. Temos que fazer escolhas. Não podemos abarcar tudo e ser bem correta com o tempo que foi reservado.

Vou fazer a exposição organizada em quatro partes - uma introdução rápida e depois alguma reflexão sobre a categoria de tempo propriamente dita; em seguida, as três dimensões que escolhi para refletir sobre a questão do tempo escolar e, concluindo, as considerações finais. Espero que possamos aprofundar-nos, durante o debate, em algumas questões que serão apontadas agora. É importante, portanto, reservar bom tempo para o debate.

Outro elemento a ser destacado é "de que lugar venho?". E, aí, a responsabilidade pesa muito. Quando a Secretária deu uma "cutucadinha" na universidade, fiquei pensando: qual é o nosso papel nessa área? Em que as pesquisas vêm ajudando a avançar? A pesquisa deve estar apoiada na prática, e foi sobre essas questões que organizei minha fala.

Meu enfoque será sociológico. Cada um, segundo sua formação, tende a construir o olhar influenciado pelos elementos com os quais vem contando na trajetória. Evidentemente, outras dimensões não serão contempladas, o que não significa desconsideração. É a necessidade de fazer escolhas.

O objetivo dessa reflexão é traçar pontos para abriremos horizontes, para irmos superando a idéia negativa de solidão na área de educação de jovens e adultos. A presença dos senhores nos mostra que não somos tão solitários assim.

Pretendemos, também, abrir caminho em termos de referências teóricas e de leituras para obtermos o efeito multiplicador. Fico pensando sobre o significado do lugar que cada um de vocês ocupa: um lugar de liderança, um lugar de reflexão, um lugar de estímulo, desempenhando o papel daquele que entra em contato com os educadores e com os alunos.

A questão do tempo nos remete ao passado, ao presente e ao futuro, que, intrinsecamente, nos remetem à idéia de movimento. Felizmente, movimento nos remete à idéia de vida. Por isso, acho interessante este fórum ter reservado como último tema os tempos escolares.

Iniciamos tratando de tema amplo, de caráter macroscópico, qual sejam as políticas em EJA, depois passamos para a formação docente, do currículo, já pondo os pés dentro da escola. Estimulada pela vontade de chegar perto das pessoas e de refletir sobre elementos que nos aproximem dos alunos, optei por uma reflexão de caráter microscópico, embora, ao pensar em tempo, pudesse ter optado pela de caráter macroscópico e partido da pergunta: em que medida os tempos escolares devem estar sintonizados com os tempos atuais?

Para responder a essa pergunta, devemos traçar uma análise das características da contemporaneidade. Estamos vivendo um tempo marcado pela pressa - "falta de tempo" é expressão que está, cada vez mais, ficando presente -; um tempo disperso, com muitas iniciativas e estímulos simultâneos, dificultando nossa concentração; um tempo marcado pela idéia do descartável, pelo consumismo - não é tanto o acesso ao bem material, mas como isso repercute nas nossas relações. Enfim, poderíamos tecer todo um panorama de caráter macroscópico, apontando como essas marcas repercutem no interior da escola, mas abandonei esse viés. Quis entrar na dimensão microscópica, porque sei que o que nos desafia é a convivência direta com os educandos.

Fiz o recorte e escolhi três dimensões para trabalharmos agora: dimensão de tempo, levando em conta a idade cronológica; dimensão do tempo de vivência na escola e dimensão do tempo escolar propriamente dito. Na dimensão da idade cronológica, uma vez que se trata de alunos jovens e adultos, há necessidade de fazer uma distinção interna. Muitas vezes temos a tendência de colocar no mesmo caldeirão jovens e adultos. É importante lembrarmos que são tempos de vivência que se reportam a experiências específicas. Juventude pressupõe a vivência de seu tempo próprio, assim como a idade adulta também se diferencia da infância e da juventude.

Quanto à segunda dimensão, a do tempo de vivência na escola, tem a ver com o fato de que jovens que buscam a EJA, em geral, já a vivenciaram, tiveram que sair, abandonaram, tiveram muita repetência e hoje retornam. É uma experiência muito específica. Na idade adulta, podemos ter esse tipo de experiência, mas vamos encontrar pessoas que tiveram que interromper e hoje retornam e pessoas que nunca tiveram acesso.

Farei algumas reflexões sobre a repercussão desses dois tipos de vivência, tentando apurar um pouco as diferenças internas entre juventude e vida adulta.

Na terceira, que é o tempo escolar propriamente dito, vou abordar a questão dos horários e regulamentos escolares e o outro aspecto, que é o ritmo de aprendizagem, que nos leva a tempos distintos, aprofundando mais na primeira dimensão, que é a idade cronológica dos sujeitos que dão vida à escola.

Quando falamos jovens, é importante delimitar um pouco essa faixa etária, porque fazemos alguma confusão. Até as referências teóricas costumam se sobrepor. Ultimamente os estudos na área da Sociologia referentes à questão da juventude têm se reportado à faixa etária dos 15 aos 24 anos. Há um alargamento da faixa etária a que temos mais costume de fazer referência. O Estatuto da Criança e do Adolescente delimita adolescentes na faixa de 12 a 18 anos. A categoria juventude já está expandindo um pouco mais, porque é a partir dos 24 anos, e não muito fixos, que estamos assistindo à possibilidade de uma verdadeira autonomia em termos de trabalho, independência familiar. Do ponto de vista da relação afetiva, podemos incluir nessa categoria os próprios adolescentes, ou seja, a partir dos 15 anos, já estão sendo agrupados por essa grande categoria da juventude. Quando distinguirmos juventude e vida adulta, poderemos ter esse parâmetro dessa faixa etária.

A referência à adolescência é própria da Psicologia. A Sociologia se reporta mais à categoria de juventude mais ampla. Para não criarmos conflito e impasse, temos incluído na categoria maior a idade de 15 a 24 anos.

A vida adulta, exatamente a faixa etária em que precisamos fazer uma distinção interna, é a partir dos 25 anos, e não é ao infinito. Há duas etapas muito marcadas na vida adulta. A Sociologia aponta a virada dos 59 aos 60 anos e, a partir dos 60 anos, com a identidade da terceira idade. São dois momentos da vida adulta que implicam vivências distintas, apesar de haver algo comum, que é a marca da vida adulta. É importante apurarmos essas diferenças internas.

Vamos falar um pouco sobre algumas marcas próprias da juventude. A Profª Marília Espósito, da Faculdade de Educação da USP, tem sido uma referência na Faculdade. Ela tem se dedicado à temática da juventude. Até prefere usar a expressão "juventudes", no plural, para nos despertar para o cuidado de também não rotular essa faixa etária com um único tipo de comportamento, desconhecendo a questão da origem social, da raça, do gênero, ou seja, a própria categoria juventude tem diferenças internas.

Vejam algumas marcas que lhe são próprias. É um tempo de transição, ou seja, deixa-se de ser criança, mas ainda não se é adulto. Que conseqüências isso tem na relação com o jovem? Aquela idéia de que é uma relação e uma expectativa, sempre com um parâmetro que está fora dele, isto é, aquele risco de não se debruçar o olhar para a idade que lhe é própria, para as marcas com as quais ele tem todo o direito de viver. É próprio que seja uma fase de euforia, de alegria, de descontração, de disposição, de abertura a projetos.

Vocês devem estar pensando que estou com uma idéia muito rósea, porque o que estamos encontrando nos jovens da escola noturna nem sempre é disposição, alegria e euforia. Geralmente, é apatia, desinteresse e indiferença. Vamos tratar disso mais à frente.

Outra questão que define a idade própria da juventude é a vida futura, a ser construída. Pesquisas mais recentes têm demonstrado o interesse de se chegar mais perto desse jovem exatamente por causa da constatação do nosso desconhecimento dessas características que lhe são próprias. Daí a grande satisfação em constatar, cada vez mais, o reverso da medalha. Acabamos tendo a tendência em dizer que são desinteressados, desligados, só querem o prazer, ainda influenciados por mais uma marca desses tempos modernos do hedonismo, do culto ao prazer. Vamos construindo uma imagem de alguém que quer estar mais fora do que dentro. E as pesquisas têm revelado que eles têm demandas, projetos e propostas. Então, o que está faltando? Isso remete a um desafio, que é nosso: a escuta, a aproximação, o espaço dessa relação.

Na vida adulta, quais são as marcas que podemos distinguir dessas que tentei pontuar, ainda que de maneira rápida? Em vez de ser uma época de abertura a novos projetos, muitas vezes entramos numa fase de síntese. Quando atingimos a vida adulta, respeitando essa diferença interna que já assinalai, é muito evidente essa necessidade da conclusão: afinal de contas, em que acredito na vida, quais são os meus princípios, o que priorizo? É todo um movimento maior de interiorização, ao passo que a juventude é um tempo de exteriorização.

É importante para nós, educadores, detectarmos essas dinâmicas, porque, muitas vezes, temos alunos adultos e alunos jovens na mesma sala de aula, com impasses sobre os quais nos fazemos a seguinte pergunta. E, no caso, os adolescentes, infelizmente, continuam com o adjetivo "aborrecentes", o que acaba até dificultando ainda mais a relação, como se o comportamento fosse só para dificultar as coisas. Mas o que esse comportamento está expressando? Quando disse que vocês deveriam estar pensando que esse comportamento não seria tão róseo assim, de alegria, euforia, disposição, mas, muitas vezes, de apatia e indiferença, é importante nos perguntarmos: que experiência escolar e que experiência de vida esse aluno está vivendo que o faz ter a necessidade de estar extravasando dessa forma?

Há um exemplo ao qual sempre gosto de me remeter. Em um depoimento de uma professora, ela comentava que preferia o aluno que a questionava, não concordava com a aula que estava sendo encaminhada ou com a temática e expressava isso ao aluno que ficava lá no fundo da sala, com o seu "walkman" e aquela idéia: "professora, você é que está esquentando a cabeça". Aliado a esse depoimento, há uma coisa interessante e curiosa.

Numa das pesquisas, outra pessoa quis aproximar-se de alunos que têm esse tipo de comportamento e são rotulados como "desligados", porque ficam no fundo da sala. Ela queria saber por que, mesmo com aquela postura, eles marcavam presença. Entrevistando um deles - nossa tendência é desistir desses alunos - para saber o porquê desse comportamento, ele comentou que, muitas vezes, eram tantos os comentários com os quais não concordava, e via que não levaria a nada, que preferia ficar ouvindo música, ou seja, o aluno não estava desligado - pelo contrário, captou o conteúdo, percebeu a diferença e tem posição contrária. Então, o que é que faltou? Espaço. Não digo isso para julgar quem está lá dentro. Nós todos corremos o risco de ir construindo um conjunto de estigmas que irão agravar, cada vez mais, essa distância.

Sobre o tempo de vivência na escola, há que se considerar também que jovens e adultos não têm a mesma trajetória no interior da escola, nem o mesmo passado. Pode até ser que tenham, como já comentei, mas, muitas vezes, não. E quais são as repercussões dessas vivências distintas? O que é que temos detectado na maioria dos jovens? Se já tiveram experiência escolar, por que estão na EJA hoje? Porque acabaram ficando defasados, ou seja, já tiveram uma vivência, um tempo de abandono e retornam hoje. Há que se pensar, então: o que foi que eles viveram que os levou a esse abandono? Que impressões e experiências ficaram marcadas? Não seria a indiferença, a idéia da apatia ou até uma violência, muitas vezes física? Então, além dessa reação negativa, temos que perguntar por que foi desencadeado esse tipo de comportamento.

Já os adultos, muitas vezes, tiveram vivências precárias, muitos são da zona rural e encontraram dificuldade com turmas muito seriadas, tinham que percorrer longas distâncias e toda essa realidade que conhecemos, que compõe a vivência escolar dessas pessoas que tiveram que interromper seus estudos e retornam agora. Hoje, elas retornam com um sentimento de gratidão muito forte. Aí, precisamos ter cuidado também. A Liliane apontou o fato de que, muitas vezes, algo mais rápido na educação de jovens e adultos talvez seja satisfatório. Acho que precisamos ter o cuidado de não reforçar esse comportamento, considerando que qualquer coisa que vier poderá satisfazer: pelo contrário, é uma demanda significativa e, como já foi dito, de direito. E, por serem distintas as vivências desses alunos, o significado da escola, naturalmente, será diferente. Mas, apesar das diferenças, há uma vivência comum, que é a da exclusão. E as repercussões dessa vivência são a baixa auto-estima, a inferiorização e a revolta.

Finalizando, quanto ao tempo escolar propriamente dito, há necessidade de se pensar nesses regulamentos e horários. Numa das pesquisas desenvolvidas na faculdade, um dos dados detectados foi o fato de que uma aluna chegou atrasada e pulou o muro para entrar na escola, já que o portão estava fechado. Ela foi chamada, porque transgrediu uma regra. Quando foi explicar seus motivos, disse: "Mas eu pulei para entrar, e não para sair da escola".

Era uma mãe de família, uma adulta participante de um movimento popular, líder de uma associação, ou seja, uma pessoa que tinha uma vivência como tal. Não foi à toa que ela teve coragem para fazer esse gesto. Não quero deixar a idéia ilusória e romântica da falta de regras. É necessário ter regras, mas devemos ter cuidado na obediência a elas, ter cuidado com as pessoas que as vivenciam.

Gostaria de fechar dizendo que o ponto central, não sei se dei conta de transmiti-lo, é a importância do estabelecimento da relação com esse jovem, com esse adulto. À medida que esse educador cultivar dentro de si essa abertura, estará disponível e sensibilizado para detectar essas diferenças, que são muito determinantes.

Paro por aqui, mas, antes, gostaria de pedir desculpas pela minha desobediência.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos debatedores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, estando dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer sua intervenção.

#### Debates

O Sr. Presidente ( Deputado Edson Rezende) - Com a palavra, o Prof. Ademir José dos Santos, que quer fazer uma pergunta.

O Sr. Ademir José dos Santos - Sou da APPMG. Os grupos de trabalho que elaboraram o documento síntese para a discussão desse fórum de que fiz parte definiram tempo escolar como tempo vida, valorizando justamente a idéia do aluno trabalhador, do que busca sair da exclusão em que foi envolvido e tentar construir o conhecimento, a dignidade e a cidadania. Se considerarmos o tempo vida, as necessidades dos jovens e adultos, que normalmente são trabalhadores, e alguns princípios legais, cada escola poderia, então, organizar seu tempo escolar, valorizando a produção individual, sem se preocupar com uma frequência mínima?

A pergunta básica é: a escola terá autonomia para organizar o seu tempo escolar de acordo com a sua contextualização social e com as necessidades desse jovem, desse adulto? Gostaria que a Secretária Maria José Feres dissesse a posição da Secretaria sobre essa autonomia para as escolas, de acordo com a necessidade de cada um.

A Secretária Maria José Feres - Não posso passar a posição da Secretaria sobre a frequência nas escolas, posso passar a minha posição. A Secretaria ainda está estudando uma série de questões. Como disse, estamos encaminhando alguns projetos com o final do Acertando o Passo e do A Caminho da Cidadania. Estamos construindo isso coletivamente, com os profissionais.

Como disse a minha colega da Secretaria Municipal da Educação, temos de separar os jovens e os adultos. Concordo com ela. O que temos de ter na educação de jovens e adultos é bom-senso. Temos de conseguir entender a situação de cada jovem, de cada adulto que volta à escola, tem necessidade de todos esses tempos a que a colega da Prefeitura se referiu, vivencia esses tempos, já tem uma vida pela frente, tem tempo para trabalhar. Enfim, temos de ter bom-senso para ver que tipo de frequência se exige desse aluno.

Não estou aqui também para abolir todas essas regras, elas têm de existir. Mas elas têm de ser, no mínimo, inclusivas. Não adianta fazer regras que irão excluir pessoas da escola. Temos de partir do pressuposto de que todos podem aprender em qualquer idade, desde que respeitadas as diferenças que essas idades impõem nas fases do desenvolvimento humano.

Evidentemente, acho que a escola tem de se preocupar com a frequência, com o rendimento, com o desenvolvimento humano, com o desenvolvimento do aluno, com a inclusão social. E tem de se preocupar com isso tudo em conjunto. A frequência está inserida nesse contexto global. Por exemplo, se estiver fazendo um curso "semipresencial", a frequência ficará descartada em grande parte dele. Isso depende muito de como vejo o contexto global da escola e da educação.

O Sr. Paulo Jorge dos Santos - Quero deixar registrado o meu respeito à Secretária e discordar de que o ensino regular noturno não é legal. Acho que deve ser oferecido como direito, porque nós, adultos, não temos a pretensão de decidir o que o jovem quer, o que é melhor para ele.

Sabemos que o aluno pobre vive, muitas vezes, em situação precária e vê como forma de ascensão social a escola. Quando o aluno vai para a escola, quer, realmente, aprender. E, quando quer um certificado, procura um desses supletivos que existem por aí.

Gostaria de propor que as pessoas, antes de assumirem cargos relacionados à educação, ficassem, pelo menos, três meses fazendo estágio numa escola de periferia, para que pudessem ter mais respeito com os professores, pessoas que têm como sacerdócio o magistério.

Não podia deixar de falar dos meus colegas que estão extremamente tristes pela forma como estão sendo conduzidas as negociações do funcionalismo e, particularmente, dos professores, que estão recebendo abono como se fosse esmola.

Quero aproveitar para falar, de público, sobre meu respeito aos militares, pela forma como estão unidos e conseguiram suas reivindicações.

Gostaria de dizer, ainda, ao Governador que a sua segurança pessoal é muito importante, mas a educação do aluno pobre, na favela, na periferia, é importante não só para Minas, como também para o Brasil.

A Secretária Maria José Feres - Penso que me expressei muito mal, porque o Paulo entendeu tudo ao contrário do que eu disse. Então, vou repetir a minha fala, porque posso ter me expressado mal, embora seja professora há mais de 30 anos.

Não disse que o ensino regular noturno não é legal. O que disse é que ele apresenta, principalmente, pelo meu conhecimento, no ensino médio, índices de evasão que são ainda muito altos. Isso, às vezes, parte de uma organização curricular, do próprio tempo escolar mesmo, que leva o aluno a desanimar, porque passa a ser repetente.

Disse até que podemos discutir, como experiência piloto em algumas regiões do Estado, para o ensino regular noturno, um sistema mais flexível de matrículas, de matrícula por disciplina, de um sistema de crédito, em que os alunos possam escolher as disciplinas que vão cursar, de tal maneira que possam adaptar seu tempo na escola a seu tempo no trabalho e ter sucesso na aprendizagem.

Todos nós que estamos aqui, principalmente o Paulo, sabemos que o nosso desafio é garantir aos alunos o sucesso escolar. E este tem que ser garantido, principalmente de forma muito incisiva, no ensino regular noturno e na educação de jovens e adultos.

Então, repensar as estruturas de um ensino regular noturno é importante até para que não tenhamos ainda mais alunos na educação de jovens e adultos. Concordo com que a educação de jovens e adultos tem que ser continuada, para a vida. Mas, neste País e neste Estado, infelizmente, ainda temos que dar conta de adultos que tiveram o direito à educação básica negado, excluído na idade própria.

O Sr. Presidente - Há mais uma pergunta para a Secretária Maria José Feres - de Virgínia Helena, da Fundação São João Bosco para a Infância: "Você acredita que é possível garantir essa qualidade que você defende, esse respeito à experiência de vida do educando, trabalhando com voluntariado?".

A Secretária Maria José Feres - Acho complicado. Penso que temos que trabalhar na educação de jovens e adultos em várias vertentes, e uma delas é com a sociedade, porque essa é uma dívida social.

Não tenho dúvida disso e acho que aqui ninguém a tem. Essa dívida social, é preciso que a sociedade se organize para nos ajudar - e, quando digo nos ajudar, estou me referindo ao Estado, ao poder público, aos órgãos públicos - a resgatá-la.

Isso não significa que a educação de jovens e adultos não seja política pública. Como política pública, está inserida em sistema educacional, e, dessa forma, precisa de profissionais qualificados. Mas, por outro lado, nada impede que tenhamos uma ação junto com organizações não governamentais, com empresas dispostas a colaborar, mas com pessoas qualificadas, que tenham competência específica.

É muita pretensão acharmos que as competências se encontram somente na esfera do institucional, da Secretaria de Estado da Educação ou da Secretaria Municipal da Educação. Há organizações não governamentais, por exemplo, que podem desenvolver esse trabalho com muita competência. O importante é que o voluntariado, no momento em que existe e se coloca ao nosso lado, tenha também a competência exigida para esse tipo de trabalho.

A Sra. Efigênia Campos Roque - Meu nome é Efigênia, sou Presidente da Associação Municipal de Pais de Alunos de Contagem - AMPAC. A Associação tem um projeto de alfabetização de jovens e adultos, com uma seqüência da 5ª à 8ª série. Sou professora aposentada e trabalho com um grupo de voluntários.

Quando falo de alfabetização de jovens e adultos, estou falando de uma escola dinâmica e flexível em todos os sentidos, que possa pegar jovens de 25, 18, até 85 anos. Quando estou alfabetizando alguém, o jovem está aproveitando a experiência do mais velho em todos os sentidos. Trabalhamos a qualidade que eles têm de aprendizagem, tanto do jovem quanto do adulto.

Quando você falou sobre essas organizações estarem trabalhando junto com vocês, minha pergunta é: o que poderíamos fazer para trabalhar junto com vocês nas Secretarias de Educação? Estamos nos colocando à disposição e gostaríamos muito que vocês vissem nossa experiência, porque é de um resultado excelente. Bom-dia, obrigada.

O Sr. Frederico Pecorelli - Sou Frederico Pecorelli, do Grupo de Pesquisas em Direito Educacional. Se consideramos a organização do tempo escolar sob os óculos da formação docente na perspectiva do cientista educacional, pergunto: fundamentado no art. 13 da LDB, em que os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, ou seja, o docente é o responsável final pela implementação do tempo escolar e pela consecução com os alunos da aprendizagem - isso é importante, está num documento internacional ratificado pelo Brasil, a Declaração Mundial de Educação para Todos e no quadro de ação para responder às necessidades educativas fundamentais, ou seja, deve beneficiar uma formação concebida para responder às necessidades educativas fundamentais de todas as pessoas. Pergunto: como assegurar a formação que responda às necessidades educativas e o implemento, por meio do docente, no cotidiano do tempo escolar? Gostaria que a Profa. Maria Amélia falasse um pouco sobre a função da pesquisa na práxis cotidiana do professor. Obrigado.

A Sra. Maria Amélia Giovanetti - Frederico, quando você pergunta, incluindo a questão do docente, acho que é um elemento que até estava pontuado aqui, pensei que seria necessário abordá-lo porque não adianta pensarmos só no tempo vivido do aluno se, do outro lado, o de quem compõe essa relação, que é o docente, não lhe for reservado o tempo necessário.

Coloquei um tempo necessário não só para o planejamento, a preparação das aulas e do conteúdo, mas também para o estabelecimento de relações, ou seja, no corre-corre, nos horários comprimidos não se consegue tempo necessário para a verdadeira escuta.

Não me lembro bem da segunda parte da sua pergunta, que é relacionada à pesquisa.

O Sr. Frederico Pecorelli - Percebo, por meio de grupos de pesquisa, a função da universidade na práxis cotidiana, possibilitando a formação do docente na perspectiva do cientista educacional, ou seja, ele vai diagnosticar, atuar, intervir e mediar com consciência daquilo que está fazendo.

O Sr. Hécio Queiroz Braga - Endosso essa perspectiva, reforçando a idéia do professor pesquisador.

O Sr. Frederico Pecorelli - Exatamente. É um dos itens que está no documento final. Na plenária, aguardamos um debate forte, porque a nossa identidade é o professor como cientista educacional.

A Sra. Maria Amélia Giovaneti - Acrescentaria um elemento. Para que essa pessoa também se disponha a ocupar esse tempo, é necessário um movimento interno, ela realmente ter a disponibilidade da atitude do pesquisador. Que atitude é essa? A humildade, o reconhecimento do inacabado, a ideia de um eterno aprendizado, sair um pouco do trono do saber, ou seja, cultivar dentro de si essa perspectiva, que é muito instigante. Uma das áreas que mais se coaduna com a marca do ser humano é a do docente, porque ele está sempre mobilizado a se desinstalar, mas depende de um movimento interno, já que, se me cristalizou, fecho-me.

O Sr. Frederico Pecorelli - E é isso que nos torna professores. Obrigado.

O Sr. Presidente - Informamos que as atas contendo a transcrição completa deste fórum serão publicadas no jornal "Minas Gerais", no caderno "Diário do Legislativo", no dia 12 de julho. Esclarecemos que não será possível fornecer cópia das gravações das reuniões do fórum. Haverá reprise do evento na TV Assembléia. A data prevista para a reprise ainda não foi definida, mas essa informação poderá ser obtida pelo telefone 290-7812.

Vamos tomar algumas medidas do ponto de vista prático. Gostaria que os expositores estivessem preparados para anotar as intervenções, porque faremos agora três blocos de respostas.

Com a palavra, um companheiro participante, para fazer uma rápida intervenção, porque, às 11 horas, teremos de encerrar a reunião, já que o Grupo de Trabalho 4 fará sua apresentação no auditório.

O Sr. Hélcio Queiroz Braga - Bom dia, sou professor do CEFET de Minas Gerais. Preocupou-me um pouco a questão da flexibilidade do tempo da escola. Trabalho com alunos que passam o dia no trabalho e, à noite, vão estudar. O tempo de trabalho é diferente da proposta que se está colocando, porque é rígido. Se a pessoa não trabalha, perde o dia, o que significa diminuição no salário o final do mês. Trabalho com alunos que estão dentro de indústrias, têm turnos de trabalho diferenciados: numa semana, trabalham pela manhã; na seguinte, o horário é outro; e assim por diante. Essa flexibilidade que se propõe para o tempo escolar pode implicar numa regularidade, que é um fator básico na educação. Tenho 34 anos de escola, 22 como estudante e 12 como professor, e sei que a regularidade é básica.

Como combinar essa situação, ou seja, flexibilizar o tempo escolar sem flexibilizar o tempo de trabalho? As empresas não flexibilizam e exigem rigidez. Trata-se de um problema sobre o qual se deve refletir.

A Sra. Jamile José Daniele - Sou Jamile José Daniele e represento o Instituto de Educação de Minas Gerais. A minha pergunta é dirigida à Sra. Secretária Maria José Feres. Não se falou que este aluno do qual estamos tratando - esse jovem adulto - é um aluno rotativo. Não é permanente numa escola ou no local o tempo inteiro. Então, como seria o seu tempo escolar? Temos que pensar nisso, porque se trata de um aluno completamente rotativo. Sei disso porque tenho 30 anos de experiência com o aluno adulto no ensino regular. Também participei do Projeto Travessia. Como podemos lidar com esse tempo dele, se é rotativo por causa do trabalho? Às vezes, sai de uma escola e vai para outro bairro que não lhe pode oferecer esse tipo de estudo. Trata-se de um grande problema - macroscópico pelo tamanho do próprio Estado e pelas poucas escolas que oferecem esse tipo de estudo aos adultos e adolescentes.

O Sr. Presidente - Com relação à rotatividade, trata-se de um assunto que temos de discutir como processo macroscópico que não se restringe somente à educação. É uma sugestão para nós, parlamentares, pensarmos em legislação nesse sentido. Precisamos pensar em quem deseja estudar e está trabalhando. Assumimos o compromisso de nos debruçar sobre essa questão, que é muito importante.

Sra. Liliâne, as perguntas são as seguintes: a primeira é minha. Quantas escolas ou quantos grupos de EJA há na rede municipal de BH e quais os resultados dessa experiência? As outras perguntas também são para a Sra. Liliâne; esta é de Ana Cleyde, do Departamento de Educação da Administração Regional Oeste da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: "A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na tentativa de orientar a flexibilização dos tempos, desenvolveu o projeto Passo da Escola no Compasso da Vida; você poderia falar um pouco da organização dos tempos previstos nesse projeto?". Outra pergunta: "Como se processa a enturmação de jovens e adultos na escola plural?". Esta é do José Geraldo de Assis, de Ipatinga. Agora, uma pergunta de Simoni Soares Campos, da Associação Naim Pró-Gente: "Como a Secretaria Municipal da Educação está estruturando o Mova BH e quais os critérios para uma possível parceria mediante o tempo?". A Sra. Silvana Caixeta, da 40ª Superintendência Regional de Ensino, solicita o endereço na Internet, o "e-mail". Agradece. "Como a Secretaria Municipal da Educação vem democratizando essa discussão da EJA e a gestão? Como a companheira Liliâne falou a respeito da constituinte escolar - a do Rio Grande do Sul?". Pergunta de Denise Dória, da Secretaria da Educação de Gouveia: "Sou coordenadora do Serviço de Educação de Jovens e Adultos de Gouveia - SEJA Gouveia - . Com o objetivo de traçar experiências, quero lhe pedir também o endereço para contato, pois temos uma ligação muito legal com a Secretaria de Belo Horizonte". Com a palavra, a Sra. Liliâne.

A Sra. Liliâne dos Santos Jorge - Vou tentar ser sucinta, porque são muitas as perguntas, e algumas delas demandariam um tempo bem maior para serem respondidas a contento. Com relação à educação de jovens e adultos na rede municipal de ensino, hoje, somos 179 escolas; 115 oferecem algum tipo de ensino noturno. Cerca de 60 oferecem o início do ensino fundamental para jovens e adultos, o que corresponderia da 1ª à 4ª séries; cerca de 50 oferecem a finalização do ensino fundamental, fora as escolas de ensino regular noturno, muitas das quais, apesar de estarem organizadas como ensino regular noturno, atendem a um público com perfil bastante aproximado ao da EJA.

O projeto Passo da Escola no Compasso da Vida se aplica não somente às escolas de educação de jovens e adultos, mas também a todo o ensino noturno regular, seja fundamental, seja médio. É um projeto por meio do qual tentamos aproximar a realidade da aprendizagem escolar da vivida pelo aluno em outros espaços de aprendizagem.

Com relação ao tempo, o projeto propõe que, da carga horária anual utilizada para o desenvolvimento do projeto, a escola use até 25% da carga horária total do ano, valorizando e incorporando, no currículo escolar, atividades e experiências realizadas em espaços fora dos muros da escola: atividades ligadas ao mundo do trabalho, às experiências de esporte, lazer, cultura. Enfim, é um projeto que visa valorizar outros espaços de formação do aluno jovem ou adulto e incorporá-los na vivência escolar, não só no cotidiano da escola, mas também na sua carga horária.

O projeto não é só para a EJA. É também para o regular noturno, por entender que, por funcionar à noite, essa modalidade tem que ser repensada em outros moldes.

Enturmação é outro ponto a considerar. As escolas têm autonomia para ensaiar diversos tipos de enturmação e tentam, de diversas formas, organizar grupos em que a aprendizagem ocorra de forma tranquila. Não temos como princípio separar jovens e adultos. Nosso princípio é a riqueza da convivência entre as diferentes idades e a troca de experiências entre jovens e adultos. No entanto, as escolas organizam agrupamentos flexíveis, dependendo do projeto de trabalho que estão desenvolvendo.

Em determinados momentos, a enturmação é feita, separando-se por habilidade cognitiva; em outros, segundo os interesses. A escola organiza, em seu projeto de trabalho, possibilidades de que as turmas sejam móveis. Não precisam permanecer as mesmas de janeiro a dezembro. Há momentos em que os grupos são fixos, dependendo do objetivo que se queira alcançar. Há momentos em que as turmas se modificam para que os alunos convivam com diferentes ciclos, idades e interesses, que são trabalhados pelos projetos.

Não temos MOVA na rede municipal de Belo Horizonte. Em maio, iniciamos um projeto em parceria com a Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra - SMACON -, desenvolvendo e integrando um projeto que já existe na SMED, que é o da alfabetização das mães do Programa Bolsa-Escola. Estamos ampliando esse atendimento para outros setores da população interessados na alfabetização.

O projeto é desenvolvido em parceria com as duas secretarias, e mais informações a seu respeito podem ser obtidas no Programa Bolsa-Escola, na Secretaria Municipal de Educação.

Na perspectiva de trabalhar com os grupos excluídos, para os quais é mais difícil o acesso à escola formal, trabalhamos pela criação da demanda do direito à aprendizagem do início da alfabetização e procuramos ganhar essa população para o ingresso na escola formal.

Falarei um pouco sobre como estamos democratizando o espaço da educação de jovens e adultos. O primeiro aspecto diz respeito à construção da política de EJA na rede, o que temos tentado fazer de maneira coletiva, envolvendo todos os profissionais e alunos nessa discussão.

Estamos vivendo a segunda fase da constituinte escolar, encerrando o nosso ciclo de debates, que pretende ir além de professores e alunos. É um debate com toda a cidade de Belo Horizonte; estamos discutindo temáticas relativas à educação, entre as quais se inclui a EJA.

Da constituinte escolar, vamos tirar uma carta de princípios que orientará e organizará o trabalho das escolas na reescrita de seus regimentos escolares. O endereço da Coordenação de Política Pedagógica é Rua Carangola, 2.888, 8º andar, Bairro Santo Antônio, telefone 277-8641. Muito obrigada.

O Sr. Paulo Ramos Santos - Bom-dia a todos. Quero dizer que estou triste por ver poucos estudantes neste salão. A minha pergunta é dirigida à Sra. Maria José Feres e é sobre a evasão escolar no ensino noturno.

Gostaria de fazer uma proposta de incentivo ao turno da noite. Nas escolas de periferia, no interior do Estado, há grande evasão de alunos no ensino noturno, porque o material didático é inexistente, não há merenda escolar e não há vagas nas escolas próximas à periferia, onde mora a maioria dos estudantes. Os alunos têm de pagar transporte, sou a favor do meio passe ou do passe livre.

Acho que falta uma análise em relação ao cuidado necessário com o jovem adulto no que se refere à merenda escolar, transporte e número de escolas. Faltam escolas no interior e na periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte. É importante que haja um incentivo, porque os alunos trabalham para estudar à noite.

O Sr. Presidente - Vou encaminhar algumas perguntas à Profa. Maria José Feres. Pergunta da Sra. Sônia, da Assembléia Legislativa: "Admira-me o fato de que o Estado, mesmo oficialmente, continue se referindo a ensino supletivo, modalidade extinta desde a última LDB. Que providências o Estado pretende tomar a respeito? Temos CESUs atuando com seriedade, porém necessitando de maior adaptação à nova LDB, de 1996".

Os autores das seguintes perguntas não se identificaram: "Em vez de investir nos Projetos Acertando o Passo e A Caminho da Cidadania, que comprovadamente não deram certo, não seria melhor investir nos CESUs? Ampliar e criar novos CESUs não é o suficiente!"

"Qual é o objetivo da Educação Física no curso noturno, no horário regular, sendo optativa para o aluno?"

"O professor do CESU recebe a denominação de professor orientador de aprendizagem. Quais os aspectos que diferenciam este professor daquele da escola regular? Por que essa nomenclatura diferenciada, bem como a carga horária e o tempo para aposentadoria: professor regular - 25 anos, CESU - 30 anos?"

Antes da última pergunta, vem uma sugestão: a de a Assembléia enviar, juntamente com os certificados, as cópias das falas de Liliane e Maria Amélia. Conversei ontem com o Presidente da Assembléia, Deputado Anderson Aduato, justamente sobre essa questão: que toda a riqueza deste fórum fosse sintetizada numa fita de mais ou menos 2 horas de duração. Mas vocês receberam, como fizemos no seminário de educação do ano passado, uma síntese de todo o fórum sobre educação de jovens e adultos. (-Palmas.) De qualquer maneira, estou recebendo a informação de que no dia 12 de julho será publicada toda a discussão deste fórum. Além disso, vocês receberão esse documento final em casa.

Pergunta de Marlene, de Piracicaba: "Pelo que vimos neste fórum, a maioria dos municípios e dos Estados brasileiros possuem, em suas secretarias de educação, setores ou diretorias específicas para coordenar a EJA. Em Minas Gerais, existe essa preocupação na secretaria estadual?". Com a palavra, a Profa. Maria José.

A Secretária Maria José Feres - Em primeiro lugar, a questão de Maria Amélia, de Contagem, que é professora e voluntária. É um caso que me parece típico de um voluntário capacitado para desenvolver essa tarefa. Queria dizer que ela pode entrar em contato conosco, com a Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação, na Secretaria da Educação, porque temos muito interesse em conseguir articular o trabalho com o voluntariado. Esse processo está sendo construído, mas da forma que ela disse. Não sei se as pessoas se lembram, é uma professora aposentada que está disposta a fazer um trabalho - que é voluntário, porque ela já se aposentou - em relação à educação de jovens e adultos.

O Hélcio, do CEFET, fez uma pergunta em relação ao tempo escolar flexível. O problema é de se ter um tempo muito fechado em relação às pessoas que trabalham, e, por isso mesmo, as pessoas só têm tempo de estudar naquele outro tempo, que por isso acaba sendo um tempo também fechado. O Deputado Edson Rezende levantou uma questão importante, que é a possibilidade de a própria Assembléia começar a tomar iniciativas para flexibilizar o horário de trabalho dessas pessoas que querem estudar.

Além disso, refiro-me também ao fato de começarmos a ter um tipo de organização curricular menos fechada, menos montada, das 19 às 23 horas ou das 19 horas às 22h30min, e com criatividade. Quando se fala em tempo escolar, penso que não é só o tempo de duração dos cursos, vamos dizer assim, mas como se organiza o tempo em que se está na escola. Ainda falamos em grade horária, em grade curricular, e, se conseguíssemos derrubar um pouco as grades, teríamos horários mais flexíveis e tempos mais flexíveis e frequências mais flexíveis. Isso para o ensino presencial. Penso que em educação de jovens e adultos, temos de começar cada vez mais a investir em tecnologia e em educação a distância.

A educação a distância é a chance de que o próprio aluno organize seu tempo. Se quiser estudar à meia-noite, à uma hora da madrugada, às 6 da manhã, ele pode ter condições, se existir um sistema de educação a distância bem-montado. Em cursos só presenciais, além de só atendermos a uma demanda, que é pequena, continuaremos tendo problemas com esse tipo de organização.

No mínimo, penso que precisamos atuar - como os nossos CESUs já vêm atuando -, de maneiras presencial e semi-presencial. E temos de caminhar do semi-presencial para a educação a distância, quando se tratar de jovens e adultos, principalmente de adultos. Esse tipo de educação não dispensa o professor. Ninguém precisa ter medo disso. Pelo contrário, precisamos do professor qualificado para montar um sistema de educação à distância sério, de fato com professores, instrutores, monitores. Enfim, é possível viabilizar um atendimento a um número muito maior de pessoas, ao mesmo tempo que é possível permitir que o próprio aluno tenha muito mais flexibilidade para organizar o seu tempo, não ficando restrito ao tempo que a escola marca para ele. O ensino presencial, de fato, é muito complicado para o aluno trabalhador, ou seja, para jovens e adultos, principalmente com a estrutura que a escola tem hoje.

Quanto à questão do aluno rotativo que foi posta pela Jamile, de certa maneira ela já foi respondida junto com a primeira. Precisamos de um pouco mais de criatividade para evitar isso. O incentivo para o turno da noite... Não sei que incentivo é esse. Se for adicional noturno, vamos discutir esses assuntos no plano de carreira, com os profissionais da educação. Se for merenda escolar e material didático para o ensino médio, estamos nessa luta com o Governo Federal, tentando conseguir financiamento para o ensino médio e para a educação básica. Queremos financiamento, não apenas para merenda ou para livro didático. Precisamos de um financiamento que garanta a educação básica, ou seja, da educação infantil ao ensino médio.

A quota estadual de salário-educação, hoje, assim como todos os financiamentos do FNDE, são exclusivamente para o ensino fundamental. A merenda existe somente para alunos de 7 a 14 anos, assim como o livro didático. Está errado? Está. Mas não adianta a gente pedir merenda escolar para o ensino médio somente para o Estado. Temos de lutar em plano nacional. Todos os Estados estão fazendo isso para garantir, de fato, o financiamento para a educação básica. Neste Estado, estamos aumentando a "per capita" da caixa escolar das escolas exclusivamente de ensino médio. Em todas, esse valor foi aumentado, mas pouco. Nas escolas exclusivamente de ensino médio, aumentamos, de 1999 para 2000, de R\$6,90 para R\$12,50 o repasse da caixa escolar. Então, as escolas exclusivamente de ensino médio que receberam no ano passado R\$585.000,00 receberão, este ano, R\$1.200.000,00. Essa é uma tentativa do Estado. Isso é o quê? É dinheiro do Tesouro, dinheiro do Estado. É uma tentativa feita pelo Estado, com seus recursos, para melhorar as condições do ensino médio. Mas apenas isso não vai resolver.

A gente ainda usa o termo "CESU", e a pessoa pergunta por quê, se o supletivo já acabou há muito tempo. Os CESUs estão caminhando para uma linha de reformulação. Algumas pessoas estão até querendo mudar o seu nome, e já existem algumas propostas para isso. A própria pessoa que fez a pergunta disse que os CESUs trabalham com seriedade. No início da minha fala, eu disse que estamos ampliando o número de CESUs. Falei em 15, em todo o Estado, até o ano de 2001: um em Belo Horizonte, em agosto de 2000; outro em 2001, também em Belo Horizonte; e mais 13 em outras regiões, também em 2001. Eu disse até que estamos transformando os postos do interior em centros de estudo supletivo. Então, imaginamos que o caminho seja esse mesmo. Essa política tem de ser reformulada e trabalhada.

Também se perguntou por que não ampliamos o CESU, se o Acertando o Passo e o A Caminho da Cidadania reconhecidamente não deram certo. Eu seria leviana se afirmasse isso. Posso dizer que esses projetos terminam, que eles têm problemas, mas ainda não tenho uma avaliação sistemática para dizer que "reconhecidamente" eles não deram certo. Estou falando com toda a honestidade. Quem me conhece sabe que não digo o que não penso.

Não posso ainda dizer que só ampliar os CESUs resolve o problema da EJA. Penso que estamos na Secretaria rediscutindo os CESUs; têm de ser ampliados, sem dúvida, e também as diretrizes das telessalas, que é outro instrumento para a educação de jovens e adultos, e esses projetos também, até para ver se as escolas vão voltar a ter projetos desse porte, já que os dois estão terminando. Queremos que seja uma decisão que venha de baixo para cima. Queremos construir esses projetos junto aos profissionais e às escolas. Não vamos nos trancar nos gabinetes e fazer o caminho da Cidadania II. Não é nosso estilo de trabalho. Não é assim que a Secretaria trabalha. Estamos trabalhando junto com os professores, com as pessoas que estão na luta, com a escola, para construirmos, coletivamente, as soluções possíveis ao Caminho da Cidadania e ao Acertando o Passo.

Quanto a professor do CESU e orientador de aprendizagem, acho que isso, de fato, é um negócio complicado. Vou ser honesta com vocês: entendo pouquíssimo dessa burocracia. Tenho uma certa aversão a ela. Mas posso dizer o seguinte: estamos discutindo com o sindicato o plano de carreira dos professores e dos profissionais da educação, o plano de carreira da educação. Ele tem prazo para ficar pronto. Penso que, no plano de carreira, essas questões têm de ser resolvidas. Vamos discutir também com todas as entidades representativas da educação. Esse grupo não é fechado; digo isso alto e bom som. É claro que o Secretário constituirá o grupo do modo como achar melhor, mas o constituirá dizendo que o grupo tem de se abrir, tem de ouvir entidades, associações, profissionais da educação e as pessoas interessadas. Vamos fazer isso. Acho que a questão levantada é pertinente, pois professor de jovens e adultos é professor. Penso que isso tem de ser resolvido na discussão do plano de carreira. Minha posição pessoal é que considero pertinente a questão que foi feita, mas ela tem de ser discutida no plano de carreira.

Perguntaram-me ainda sobre o setor específico EJA. A Secretaria de Educação também tem de passar por reformulações. Ela tem uma diretoria de normas curriculares, que cuida muito bem dessa questão. Hoje é dirigida pela Prof. Dulcinéia Carvalhais sem o menor problema. Concordo também com essa idéia de se ter uma unidade específica de educação de jovens e adultos. Isso tem de existir. A estrutura da Secretaria da Educação é muito velha, as coisas são muito anacrônicas, tudo tem de ser reformulado. Por isso, já temos uma proposta de reformulação da Secretaria, para que ela se torne mais ágil, mais dinâmica, mais flexível e que atenda melhor ao que é pedagógico, que é seu fim. Ela existe para isso, ou seja, para a atividade-fim, não para a atividade-meio. Esperamos poder pôr isso em prática o mais rápido possível, situando bem a educação de jovens e adultos. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - O endereço eletrônico da Liliane, da Coordenadoria de Política Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos da Prefeitura de Belo Horizonte é c.p.p.0.2.@pbh.gov.br.

Solicitamos aos inscritos que não forem participar da reunião do Grupo 4 e não forem participar da plenária final que entreguem os seus crachás no Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC -, situado no andar térreo, após o término da reunião.

Vamos agora às perguntas para a Profa. Maria Amélia Giovaneti. Pergunta de Mônica Gomes, da Secretaria Municipal de Educação de Betim: "Gostaria que a senhora falasse um pouco mais sobre o tempo escolar propriamente dito, uma vez que a EJA está ligada diretamente à regulamentação do ensino regular. Como atender o aluno trabalhador nesse contexto, quando ainda temos educadores que acreditam que eles devem fazer uma escolha: ou bem estudam ou bem trabalham?"

Pergunta de Romilda Conceição Reis: "Na minha experiência como professora vivenciei situações muito ricas em turmas com alunos de 15 a 60 anos. Quando você diferencia, caracteriza o jovem e o adulto, está defendendo a separação destes em cursos diferenciados?"

Pergunta de Marco Antônio, orientado do Telecurso: "O que pode ser feito para não prejudicar os jovens e adultos relativamente ao tempo cronológico e ao tempo escolar?"

Pergunta de Maria Auxiliadora Machado, do Conselho Estadual de Educação: "Quais seriam as recomendações finais a partir de sua exposição?"

Antes que a Maria Amélia responda a essas questões, gostaria de dizer ao Paulo Ramos, que falou sobre a importância do aluno, que é o maior interessado, que a discussão não termina aqui, pelo contrário, se inicia aqui. Realmente, temos de fazer uma discussão com o grupo interessado, que são os alunos, os jovens e os adultos. É preciso fazer uma discussão com os empresários sobre a importância dessa questão e, por fim, a lei. Não vai resolver uma lei fria, que vai bater lá e voltar. Essa é uma discussão que pretendemos continuar.

A mudança de conceito e de paradigma leva tempo, é preciso convencer. Temos uma comissão de representação, criada no seminário do ano passado, que mantém o conceito. A partir deste fórum, hoje, na plenária final, será eleita uma comissão de representação para dar continuação aos trabalhos do fórum. Podemos fazer audiências públicas ou outras forma de convencimento para ampliar o debate, que hoje está bastante restrito aos educadores. A própria participação de empresas hoje é um bom começo para discutir isso lá, no local de trabalho, com empresários e trabalhadores. Com a palavra, a Profa. Maria Amélia Giovaneti.

A Sra. Maria Amélia Giovaneti - A Liliane acabou discutindo - e eu havia previsto abordar -, o que me facilitou muito, a questão de que o tempo escolar propriamente dito nos remete a pensar em dois aspectos: a questão do horário e, vinculada a ele, a questão dos regulamentos. E aí já tocou na necessidade de existir uma flexibilidade nos regulamentos.

O outro elemento que gostaria de ressaltar é a atenção aos ritmos e às aprendizagens, que são diferentes. Ela ressaltou que os jovens e adultos - já está mais do que comprovado - aprendem, sim. Já não existe a idéia de que o tempo ideal de aprendizagem é somente a infância; porém, apesar de ser um tempo propício para aprendizagem, há ritmos distintos entre jovens e adultos, não só quanto à questão da idade, mas também quanto a diferentes profissões, diferentes engajamentos na sociedade. Há pessoas que têm mais agilidade em determinadas áreas, e outras pessoas, em outras áreas. Então, é preciso ficar atento à diferenciação dos ritmos.

Acho que assim até respondo à pergunta da Romilda, que comentou que já trabalhou com alunos de 30 a 60 anos. Ela perguntou se, ao pontuar as diferenças, no fundo, não estou acabando por defender a separação. Aqui, diria que não. Não estou querendo fazer o isolamento. Ao trabalhar com turmas que apresentam heterogeneidade das idades, temos de ter cuidado com as diferenças que vivenciam.

Essa proposta já existe em várias escolas: tempos diferentes de agrupamentos. Há momentos em que o critério é a dificuldade da aprendizagem, que independe da idade. Em outros, a questão é determinado conteúdo ou um tema de interesse que implique ritmos distintos. Aí, sim, justificam-se agrupamentos por idade: grupos só de adultos e grupos só de jovens. Nesse momento, eles se interagem.

É o mesmo caso de alunos que estão no início do processo de alfabetização terem possibilidade de discutir com alunos que já estão no final do ensino fundamental, por exemplo. Quer dizer, isso independe da condição de ser analfabeto. Mas, em relação à idade, acredito que é importante também respeitar as diferenças. Na juventude e na vida adulta, há distinções.

Há ainda mais um detalhe: tomemos cuidado, porque a expressão mais comum é a educação de adultos. As campanhas, na década de 40, eram referentes à educação de adolescentes e adultos. Depois, vivenciamos no País um período muito longo em que a referência era à educação de adultos. Da década de 80 para cá, voltamos a incorporar a expressão "jovens", pela presença muito forte destes na demanda dessa modalidade de ensino.

O Marco Antônio, do Telecurso, pediu para que eu fizesse um comentário entre a questão do tempo cronológico e o tempo escolar. Essa distinção que você me pede para clarear um pouco mais, no fundo, remete ao que acabei de esclarecer: é importante a conjugação dessa idade com a experiência escolar, é importante não passar por cima dela como se todos estivessem em iguais condições e não existisse distinção interna em cada idade.

Estou sendo muito sintética. Gostaria até de dizer a quem tiver interesse que existe, na Faculdade de Educação, um núcleo de educação de jovens e adultos que tem a intenção de articular experiências e manter contato com experiências fora da universidade também.



Dizer também que temos habilitação, no curso de Pedagogia, de um curso de jovens e adultos, em que, sempre quando há vaga, há probabilidade da matrícula em disciplina isolada, ou seja, é uma forma de mostrarmos que existem canais para continuarmos este diálogo, que tem de ser mais sintético.

A Auxiliadora, com muito carinho, estabelece mais esse contato. Você tem sempre a atitude de buscar espaço para os outros. Sua pergunta me possibilita resgatar a questão aqui, quando pergunta que recomendações eu apresentaria.

Nas considerações finais, havia relacionado quatro pontos. Um é exatamente que pensar no tempo escolar implica pensar nas pessoas que vivenciam esse tempo, não perder a dimensão de pensar nas pessoas.

O segundo é que buscar a vivência das pessoas pressupõe uma disponibilidade interna. Não adianta seminários, fóruns ou leituras. Em relação às leituras, estou com medo de esquecer, deixarei aqui a relação de algumas indicações bibliográficas - acho que é mania de professor - em torno da questão da vida adulta e da juventude. Pontuei seis referências. Uma é de uma coletânea, fruto de um seminário entre a UFMG e a Secretaria Municipal da Educação, em 1996, que culminou na publicação do livro "Múltiplos Olhares sobre a Educação e a Cultura". Foi editado pela editora da UFMG. Na coletânea, há sete artigos sobre o tema "juventude e escola". Outra referência é um número especial da "Revista Brasileira de Educação da AMPED". É um número especial editado em 1997, com o título "Juventude e Contemporaneidade". É uma coletânea com 17 artigos. Só para vocês verem que vale a pena. Como é revista de uma associação - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - AMPED -, coloquei o endereço para solicitar um número da revista. Coloquei o endereço da secretaria da revista, que, por sinal, é localizada na Ação Educativa, instituição onde Maria Clara, que esteve aqui ontem, trabalha. Coloquei "e-mail" e tudo. Outra referência é um número temático da "Revista da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil", um número temático "Educação de Jovens e Adultos e Trabalho". Também coloquei o endereço para acesso a essa revista.

Há mais três artigos publicados, de mais fácil localização: dois são em periódicos, e o outro é uma referência a um trabalho apresentado na última reunião da AMPED, em Caxambu, em 1999. A possibilidade de acesso a esse texto é fácil, pois se encontra em CD-ROM a que vocês têm acesso na biblioteca da Faculdade de Educação.

O terceiro item seria chamar atenção para a questão à qual até me referi quando se comentou a ação do profissional, do docente. A compreensão em relação ao aluno pressupõe abertura, aproximação, que, por sua vez, exigem tempo do profissional. Não há que se pensar só no tempo do aluno. Finalmente, o tempo escolar, não apenas para trabalhar um conteúdo, não apenas para pensar nas aulas, mas também para trabalhar as relações.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece especialmente à UFMG o empréstimo dos painéis expostos no "hall" das bandeiras.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 15h30min, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 86ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 9/6/2000

#### Presidência do Deputado Edson Rezende

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Suspensão e reabertura da reunião - Apresentação de relatórios - Apresentação de pedidos de destaques e novas propostas - Aprovação do documento final - Eleição da comissão de representação - Entrega do documento final - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Edson Rezende - Geraldo Rezende - Rogério Correia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Às 15h30min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Agostinho Patrús, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Dalva Cifuentes Gonçalves, do Conselho Estadual de Educação; Ayrde da Luz Siqueira Alves de Assis, do Centro Arquidiocesano de Educação Popular; Enelice Gomes Miconi, da FAE-UEMG; e Jaciara Ubirajara Cardoso, da Federação da Associação de Pais e Alunos das Escolas Públicas de Minas Gerais, coordenadoras dos Grupos de Trabalho nºs 1 a 4, respectivamente.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao encerramento do Fórum Técnico "Educação de Jovens e Adultos", com a plenária final.

#### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para que os participantes possam fazer a leitura da propostas de documento final. Reaberta a reunião, será feita a apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho e, em seguida, passaremos à apresentação dos pedidos de destaque. A Presidência vai anunciar o número de cada proposta, e a Mesa receberá os pedidos de destaque, os quais deverão ser feitos oralmente, pelos microfones do Plenário, e formalizados em seguida, por escrito, com a indicação do número da proposta e com a identificação da entidade que o subscreve.

Os destaques podem ser feitos para adicionar, suprimir ou modificar. A fim de agilizar os trabalhos, a coordenação solicita aos participantes que as alterações propostas sejam substanciais, evitando-se mudanças pouco significativas.

Concluída a apresentação oral de pedidos de destaque, poderão ser apresentadas oralmente novas propostas, desde que sejam a seguir formalizadas e inscritas por, no mínimo, 25%

dos votantes presentes.

Aprovado o relatório, salvo destaques, será concedida a palavra, por até 2 minutos, aos representantes indicados pelas entidades para o encaminhamento da votação dos destaques e de novas propostas, alternando-se um favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência.

Propostas novas e propostas contraditórias serão automaticamente destacadas.

Pedi para distribuir aos senhores um informativo do meu gabinete sobre projetos de lei que apresentamos a esta Casa e que estão em tramitação. Esses projetos são resultado do seminário de educação realizado o ano passado e estão sucintamente colocados. As pessoas que quiserem ter acesso a eles podem fazê-lo por meio do nosso e-mail, no verso dessa folha, e dar a sua contribuição. Eles já estão em tramitação. Alguns estão na Comissão de Constituição e Justiça, ou seja, iniciando sua tramitação, e vão passar por, no mínimo, duas comissões até irem ao Plenário para serem votados em 1º turno. Isso leva um tempo. Sendo assim, vocês poderão avaliá-los, se for o caso, discuti-los em grupo e enviar, por e-mail ou pelo fax, idéias e críticas.

Na Proposta de Emenda à Constituição nº 19/99, houve um erro que gostaria de corrigir oficialmente. Inicialmente pensamos que o Conselho Estadual de Educação deveria estar vinculado à Secretaria de Estado da Educação. Depois de discussões com a UNDIME e com o Conselho Estadual de Educação, retiramos essa vinculação e tornamos o Conselho autônomo como já era.

Mas o ponto principal desse projeto é a questão da paridade. No Conselho Estadual, atualmente, não existe indicação da sociedade civil, enquanto autônoma para fazer essa indicação. A nossa proposta de emenda à Constituição define que os membros do Conselho Estadual da Educação serão indicados, paritariamente, metade pelo Governo e metade pela sociedade civil organizada. Esse é o ponto principal.

Na verdade, o jornalista fez a cópia do projeto original, mas já fizemos um substitutivo que retira essa questão da vinculação e mantém o Conselho Estadual de Educação autônomo, como deve ser.

Vocês têm em mãos o resultado da discussão do Grupo 4.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos, para que as pessoas façam pelo menos uma leitura sucinta, a fim de que possamos começar a discussão dos grupos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos nossos trabalhos. A Presidência lembra aos participantes que, antes do encerramento desta reunião, será eleita a comissão de representação que acompanhará os desdobramentos deste fórum técnico. A plenária poderá referendar a comissão eleita para a organização deste fórum ou apresentar nova proposta para sua composição. A atual composição está no art. 11 do Regulamento do Fórum Técnico. Caso alguma entidade tenha interesse em apresentar nova proposta para a composição da comissão representativa, solicitamos que os pedidos sejam encaminhados à Mesa por escrito, em até 1 hora a contar deste instante.

#### Apresentação de Relatórios

O Sr. Presidente - Farão uso da palavra, neste momento, os coordenadores dos GTs, para a apresentação do relatório das atividades de seus grupos. Cada um disporá de até 5 minutos para sua intervenção. Com a palavra, a Profa. Dalva Cifuentes Gonçalves, coordenadora do GT1.

A Sra. Dalva Cifuentes Gonçalves - Sr. Presidente, senhores e senhoras, colegas, tenho uma síntese da proposta do GT1, cuja leitura farei. (- Lê:)

"Por ser tarefa complexa, conforme se afirma nas Considerações Iniciais do Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos (MEC, 2000), essa educação 'exigirá a articulação de esforços, tanto governamentais como não governamentais, para grupos mais vulneráveis, como aqueles localizados nas áreas rurais e nas periferias urbanas' (...) 'A superação desse desafio dependerá da capacidade de articulação dos três níveis de Governo, da ampliação de parcerias com a sociedade organizada, com o sistema produtivo e da mobilização de diferentes segmentos sociais'. (p. 43)

A sociedade contemporânea, em fase de acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, demanda cidadãos com uma eficaz formação, que lhes permita interagir consciente e eficientemente. Caso contrário, conviveremos com o risco constante de certos contingentes populacionais tornarem-se objeto das forças de interesse político e econômico, graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação e de informação.

O desafio atual da educação de jovens e adultos é sobretudo obter condições que assegurem aos cidadãos o nível de escolaridade básica – ensino fundamental e ensino médio -, promovendo a sua inclusão social e a sua inserção no mercado de trabalho".

Nessa perspectiva, apresentamos algumas propostas, que correspondem a estratégias ou medidas plausíveis. Essas propostas, que foram discutidas, serão levadas, agora, ao conhecimento deste Plenário. Foram organizadas numa seqüência que abrange cinco categorias. Uma delas é a do professor, do magistério. A outra, os próprios educandos, ou seja, as oportunidades que lhes seriam oferecidas. A terceira é o atendimento a esses educandos nas redes oficiais. A quarta categoria é o atendimento por outros setores da sociedade, e a quinta categoria é o financiamento. Os primeiros quatro itens referem-se à categoria magistério ou professor. (- Lê:)

"1 - Promover, com participação da categoria, a imediata formulação e implantação dos planos de carreira do magistério público estadual e municipal;

2 - estruturar as instituições de ensino superior como pólos articuladores da educação continuada, envolvendo órgãos públicos e setores privados, mediante programas voltados para atendimento permanente a jovens e adultos, buscando a qualidade da sua formação;

3 - oferecer programas de formação continuada aos educadores de jovens e adultos, com a participação dos órgãos públicos e instituições de ensino superior;

4 - criar, ampliar e incentivar a formação específica do educador de jovens e adultos em nível superior;

5 - ampliar, aperfeiçoar e proporcionar à população de jovens e adultos recursos que se fizerem necessários para a educação presencial, semipresencial e à distância;

6 - possibilitar atendimento educacional aos analfabetos funcionais, por meio de procedimentos formais e não formais, sob coordenação dos órgãos oficiais, com o apoio dos setores organizados da sociedade civil;

7 - integrar à EJA atendimento médico e psicológico, nos casos em que houver demanda, visando garantir melhor desempenho dos alunos;

8 - incluir a clientela portadora de necessidades especiais nos programas de atendimento previstos na EJA".

A outra categoria seriam todas as medidas propostas para as redes oficiais municipais e a estadual.

"9 - Ampliar, nas redes públicas estadual e municipais, o atendimento à EJA no ensino fundamental e médio;

10 - acompanhar e supervisionar, por meio dos órgãos estadual e municipais de educação, o nível de qualidade dos cursos e programas das redes e de outras instituições que se dedicam à EJA;

11 - inserir, nas propostas pedagógicas das escolas estaduais e municipais, projetos específicos de atendimento à EJA;

12 - revitalizar a infra-estrutura dos CESUs e criar condições para novas unidades, para oferta completa do ensino fundamental e médio;

13 - assegurar apoio técnico e financeiro para produção e distribuição de material didático adequado à clientela de EJA rural e urbana;

14 - criar, nos órgãos estadual e municipais de educação, setores que se responsabilizem pela coordenação, implantação e implementação de ações referentes à EJA;

15 - substituir por 'Educação de Jovens e Adultos' o termo 'Ensino Supletivo', que atualmente designa cursos, programas ou centros (CESU), considerando a terminologia da nova LDB".

Os números 16 a 18 referem-se a setores da sociedade civil.

"16 - Favorecer, na medida do possível, nas redes estadual e municipais, espaço para atuação de ONGs e outras instituições organizadas da sociedade civil, dentro dos mesmos objetivos educacionais;

17 - estabelecer parcerias e colaboração entre Estado e municípios para a oferta de ensino fundamental, a partir do primeiro segmento (quatro primeiros anos);

18 - promover a alfabetização por meio de cooperação técnica, financeira e de trabalho entre Estado, municípios, universidades e ONGs.

19 - incluir a EJA no FUNDEF, com base na reformulação dos dispositivos da Constituição Federal e da Lei nº 9.424, de 1996".

Uma sugestão é que o item 17, na ordem, fique logo após o 15, substituindo-se, em seguida, a numeração.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dalva. É importante ressaltar que devem ir marcando os pontos que acreditam ser relevantes para o momento de discussão, a partir da leitura dos trabalhos dos quatro grupos.

A Sra. Dalva Cifuentes Gonçalves - Há um aspecto que foi discutido, porém, por um lapso de comunicação, não foi incluído, que é a indicação bibliográfica de uma lei relativa às ONGs. Devo ler isso agora ou fica para leitura final da bibliografia, porque vai ser incluído na bibliografia geral?

O Sr. Presidente - Entra no documento final. Com a palavra, a Sra. Ayrde, Coordenadora do GT2.

A Sra. Ayrde da Luz Siqueira Alves de Assis - Sr. Presidente da Mesa, prezados colegas. (- Lê:)

"Formação do Docente para a Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva do Cientista Educacional

Introdução

A preparação do docente para a EJA deve ocorrer na formação inicial, na formação continuada e em serviço.

A formação inicial deve oferecer a habilitação para a EJA nos cursos de magistério, licenciatura, etc.

A formação continuada e experiencial deve dar especial atenção aos processos de organização coletiva do trabalho na escola, de forma a proporcionar a troca de experiências no interior das escolas e entre escolas, garantindo-se ao profissional o tempo para cursos, seminários, etc.

O educador da EJA deve ser: um leitor proficiente, a fim de que possa formar leitores; conhecedor das teorias sobre educação, especialmente as de Paulo Freire; pesquisador de sua realidade regional; capaz de elaborar seu material pedagógico; capaz de interagir com seus alunos e de favorecer a interação entre eles; capaz de resgatar a auto-estima do aluno; capaz de formar o senso crítico, visando ao desenvolvimento político-social do aluno.

Propostas:

Estabelecer bases teóricas e filosóficas para uma andragogia fundamentada nos pressupostos epistemológicos subjacentes ao processo de Formação de Jovens e Adultos: base histórica, social e política da EJA; a psicogênese na educação básica; metodologia do trabalho com jovens e adultos; metodologia de planejamento e pesquisa; avaliação diagnóstica, formativa e sistêmica.

Elaborar currículo que contemple: o mundo do trabalho; a pedagogia de Paulo Freire; arte-educação, cultura popular, música, teatro e outras áreas ligadas à criatividade; discussão dos resultados de pesquisas da ciência da linguagem, especialmente leitura, alfabetização e letramento.

Articular a formação do docente, para desenvolver competências e habilidades, por meio de metodologia de trabalho interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, tendo a dialógica como elemento interativo do processo pedagógico.

Pautar a formação inicial e continuada do docente para a Educação de Jovens e Adultos nas diretrizes curriculares nacionais de formação de professores, de forma a contemplar a aquisição das competências científica, técnica e política, numa ação integrada, visando atender às especificidades do educando, para que construa meios de progredir no trabalho, em estudos posteriores e no exercício da cidadania. Garantir condições estruturais e de tempo para a formação continuada, que deve ocorrer de forma séria, dinâmica, organizada, com vistas a sensibilizar e valorizar o profissional da EJA. Garantir capacitação permanente do profissional da EJA, por meio de palestras, debates, fóruns, relatos de experiências e cursos a distância voltados especificamente para essa modalidade de ensino. Lutar para que o Estado considere a formação continuada como prioridade.

Envolver as universidades no processo de formação do profissional da EJA, levando em conta as diferenças regionais, para um atendimento igualitário.

Envolver as universidades federais e estaduais no programa de formação continuada do docente.

Criar uma licenciatura específica que reúna todas as disciplinas necessárias à formação do profissional da EJA.

Definir uma andragogia para a formação do educador.

Preparar o educador, no seu processo de formação, para elaborar propostas político-pedagógicas contextualizadas.

Estabelecer como exigência para atuar na EJA a formação mínima em magistério.

Trabalhar os conteúdos vivenciados pelos alunos.

O Sr. Presidente - Passaremos a palavra à coordenadora do GT3, Enelice Gomes Miconi.

A Sra. Enelice Gomes Miconi - Sr. Presidente da Mesa, Deputado Edson Rezende e demais companheiros. (- Lê:)

"O grupo discutiu "Currículo na Educação de Jovens e Adultos: Escolhas, Ênfases, Omissões", após uma bem fundamentada análise da situação de jovens e adultos com defasagem escolar. Minas Gerais tem um contingente considerável de jovens e adultos que devem fazer uso de seu direito a uma vaga escolar na EJA, como modalidade de ensino e também como direito subjetivo (o direito de requerer do Ministério Público sua vaga escolar).

Considerando-se os documentos do Conselho Nacional de Educação - CNE -, em versão preliminar, assim como a Resolução nº 386/91, do Conselho Estadual da Educação - CEE-MG -, incorporando-se a experiência dos participantes do GT3, foram estabelecidos alguns princípios para subsidiar a discussão durante o fórum da EJA, promovido pela Assembléia Legislativa. A leitura dos princípios, as falas dos expositores convidados e os debates em Plenário serão insumos para se elaborar um documento propositivo para o currículo da educação de jovens e adultos em Minas Gerais.

Levando-se a efeito uma discussão séria e democrática, foram levantados os seguintes princípios:

Elaborar o currículo da EJA com participação do coletivo da escola, dentro do Plano Político Pedagógico, considerando-se o "para quem" e o "para quê", através de um processo bilateral de construção entre educandos e educadores.

Proporcionar, pelo currículo, a formação das dimensões cognitiva, afetiva, ética, cultural, estética e política, partindo das habilidades e competências dos educandos.

Rejeitar o currículo que não tenha o objetivo claro de discutir as dificuldades dos jovens e adultos, evitando-se, assim, a construção de um currículo apenas com disciplinas exigidas por lei, que promovam o estudo de temas distantes da vivência dos alunos.

Valorizar, no currículo da EJA, o conhecimento do dia-a-dia, como função de humanização, respeitando-se os conhecimentos, a experiência de trabalho e de vida que o aluno traz para a escola, vinculando-se o elenco das disciplinas estudadas à vida do aluno em suas diferentes faces.

Procurar penetrar no emocional, nos problemas internos de cada aluno, para que, assim, ele possa interagir com o seu semelhante e dele se aproximar. O currículo da EJA deve ter o objetivo claro de exercitar a solidariedade.

Organizar o currículo de modo a assegurar a atenção do aluno e o seu desejo de permanecer na sala de aula, mesmo cansado do trabalho cotidiano, porque já se chegou à conclusão de que a EJA não é educação noturna.

Direcionar o currículo da EJA para a compreensão do saber como forma de emancipação.

O planejamento do currículo da EJA será real se levar em conta as crenças e os valores implícitos nas relações sociais, nas rotinas da escola e mesmo da sala de aula, propiciando ao aluno amplo conhecimento, tornando-o crítico, criativo e participativo.

"Não se pode, de maneira alguma, esquecer de trabalhar o currículo da EJA, de modo a possibilitar ao educando a superação da exclusão social e de toda forma de preconceito, promovendo-se a articulação da escola com os diversos segmentos da sociedade, com ideais de ética e justiça na promoção do bem comum - Proposta nº 364 do Seminário Legislativo: Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais - outubro de 1999.

Na perspectiva da autonomia escolar, preconizada pela LDBEN nº 9.394/96, a escola deve construir e definir o seu currículo, privilegiando a flexibilização dos currículos, para atendimento dos diferentes anseios e expectativas.

Devido às experiências trazidas pelos alunos da EJA, o currículo escolar não poderá tomar a forma tradicional de disciplina isolada, sem o sentido de estar qualificando o aluno para a compreensibilidade de sua cidadania plena, inclusive sua inserção consciente no mundo do trabalho.

Para se levar a efeito a administração do currículo da EJA, deve-se conceituar e planejar a interdisciplinaridade, que não é imbricamento de disciplinas, e sim contribuição de cada disciplina, sem perder a sua identidade, ou seja, é fazer uso do conteúdo das disciplinas estudadas para encaminhar os estudos de um determinado conhecimento, pois este, para corresponder aos anseios da EJA, deverá ser oriundo dos próprios alunos e poderá ser inserido pelos temas transversais (uma proposta que foi tema de um dos grupos de trabalho do seminário de outubro p.p., já citado neste documento). As disciplinas de ordem oficial constantes no elenco da LDBEN 9.394/96 e demais diretrizes do Estado e do município devem ser articuladas entre si pela interdisciplinaridade e pelos temas transversais.

Passaremos, agora, às últimas propostas. Então, para implantar - que é uma questão discutida como prioritária e anterior ao desenvolvimento do currículo, porque sem ela seria impossível estar desenvolvendo currículo na sala de aula, seriam necessárias condições básicas de trabalho. Para tanto, propomos que as condições seguintes encabeçam o documento na sua totalidade. E que já foi falado pelos outros grupos. Pagar o piso salarial de acordo com o custo-aluno. Implantar um plano de carreira. Criar política de formação continuada dos educadores da EJA. Garantir condições materiais e quadro de pessoal adequados à EJA. Definir o número máximo de alunos nas salas de EJA.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Enelice. Passamos a palavra à Coordenadora do GT4, Sra. Jaciara Ubirajara Cardoso .

A Sra. Jaciara Ubirajara Cardoso - Prezado Presidente da Mesa, colegas coordenadores e participantes, o grupo debateu, discutiu e apreciou a organização do tempo escolar na educação de jovens e adultos. A introdução foi interessante, foi votada nova introdução para esse grupo. (- Lê:)

"A organização dos tempos da educação de jovens e adultos deverá considerar a participação e a intervenção do docente que, na perspectiva do cientista educacional, desenvolve o processo do letramento conforme a LDBN e os documentos internacionais ratificados pelo Brasil: a Declaração de Hamburgo, o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI e a Declaração para Todos e Ação para Responder às Necessidades Educativas Fundamentais - 1990. Considerou-se nas reflexões que: não é recuperar o tempo perdido; não é se fixar em idade cronológica; não é só ensino noturno; não é extensão da educação básica vigente; não é desprezar o conhecimento do alunado; não é para o prosseguimento da exclusão; não é para se trabalhar somente a formação individual; não é ignorar a psicologia cognitiva e social; não é desconhecer a identidade dos jovens e adultos; não é um trabalho escolar sem a ação do coletivo, no plano político-pedagógico da escola.

O compromisso do Plano da Educação de Jovens e Adultos é com a sociedade inteira no segmento cultural, familiar, político e nos demais segmentos que justificam a proposta de se chamar "Tempo-Vida" o tempo capaz de orientar todas as ações do plano da EJA, inclusive o seu tempo cronológico, que deve ser flexível, autorizando cada escola a construir os seus tempos, atendendo ao ser humano e à lei.

Sempre na demanda da EJA, em todas as ações, deve estar claro um respeito à sociedade, no presente, no passado e no futuro.

Considerar como sujeito o aluno da EJA, respeitando seu direito de estudar, é contribuir para a construção de seu "Tempo-Vida", dentro da escola. Respeitar as instituições dedicadas à EJA. Respeitar o trabalho coletivo na EJA. Respeitar a cidadania do alunado, analisando-se as causas de sua inserção na EJA."

Temos as propostas, que não precisam ser lidas porque já estão aí.

Na Proposta nº 52: "Fazer a avaliação ao longo do processo, sendo ela contínua, qualitativa e progressiva", fiz a seguinte alteração: "Fazer a avaliação contínua, qualitativa e progressiva, ao longo do processo".

A Sra. Márcia Antônia Chiaradia Braga - Pela ordem, Presidente. O documento deve ser lido na íntegra. Não se deve acrescentar nada, a não ser que o Plenário tenha votado.

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Exatamente. Faremos modificação, Jaciara, após a leitura.

A Sra. Jaciara Ubirajara Cardoso - Está bem. Vou passar à leitura das propostas do GT4. (- Lê:)

"47 - Oferecer os cursos para jovens e adultos nos três turnos, em dia e hora flexíveis, disponibilizando espaço para esse fim.

48 - Fundamentar a organização do tempo escolar para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no princípio da flexibilidade, vinculada às características da clientela para a educação básica.

49 - Considerar, na estrutura de funcionamento dos cursos para jovens e adultos, as ações educacionais com base em atendimento presencial, semi-presencial e atendimento a distância.

50 - Garantir, na organização de tempo escolar de jovens e adultos, tempo para o planejamento docente e para a formação contínua do profissional, bem como para leitura, estudos, pesquisa.

51 - Assegurar, em lei, a capacitação contínua e permanente do professor da EJA.

52 - Fazer a avaliação ao longo do processo, sendo ela contínua, qualitativa e progressiva.

53 - Criar condições reais e concretas para garantir o acesso e a permanência dos jovens e adultos na escola.

54 - Criar condições adequadas para a oferta dos cursos de Educação do Jovem e do Adulto.

55 - Conceder autonomia às instituições da EJA para organizarem o tempo escolar do aluno, respeitando o seu tempo.

56 - Aceitar matrículas em qualquer época do ano.

57 - Garantir a qualidade de ensino no tempo escolar.

58 - Adotar um sistema de avaliação flexível.

59 - Incluir a EJA no Programa do Livro Didático."

Essas foram as propostas do GT4 referentes ao tempo escolar.

#### Apresentação de Pedidos de Destaque e de Novas Propostas

O Sr. Presidente - Obrigado, Jaciara. Vamos passar à apresentação oral de pedidos de destaque. Em seguida, poderão ser apresentadas novas propostas, que devem ser subscritas por, no mínimo, 25% dos votantes. A fim de verificar o "quorum", a Coordenadoria solicita aos votantes presentes que levem os cartões de votação, para que possamos fazer a contagem. (- Pausa.)

O Sr. Presidente - O total de votantes é 89. O "quorum" mínimo é de 22 assinaturas para quem quiser apresentar nova proposta. A Presidência esclarece que as novas propostas devem ser formalizadas por escrito até o início da votação. Quem quiser fazer novas propostas pegue o formulário próprio na mesa ao lado da tribuna, à minha direita. Passaremos às propostas do GT1. Identificaremos as propostas. Se alguém desejar fazer uma ressalva sobre as propostas, identifique-se, faça-a por escrito e entregue-a à Mesa, para que façamos a leitura da modificação para a votação posterior. A modificação ocorrerá no final da indicação de todas as propostas. A Presidência anunciará o número de cada proposta, e a Mesa receberá os pedidos de destaque, que deverão ser feitos oralmente, por meio dos microfones do Plenário. Após serem feitos os destaques oralmente, serão, em seguida formalizados por escrito, com a indicação do número da proposta e com a identificação da entidade que o subscreve.

- Procede-se aos pedidos de destaque e à apresentação de novas propostas.

#### Aprovação do Documento Final

- A seguir, é submetido a discussão e votação, sendo aprovado, o seguinte relatório final:

## Grupo de Trabalho I

### Políticas de Educação de Jovens e Adultos

Por ser uma tarefa complexa, conforme se afirma nas Considerações Iniciais do Diagnóstico da EJA (MEC, 2000), a educação de jovens e adultos "exigirá a articulação de esforços, tanto governamentais como não governamentais, para grupos mais vulneráveis, como aqueles localizados nas áreas rurais e nas periferias urbanas ( ... ) A superação deste desafio dependerá da capacidade de articulação dos três níveis de governo, da ampliação de parcerias com a sociedade organizada, e com o sistema produtivo e da mobilização de diferentes segmentos sociais" (p. 43).

- 1 - Consideramos como estratégias básicas plausíveis, aprovadas durante o Fórum Técnico sobre Educação de Jovens e Adultos, os itens seguintes: - promover, com a participação da categoria, a imediata formulação e implantação dos planos de carreira do magistério público estadual e dos magistérios municipais e garantir as seguintes condições: - pagamento do piso salarial de acordo com o custo-aluno; - implantação de um plano de carreira; - criação de uma política de formação continuada e em serviço para os profissionais da Educação de Jovens e Adultos - EJA -, com a participação dos órgãos públicos e das instituições de ensino superior; - garantia de condições materiais e quadro de pessoal adequados à EJA; - definição do número máximo de alunos nas salas de EJA.
- 2 - Estruturar as instituições de ensino superior como pólos articuladores da educação continuada, envolvendo órgãos públicos e setores privados, mediante programas voltados para o atendimento permanente a jovens e adultos, buscando a qualidade da sua formação.
- 3 - Criar, ampliar e incentivar a formação específica do educador de jovens e adultos em nível superior.
- 4 - Ampliar, aperfeiçoar e proporcionar à população de jovens e adultos os recursos que se fizerem necessários para as seguintes modalidades de educação presencial, semipresencial e a distância.
- 5 - Possibilitar atendimento educacional aos analfabetos funcionais, por meio de procedimentos formais e não formais, sob coordenação dos órgãos oficiais, com o apoio dos setores organizados da sociedade civil.
- 6 - Integrar à Educação de Jovens e Adultos atendimento médico e psicológico, nos casos em que houver demanda, visando a garantir melhor desempenho dos alunos.
- 7 - Incluir o público portador de necessidades especiais nos programas de atendimento previstos na Educação de Jovens e Adultos.
- 8 - Ampliar, nas redes públicas estadual e municipais, o atendimento à Educação de Jovens e Adultos nos ensinos fundamental e médio.
- 9 - Acompanhar e supervisionar, por meio dos órgãos estadual e municipais de educação, o nível de qualidade dos cursos e dos programas das redes e de outras instituições que se dedicam à EJA.
- 10 - Inserir, nas propostas pedagógicas das escolas estaduais e municipais, projetos específicos de atendimento à EJA.
- 11 - Revitalizar a infra-estrutura dos CESUs e criar condições para o surgimento de outras unidades, para oferta completa dos ensinos fundamental e médio.
- 12 - Assegurar apoios técnico e financeiro para a produção e a distribuição de material didático adequado ao público da EJA nas áreas rural e urbana.
- 13 - Criar, nos órgãos estadual e municipais de educação, setores que se responsabilizem pela coordenação, pela implantação e pela implementação de ações referentes à EJA.
- 14 - Substituir pela expressão "Educação de Jovens e Adultos" a expressão "Ensino Supletivo", que atualmente designa cursos, programas ou centros (CESUs), considerando a terminologia da nova legislação educacional e os documentos internacionais ratificados.
- 15 - Favorecer, na medida do possível, nas redes estadual e municipais, a criação de espaço para atuação de ONGs e outras instituições organizadas da sociedade civil com os mesmos objetivos educacionais.
- 16 - Estabelecer parcerias e colaboração entre o Estado e os municípios para a oferta de ensino fundamental, a partir do primeiro segmento (quatro primeiros anos).
- 17 - Promover a alfabetização através de cooperações técnica, financeira e de trabalho entre o Estado, os municípios, as universidades e as organizações não governamentais.
- 18 - Incluir a EJA no FUNDEF, com base na reformulação dos dispositivos da Constituição Federal e da Lei nº 9.424, de 1996.

## Grupo de Trabalho II

### Formação do Docente para a Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva do Cientista Educacional

#### Introdução

A preparação do docente para a Educação de Jovens e Adultos deve ocorrer na formação inicial, na formação continuada e em serviço.

A formação inicial deve oferecer a habilitação para a EJA nos cursos de magistério, licenciatura, etc.

A formação continuada e experiencial deve dar especial atenção aos processos de organização coletiva do trabalho na escola, de forma a proporcionar a troca de experiências no interior das escolas e entre escolas, garantindo-se ao profissional o tempo para cursos, seminários, etc.

O educador da EJA deve ser um profissional compromissado com a educação e a sociedade; um leitor proficiente a fim de que possa formar leitores; conhecedor das teorias sobre Educação; pesquisador de sua realidade regional; elaborar seu material pedagógico; interagir com seus alunos e favorecer a interação entre eles; resgatar a auto-estima do aluno; procurar formar o senso crítico, visando ao desenvolvimento político-social do aluno.

#### Propostas

- 19 - Assegurar, em lei, a capacitação contínua e permanente do professor da EJA.

- 20 - Criar condições reais e concretas para garantir o acesso e a permanência dos jovens e adultos na escola.
- 21 - Criar condições adequadas para a oferta dos cursos de Educação do Jovem e Adulto.
- 22 - Estabelecer bases teóricas e filosóficas para uma andragogia fundamentada nos pressupostos epistemológicos subjacentes ao processo de formação de jovens e adultos: base histórica, social e política da EJA; a psicogênese da leitura e da escrita na EJA; metodologia do trabalho com jovens e adultos; metodologia de planejamento e pesquisa; avaliação diagnóstica, formativa e sistêmica.
- 23 - Elaborar currículo que contemple o mundo do trabalho; arte-educação, cultura popular, música, teatro e outras áreas ligadas à criatividade; discussão dos resultados de pesquisas da ciência da linguagem, especialmente leitura, alfabetização e letramento.
- 24 - Articular a formação do docente, para desenvolver competências e habilidades, por meio de uma metodologia de trabalho interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, tendo a dialógica como elemento interativo do processo pedagógico.
- 25 - Pautar a formação inicial e continuada do docente para a Educação de Jovens e Adultos nas diretrizes curriculares nacionais de formação de professores, de forma a contemplar a aquisição das competências científica, técnica e política, numa ação integrada, visando atender às especificidades desse educando, para que ele construa meios de progredir no trabalho, em estudos posteriores e no exercício da cidadania.
- 26 - Garantir condições estruturais e de tempo para a formação continuada, que deve ocorrer de forma séria, dinâmica, organizada, com vistas a sensibilizar e valorizar o profissional da EJA.
- 27 - Garantir capacitação permanente do profissional da EJA, por meio de palestras, debates, fóruns, relatos de experiências e cursos a distância voltados especificamente para essa modalidade de ensino.
- 28 - Fazer com que o Estado dê prioridade à formação continuada.
- 29 - Envolver as universidades no processo de formação do profissional da EJA, levando-se em conta as diferenças regionais, para um atendimento igualitário.
- 30 - Envolver as universidades federais e estaduais no programa de formação continuada do docente.
- 31 - Criar uma licenciatura específica que reúna todas as disciplinas necessárias à formação do profissional da EJA.
- 32 - Definir uma andragogia para a formação do educador.
- 33 - Preparar o educador, no seu processo de formação, para elaborar propostas político-pedagógicas contextualizadas.
- 34 - Estabelecer, como exigência para atuar na EJA, a formação mínima em magistério.
- 35 - Trabalhar os conteúdos vivenciados pelos alunos.

### Grupo de Trabalho III

#### Currículo na Educação de Jovens e Adultos: Escolhas, Ênfases, Omissões

A elaboração do currículo destinado aos alunos da EJA exige alguns parâmetros e diretrizes consubstanciados nas seguintes propostas:

- 36 - Elaborar o currículo da EJA com participação do coletivo da escola, dentro do Plano Político Pedagógico, considerando-se o "para quem" e o "para quê", por meio de um processo bilateral de construção entre educandos e educadores.
- 37 - Proporcionar, pelo currículo, a formação das dimensões cognitiva, afetiva, ética, cultural, estética e política, partindo das habilidades e competências do educando, para que assim possa interagir com o seu semelhante e dele se aproximar.
- 38 - Valorizar, no currículo da EJA, o conhecimento do dia-a-dia, como função de humanização, respeitando-se os conhecimentos, a experiência de trabalho e de vida que o aluno traz para a escola, vinculando-se o elenco das disciplinas estudadas à vida do aluno em suas diferentes faces.
- 39 - Organizar o currículo de modo a assegurar a atenção do aluno e o seu desejo de permanecer no espaço educativo, mesmo cansado do trabalho cotidiano.
- 40 - Direcionar o currículo da EJA para a compreensão do saber como forma de emancipação.
- 41 - Organizar um currículo para a EJA, o qual vise à interdisciplinaridade e englobe os temas transversais.
- 42 - O currículo não pode deixar de ser trabalhado pelo coletivo da escola e deverá inserir-se no Plano Político Pedagógico de cada instituição de ensino responsável pela EJA.
- 43 - Para se implantar uma política de EJA é necessário dispor de condições básicas de trabalho. Para tanto, propomos que as condições seguintes encabechem o documento na sua totalidade.
- 44 - Garantir que as prefeituras e o Estado destinem verba específica para a EJA.

### Grupo IV

#### A Organização do Tempo Escolar na Educação de Jovens e Adultos

Introdução:

A organização dos tempos da Educação de Jovens e Adultos deverá considerar a participação e intervenção do docente que, na perspectiva do cientista educacional, desenvolve o processo do letramento, conforme a LDBN, e os documentos internacionais ratificados pelo Brasil: a Declaração de Hamburgo, o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI e a Declaração para Todos e Ação para Responder às Necessidade Educativas Fundamentais 1990.

Considerou-se, nas reflexões, que a EJA não é

- recuperação do tempo perdido; fixação em idade cronológica; só ensino noturno; extensão da educação básica vigente; desprezo pelo conhecimento do alunado; para a continuidade da exclusão; para se trabalhar somente a formação individual; ignorar a psicologia cognitiva e social; desconhecimento da identidade dos jovens e adultos; um trabalho escolar sem a ação do coletivo, no plano político-pedagógico da escola.

O compromisso do Plano da Educação de Jovens e Adultos é um compromisso com a sociedade inteira no segmento cultural, familiar, político e com os demais segmentos que justificam a proposta de se chamar "tempo-vida" o tempo capaz de orientar todas as ações do plano da EJA, inclusive o tempo cronológico, que deve ser flexível, autorizando cada escola a construir os seus tempos, atendendo ao ser humano e à lei.

Sempre na demanda da EJA, em todas as ações, deve estar claro um respeito à sociedade, no presente, no passado e direcionando-se ao futuro.

Considerar como sujeito o aluno da EJA, respeitando seu direito de estudar, é contribuir para a construção de seu tempo-vida dentro da escola.

Respeitar as instituições dedicadas à EJA; respeitar o trabalho coletivo na EJA; respeitar a cidadania do alunado, analisando-se as causas de sua inserção na EJA.

Propostas

45 - Oferecer os cursos para jovens e adultos nos três turnos, em dia e hora flexíveis, disponibilizando espaço para esse fim.

46 - Fundamentar a organização do tempo escolar para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no princípio da flexibilidade, vinculada às características do público para a educação básica.

47 - Considerar, na estrutura de funcionamento dos cursos para jovens e adultos, as ações educacionais com base em atendimento presencial, semipresencial e atendimento a distância.

48 - Garantir, na organização de tempo escolar de jovens e adultos, tempo para o planejamento docente e para a formação contínua do profissional, bem como para leitura, estudos, pesquisa.

49 - Adotar um processo de avaliação flexível, contínua e progressiva, tanto nos cursos presenciais quanto nos cursos não-presenciais.

50 - Conceder autonomia às instituições da EJA para organizarem o tempo escolar do aluno, respeitando o seu tempo.

51 - Aceitar matrículas em qualquer época do ano.

Garantir a qualidade de ensino dentro do tempo escolar.

Grupo I

Bibliografia

Educação de Jovens e Adultos

- Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. "Construindo a Política de Educação Pública de Minas Gerais - Síntese dos Relatórios das Comissões Técnicas Interinstitucionais". Belo Horizonte, 1999.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "O que É Método Paulo Freire". São Paulo: Brasiliense, 1981.

- BARBOSA, José Juvêncio. "Alfabetização e Leitura". São Paulo: Cortez, 1990.

- CORAZZA, Sandra Mara. "Tema Gerador: Concepções e Práticas". Ijuí, Unijui, 1992.

- DAYRELL, Joarez (org.) "Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura - Parte 3". Belo Horizonte: UFMG, 1999.

- FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. "Los adultos Non Alfabetizados y Sus Concepciones del Sistema de Escrita". Cuadernos de Investigaciones Educativas, 10. México, dezembro/1983, mimeo.

- FREIRE, Paulo. "Ação Cultural para a Liberdade". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

- (...) e Frei Betto. "Essa Escola Chamada Vida". São Paulo: Ática, 1985.

- (...) "Alfabetização e Cidadania". In: Revista Educação Municipal, nº 2. São Paulo: Cortez, 1988.

- (...) "A Importância do Ato de Ler". São Paulo: Cortez, 1982.

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - MEC. "Diagnóstico da Situação Educacional de Jovens e Adultos". Brasília: O Instituto, 2000.

Para solicitação: Fax : (61) 224-4167. "E-mail": editoria@inep.gov.br

- KLEIMAN, Ângela B. (org.). "Os Significados do Letramento: Uma Nova Perspectiva sobre a Prática Social da Escrita". Campinas: Mercado das Letras, 1995.



- MONTERRAT, Ventura. "A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho". São Paulo: Armed, s.d.
- "ONG: Identidade em Mutação". São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC, 1999. Série Educação e Participação do CENPEC.
- PEIXOTO, J.P. Filho. "A Educação Básica de Jovens e Adultos". Tese de Doutorado (mimeo) s.d.
- Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Escola Sagarana - "Educação para a Vida com Dignidade e Esperança". Belo Horizonte: Coleção Lições de Minas – volume 2, setembro de 1999.
- Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Relatório da Comissão da Educação de Jovens e Adultos: Histórico, Fundamentação Legal e Proposta de Ação (mimeo). 1999.
- SOARES, Magda. "Letramento – Um Tema em Três Gêneros". Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- TORRES, Carlos Alberto. "A Política da Educação Não-Formal na América Latina". São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- VYGOTSKY, L. S. "A Formação Social da Mente". São Paulo: Martins Fontes, 1984.

#### Legislação básica:

- Constituição Federal de 1988. Arts. 205; 206, I a III; 208, I; 214, I a V.
- Constituição Estadual de 1989. Art. 198, I e XII.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9394, de 20/12/96. Art. 1º; 3º, I, X e XI; 4º, I, VI e VII; 5º, I e II; 37, §§ 1º e 2º; 38, §§ 1º e 2º.
- Parecer CEB nº 11/2000.
- Resolução CEB nº .... (em fase de aprovação). Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Observação: Em relação a parcerias, sugere-se: a Lei Federal nº 9.790, de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sobre termo de parcerias e dá outras providências; e o Decreto Federal nº 3.100/99, que regulamenta essa lei. Constituem legislação básica para as ONGs.

#### Grupo III

##### Referências Bibliográficas

- Ministério da Educação – LDBN nº 9.394/96.
- SEE/MG - Escola Sagarana; Tempo Escolar - Edições de Minas - 1999.
- CEE/MG - Resolução nº 386/91.
- CNE - CEB Resolução nº 2/7-04-1998.
- CNE - CEB Resolução nº 3/26-06-1998.
- CNE - CEB Resolução nº 3/26-06-1998.
- CNE - CEB Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos - versão preliminar - março 2000.
- SMED - PBH - "O Tempo na Educação de Jovens e Adultos" - março - 1999.
- SMED - PBH - "A Construção Pedagógica do Tempo Escolar" - 1999.
- ARROYO, Miguel G. Tempos Plurais. SMED. 1994 (mimeografado).
- FORQUIM, Jean Claude. "Escola e Cultura - As Bases Sociais e Epistemológicas do Conhecimento Escolar". Porto Alegre. Artes Médicas. 1993.
- ALVES, Rubem. "Conversas com Quem Gosta de Ensinar". Cortez Editora. 9ª edição. SP. 1984.

#### Grupo IV

##### Referências Bibliográficas

- Ministério da Educação - LDBN nº 9.394/96.
- SEE/MG - Escola Sagarana; Tempo Escolar - Edições de Minas - 1999.
- CEE/MG - Parecer nº 396/91.

CNE - CEB Resolução nº 2/7-04-1998.

CNE - CEB Resolução nº 3/26-06-1998.

CNE - CEB Resolução nº 3/26-06-1998.

CNE - CEB - "Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos" - versão preliminar - março 2000.

SMED - PBH - "O Tempo na Educação de Jovens e Adultos" - março - 1999.

SMED - PBH - "A Construção Pedagógica do Tempo Escolar" - 1999.

ARROYO, Miguel G. "Tempos Plurais". SMED. 1994 (mimeografado).

FORQUIM, Jean Claude. "Escola e Cultura – As Bases Sociais e Epistemológicas do Conhecimento Escolar". Porto Alegre. Artes Médicas. 1993.

Comissão de Representação (aprovada na plenária final): Associação Maanain Pró-Gente; Associação Professores Públicos de MG - APPMG -; Centro Arquidiocesano de Educação Popular - Pastoral da Educação; Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais; Colegiado de Representantes do CESU; Grupo de Pesquisas em Direito Educacional; Programa Suplementar de Educação de Jovens e Adultos SEED Betim - PROSA; Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais - Diretoria de Normas e Planejamento Curricular; Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Ribeirão das Neves; Sindicato Único de Trabalhadores da Educação - SIND-UTE - MG; Sistema FIEMG de Educação - Coordenadoria do Programa SESI Educação do Trabalhador; União Nacional de Grêmios Estudantis - UNGRES -; Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG.

#### Eleição da Comissão de Representação

O Sr. Presidente - A coordenação informa que, de acordo com entendimentos entre as entidades participantes, a Comissão de Representação deste fórum técnico será composta pelas seguintes instituições: Associação Maanain Pró-Gente; Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais - APPMG -; Centro Arquidiocesano de Educação Popular - Pastoral da Educação -; Colegiado de Representantes do CESU; Conselho Estadual de Educação; Programa Suplementar de Educação de Jovens e Adultos - SEED - Betim - PROSA; Secretaria de Estado da Educação; Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Ribeirão das Neves; Sindicato Único de Trabalhadores da Educação - SIND-UTE-MG; Sistema FIEMG de Educação; União Nacional de Grêmios Estudantis - UNGRES; Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG.

Vejam bem, o CESU está contemplado. Sendo assim, podemos tirar a expressão "colegiado representante do CESU", substituindo-a por "representante do CESU". Assim, o CESU resolverá quem será indicado para essa Comissão de Representação. Faremos, então, uma modificação: ao invés de "colegiado representante do CESU", teremos "representante do CESU". Quem for a favor dessa modificação, levante o cartão. (- Pausa.) Aprovado. O CESU só terá um representante.

#### Entrega do Documento Final

A Sra. Dalva Cifuentes Gonçalves - Na verdade, aqui somos duas. Uma representando os órgãos oficiais, por esta Comissão, e a outra representando os setores da sociedade, por meio da ONG. Estou falando, em primeiro lugar, pelos órgãos oficiais, por convite, e não porque os órgãos oficiais estejam em primeiro lugar. Quero que isso fique bem claro.

Sr. Deputado Edson Rezende, digníssimo representante do Sr. Presidente da Assembléia e Coordenador Geral do Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos, estamos concluindo mais uma etapa de construção da educação pública em Minas Gerais, por feliz iniciativa desta Assembléia. Dada a importância do trabalho com jovens e adultos, que, de alguma forma, não tiveram acesso à educação básica no tempo regular, no seminário realizado em outubro de 1999 decidiu-se pela realização especial do Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos, que agora se concretizou.

A importância deste evento pôde ser evidenciada pela presença de mais de 600 participantes, que se revelaram profundamente envolvidos com a filosofia, os princípios e os propósitos da educação de jovens e adultos para a realidade contemporânea.

Essas conclusões, Excelência, que ora temos a honra de lhe entregar, são, na verdade, o início de um processo, que deve encerrar a educação de jovens e adultos sob a ótica de um importantíssimo programa social, que precisará de recursos, do apoio político desta Assembléia e de toda a sociedade, para que as instituições tenham condições para expandir o atendimento e acolher todos os jovens e adultos para lhes ministrar educação de qualidade.

Precisamos da força do Poder Legislativo e dos órgãos públicos da educação para vencer esse desafio.

Passo a palavra para a nossa colega Simone, que, após a sua mensagem, irá entregar-lhe, simbolicamente, o produto desse trabalho, que é o documento do Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos.

A Sra. Simone - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Edson Rezende, demais colegas, participando deste momento, em nome de diversas instituições e organizações não governamentais, representando os anseios de toda a sociedade civil, reafirmamos que o presente documento é o resultado da discussão do Fórum. Esperamos que esta Casa, de posse desse documento, possa criar uma lei que assegure o cumprimento das propostas aqui contidas. Se possível, torne esse Fórum Técnico permanente, além de alocar recursos para se cumprirmos os desejos da sociedade civil, que participou, ativa e dedicadamente, desse evento. Muito obrigada.

- Procede-se à entrega do documento final.

#### Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - Havia preparado algo para falar. No entanto, nesta hora, estamos falando entre amigos. Temos de cumprir aquilo em que acreditamos. Educação é a nossa saída. A democracia tem o princípio da inclusão. Incluir todos os mineiros na educação é uma tarefa e um desafio para todos. Não sou da área da educação, mas da área da saúde. Todas as vezes em que um paciente chegava ao meu consultório - principalmente no consultório de um posto de saúde de Barbacena - demonstrando não saber assinar o nome ou assinando com péssima caligrafia, sentia tristeza e indignação. Lá, enquanto Vereador, pensava e sonhava em construir um projeto de educação de jovens e adultos para tantos trabalhadores que desejaram estudar mas não puderam, em virtude das condições sociais e de políticas que não colocam a educação como questão prioritária. No ano passado, quando terminamos o Seminário da Educação, foi aprovada a proposta de realização do Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos. A construção coletiva deste Fórum foi o que houve de mais belo, a exemplo da construção do Seminário, no ano passado.

E acredito nisso, acredito no processo coletivo. O meu mandato, durante todo o tempo como Vereador e como Deputado, tem sido de uma forma coletiva. Não abro mão disso, porque todas as pessoas têm condições de contribuir. Não sou da área, apenas coordenei o processo. Quem construiu este Fórum foram vocês. Estou aqui como instrumento para que isso aconteça.

Alan Badiou(?) fala que o ato, a ação concreta, pode modificar a realidade. E estamos modificando a realidade por meio do debate, do encontro. Essa é a grande verdade. Realmente precisamos de encontro. Quando encontramos aqui 600 pessoas ou mais com o mesmo objetivo, não há como dar errado. Foram três meses de trabalho com esse grupo todo que

esteve conosco, e foi muito importante, porque sentimos que a sociedade está na frente do Estado. Costumo dizer que o Estado é como um boi velho, aquele boi que não se levanta do chão. Esse Estado brasileiro precisa ser transformado. Ao longo de tantos anos ficou emperrado, porque uma elite não quis que fosse o Estado do povo. E quem vai transformar esse Estado, senhoras e senhores, educadores e educadoras, é o povo. E é por meio desta Casa do povo que vamos fazer isso. Esta Casa tem sido um espaço para que possamos discutir, crescer e construir algo melhor, cidadania para esse povo que não conseguiu estudar. Esse é o desafio. E damos esse passo inicial agora. Dei o passo inicial, fomos todos juntos e construímos coletivamente. E isso é bonito. Não estamos cansados, porque foi belo, maravilhoso, foi fantástico. Não estou cansado, porque foi coletivo, fraterno, solidário. Precisamos colocar essa questão da solidariedade no nosso dia-a-dia. É dessa forma que vamos construir um novo mundo. Tenho certeza de que é assim.

Para finalizar, coloco-me à disposição de vocês. Essa Comissão de Representação tem de continuar como a outra, do seminário do ano passado, que deu andamento e desdobramento a este. O nosso próximo passo são os projetos de lei. Por isso pedi à assessoria do meu gabinete que distribuisse aqueles projetos, porque foram desdobramentos daquele seminário do ano passado. Quero dizer que vamos cumprir a nossa tarefa. E agora, com a Comissão de Representação que se reúne - e o Juscelino que está aqui, a quem agradecemos o esforço, e a todos que trabalharam - vamos marcar uma próxima reunião, para organizar a síntese deste Fórum. A partir daí estou disposto e disponível, a qualquer momento, para o chamamento de todos.

Finalmente, quero dizer aquilo que a Simone sempre fala: "Quando se sonha só é somente um sonho, mas quando se sonha junto é realidade". E diz Paulo Freire: "O discurso e a prática têm de ficar tão próximos que o nosso discurso esteja junto com a prática naquele mesmo momento". É isso o que estamos fazendo, e é por esse caminho que vamos trilhar esse compromisso com o povo brasileiro, que passa indubitavelmente pela inclusão de todos, começando pela educação. Muito obrigado a todos, que se esforçaram, trabalharam e fizeram esta maravilha de Fórum. Um abraço a todos.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta os agradecimentos, especialmente aos representantes de entidades, segmentos da sociedade e ao grupo em geral, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 12, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 30/6/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.868, de 2000, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Geraldo Rezende

nomeando Adilza Jorge Teixeira Rodrigues para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.